

RAISA MARIA DE ARRUDA MARTINS

**PROUNI: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR?**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em Educação,
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011**

RAISA MARIA DE ARRUDA MARTINS

**PROUNI: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 1º de junho de 2011.

Prof.^a Marilene de Melo Vieira
(Coorientadora)

Prof. André Silva Martins

Prof.^a Maria das Graças Marcelo Ribeiro
(Orientadora)

Dedico este trabalho às pessoas que, sem dúvida, mais amo nessa vida: minha família! Aos meus pais, Ana Maria de Arruda Martins e Elimário Martins, que, apesar de todas as dificuldades, sempre colocaram nossa formação (minha e de minha irmã) como aspecto principal de suas vidas e nos ensinaram a importância de valores como o respeito, a humildade e a gratidão; e como não poderia deixar de ser, à minha irmã, Yaisa, uma das pessoas mais generosas, fortes e determinadas que conheço e que sempre foi, em todos os momentos, a melhor irmã que eu poderia ter!

O amor, dedicação e apoio de vocês foi sempre minha fonte de forças, o que sempre me fez perseverar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e conforto nos momentos de fraqueza e pela coragem e determinação nessa caminhada em busca de meus objetivos.

Agradeço à minha família por estar sempre ao meu lado, nos momentos difíceis e nos momentos de alegria, como este que agora se concretiza.

Agradeço, de maneira especial, à minha orientadora, Prof.^a Maria das Graças Marcelo Ribeiro, pelo compromisso, dedicação e responsabilidade sempre presentes em todas as orientações.

Agradeço à Prof.^a Marilene de Melo Vieira, minha co-orientadora, pelas importantes reflexões, mas, principalmente, pela constante ajuda, disposição, compromisso e respeito.

Agradeço à Prof.^a Wânia Maria Guimarães Lacerda, minha outra co-orientadora, pela presença constante, pelos ensinamentos e, também, pelo incentivo e apoio dados durante minha formação.

Agradeço ao Prof. André Silva Martins por aceitar o convite para participar da banca de defesa e pelas valiosas contribuições.

Agradeço à Prof.^a Leci Soares de Moura e Dias pelo apoio de todas as horas.

Agradeço a todos os amigos(as) com os(as) quais tive o privilégio de conviver durante esse período de formação. Àqueles que me emprestaram um pedacinho de suas casas, um pouquinho de sua atenção, de sua paciência, de suas vidas. Àqueles que me ouviram, me aconselharam, me encorajaram e festejaram comigo. Meus sinceros e profundos agradecimentos.

Agradeço aos amigos de Castelo: aqueles que estudam aqui na UFV e, também, aos que, mesmo de longe, se fizeram sempre presente com sua amizade. Às amigas de república, pela boa convivência.

Agradeço às amigas do mestrado – Anna Carolina, Ana Paula, Bárbara, Camila, Clara, Claudete, Kátia, Maria José, Michelha, Regina e Soraia – pela alegria e pelos bons momentos.

Agradeço aos professores do PPGE pelos ensinamentos.

Agradeço, como não poderia deixar de ser, à Eliane, secretária do mestrado, pelo carinho, amizade e atenção. Agradeço também aos funcionários do Departamento de Educação.

Agradeço às Instituições de Ensino Superior Santo Agostinho, Santo Andrezinho, Independência e Niterói por participarem da pesquisa e pela receptividade de seus dirigentes.

Agradeço pela confiança e atenção dos dirigentes e dos alunos bolsistas do PROUNI que, através das entrevistas, tornaram esse estudo possível.

Agradeço aos amigos que me ajudaram em Belo Horizonte. Minha estadia nessa cidade foi, sem dúvida, uma experiência única, de amadurecimento pessoal.

Agradeço à FAPEMIG por ter viabilizado, através da bolsa de pesquisa, a realização desse estudo.

Finalmente, agradeço a todos que, de alguma maneira, estiveram presentes e marcaram minha história de maneira especial durante esses quase sete anos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa. Jamais me esquecerei desse tempo, desse lugar, dessas pessoas!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL .9	
1.1. A expansão do ensino superior privado	13
1.2. A importância do PROUNI no processo de expansão	20
CAPÍTULO 2 – O PROUNI COMO POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À INICIATIVA PRIVADA.....	25
CAPÍTULO 3 – PROUNI: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BH?	39
3.1. O PROUNI na perspectiva dos dirigentes.....	53
3.2. O PROUNI na visão dos seus bolsistas	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de instituições e de matrículas, por dependência administrativa, nos anos de 1994, 1998 e 2002	18
Tabela 2	Número de instituições, ingressos, vagas oferecidas, matrículas e cursos, por dependência administrativa – Brasil – 2004-2008	21
Tabela 3	Número de bolsas oferecidas pelo PROUNI no Brasil e regiões e porcentagem que elas representam sobre as vagas oferecidas pelo setor privado de ensino – Brasil – 2005-2009	22
Tabela 4	Número de IES públicas e privadas no Brasil e regiões – Brasil – 2005-2009.....	23
Tabela 5	Alíquotas e base de cálculo dos tributos federais por categoria de IES	34
Tabela 6	Número de bolsas PROUNI oferecidas pelas IES – Brasil e Região Sudeste – 2005-2010	42
Tabela 7	Número de bolsas do PROUNI ofertadas pelas IES na cidade de Belo Horizonte, por tipo, e a porcentagem que representam no Estado de Minas Gerais	42
Tabela 8	IES de Belo Horizonte, que aderiram ao PROUNI, por organização acadêmica – 2010	43
Tabela 9	Número de alunos bolsistas PROUNI, por curso e <i>Campus</i> , da Instituição Santo Andrezinho	47
Tabela 10	Número de professores dos cursos de graduação da Instituição Independência, segundo sua maior titulação (Setembro de 2010)	51
Tabela 11	Caracterização das IES participantes da pesquisa	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Mudanças do PL do PROUNI até a Lei nº 11.096/05	29
Quadro 2	Faixa etária dos dirigentes entrevistados	53
Quadro 3	Formação acadêmica dos dirigentes entrevistados, segundo sua maior titulação	54
Quadro 4	Faixa etária dos bolsistas	71
Quadro 5	Gênero dos bolsistas entrevistados	72
Quadro 6	Cursos dos alunos bolsistas entrevistados	72

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras
ADUSP	Associação dos Docentes da USP
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BH	Belo Horizonte
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CI	Conceito Institucional
CNRES	Comissão Nacional Para a Reformulação da Educação Superior
COFINS	Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DOU	Diário Oficial da União
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GPS	Global Positioning System
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais

MP	Medida Provisória
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Reforma Universitária
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SP	São Paulo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIP	Universidade Paulista

RESUMO

MARTINS, Raísa Maria de Arruda, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2011. **PROUNI: uma política de democratização do ensino superior?**. Orientadora: Maria das Graças Marcelo Ribeiro. Co-Orientadoras: Marilene de Melo Vieira e Wânia Maria Guimarães Lacerda.

A ampliação do acesso à educação superior, no Brasil, tem sido temática de discussões acadêmicas e políticas. Na história da educação brasileira, destaca-se que os últimos vinte anos registraram uma grande expansão desse nível de ensino, em especial do setor privado. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o setor privado foi o principal responsável pela criação de instituições, criação e aumento do número de cursos e vagas, em detrimento do setor público. No governo Lula (2003-2010), o privilegiamento do setor privado, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, se constituiu de uma política com formalização explícita. Nesse governo, o processo de expansão do setor privado exacerbou-se quando, a partir de 2005, é criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Tal Programa buscava sua justificativa na necessidade de aumentar a taxa de escolaridade no ensino superior, face à posição ocupada pelo Brasil em relação à estatística de outros países. Além disso, constituía uma política pública que “não implicaria em gastos orçamentários” para ampliar o acesso à educação superior; pois o Programa se estrutura num contrato de concessão de vagas em troca de isenção tributária. A principal bandeira de propaganda do PROUNI é a democratização do ensino superior. Elegeu-se como objeto desse trabalho o PROUNI, com o objetivo de analisá-lo enquanto Programa que pretende promover a democratização do ensino superior e a justiça social. Como universo da pesquisa, foram selecionadas quatro instituições privadas de ensino superior da cidade de Belo Horizonte – MG. Como instrumento de pesquisa utilizou-se a entrevista dos dirigentes das instituições e de alunos bolsistas do PROUNI. Trabalhou-se também com dados documentais das referidas instituições. As análises realizadas indicaram que o PROUNI é fundamental para a sobrevivência das instituições, dado que contribui para o preenchimento de vagas ociosas, impedindo, assim, o fechamento de turmas e cursos. Notou-se, também, que, apesar das bolsas oferecidas, os bolsistas PROUNI enfrentam dificuldades de várias

ordens, desde financeiras até acadêmicas, relacionadas ao acompanhamento de disciplinas, o que dificulta a permanência nos cursos. Dentro do recorte proposto pela pesquisa, identificou-se a existência de alunos matriculados em cursos socialmente prestigiados e em instituições bem avaliadas quanto à sua qualidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, essa constatação não pode ser generalizada em termos nacionais. Finalmente, considera-se, que o PROUNI constitui Programa que beneficia e contribui para a expansão do setor privado de ensino superior. Pensa-se que, o ideal de democratização não se efetiva através do PROUNI, a não ser em caráter quantitativo, caracterizando-se, então, como oportunidade de acesso, e não de permanência.

ABSTRACT

MARTINS, Raisa Maria de Arruda, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2011. **PROUNI: a policy for democratization of Higher education?.** Adviser: Maria das Graças Marcelo Ribeiro. Co-Advisers: Marilene de Melo Vieira and Wânia Maria Guimarães Lacerda.

The enlargement of the access to Higher education in Brazil has been discussed in political and academic circles. There has been great expansion in Higher Education in the last 20 years in Brazil, especially in the private sector. Throughout the government of president Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), the private sector was the main responsible for the creation of new institutions as well as the creation and increase in the number of majors and vacancies when compared to the public sector. During the government of president Lula (2003-2010), the privileges given to the private sector when it comes to access to High Education was based on an explicit formalization policy. Under the current government, the enlargement of the private sector exacerbates itself when in 2005 the PROUNI (Program University for All) was created. Such program justified its existence on the need to raise the level of education. This need is a consequence of Brazil's ranking in the international statistics of education. In addition, it would result in a public policy which would not generate expenses for the government since the Higher Education private institutions would be immune to paying taxes in exchange for enlarging access to their classrooms. The PROUNI is announced as the precursor of the Higher Education democratization. This study aimed to analyze PROUNI as a program which seeks to promote the democratization of Higher education and social justice. Four private institutions of Higher Education located in the city of Belo Horizonte – MG were considered. This piece of research was carried out through interviews. The students currently on the program and the headmasters of each institution were interviewed. Documental data from the referred institutions were also considered. Private institutions must have a minimum number of students in the classroom in order for it to exist and even majors must have a minimum number of students. In this sense, PROUNI is fundamental for the survival of private institutions since the students on the program fill in the spots

which were not filled by paying students. It could also be observed that despite not having to pay tuition the students currently on the program face several difficulties. These can be financial or even academic and may cause students to drop out. The existence of students enrolled in majors which have social prestige and in highly ranked institutions was identified. The criteria for the ranking of these institutions are defined by the Ministério da Educação (MEC). However, this conclusion is not true for the whole national territory. Finally, it can be considered that the PROUNI is a program which benefits and contributes to the growth of private Higher education institutions. It is thought that the ideal democratization cannot be accomplished through the PROUNI, except for quantitative aspects. The latter can be characterized more as an opportunity of access rather than a real chance of endurance.

INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos principais dilemas vivenciados dentro do campo do ensino superior é a ampliação do acesso a esse nível de ensino, uma problemática presente já há algum tempo na história da educação brasileira.

Durante o regime militar, por exemplo, o aumento do número de vagas, bem como o aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES), se deu, preponderantemente, pela via privada, a qual, já nesse período, tornou-se responsável por mais de 60% das matrículas no ensino superior.

Mesmo que ao final dos anos 1980 e anos iniciais da década de 1990, a expansão do ensino superior tenha alcançado um crescimento insignificante se comparado àquele observado nas décadas anteriores, a tendência privatista foi retomada a partir de meados dos anos 1990 e se aprofundou durante todo o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Nos oito anos desse governo, a edição do Decreto nº 2.306/97, que modificou o Decreto nº 2.207/97, os quais suprimiram a imunidade fiscal das Instituições de Ensino Superior que se enquadram no perfil de sociedades mercantis e possibilitou a diversificação institucional; a flexibilização nos processos de autorização de criação de IES e cursos; e o estabelecimento do crédito educativo foram fatores imprescindíveis para a expansão do ensino superior privado. Para o governo, tais medidas compatibilizaram a necessidade de aumentar a escolaridade em nível superior, atendendo à demanda por vagas, com a necessidade de retração de gastos com esse nível de ensino, já que a expansão pela via privada é menos onerosa aos cofres públicos que o investimento na manutenção, melhoria e expansão da rede pública de IES

O processo de expansão do ensino superior privado, iniciado em meados dos anos de 1990, encontrou ambiente propício para ter continuidade na primeira década dos anos 2000.

No decorrer de todo o governo Lula, apesar da propaganda em torno do aumento do número de vagas e Instituições no ensino superior público, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o setor privado foi o protagonista da expansão do ensino superior durante esse período. O grande responsável pelo crescimento do número de vagas e matrículas, bem como de IES privadas, é o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

Sempre envolto em polêmicas, desde sua tramitação no Congresso, o PROUNI, ainda hoje, é passível de críticas, em especial aquelas que o compreendem como um Programa de caráter compensatório e que beneficia o setor privado em detrimento de investimentos no setor público de ensino superior, na medida em que contribui para a expansão e consolidação do primeiro.

Enviado ao Congresso Nacional como Projeto de Lei (PL) no ano de 2004 e, após tramitação e muitas modificações, o PROUNI foi sancionado como a Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, estabelecendo a destinação de bolsas de estudos integrais e parciais para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Todo esse processo aconteceu envolto em um discurso de justiça social, proclamado pelo governo federal (CARVALHO, 2006a).

Sobre as mudanças ocorridas no PL desde que o mesmo foi enviado ao Congresso Nacional (CN), vale lembrar que um número superior a 290 emendas promoveram alterações significativas na lei aprovada.

Não por acaso, observa-se que as principais alterações realizadas do PL até a Lei beneficiaram as mantenedoras das Instituições de Ensino Superior, em especial aquelas com fins lucrativos.

Desde que foi anunciado pela primeira vez, a imagem do Programa vem acompanhada de polêmicas e, mesmo antes de ser implementado, o PROUNI recebeu críticas, como, por exemplo, um pronunciamento da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), realizado em março de 2004, no qual a entidade manifestou-se contra a compra de vagas em instituições privadas com dinheiro

público. À época, a ANDIFES enfatizou a necessidade de expansão do número de vagas no ensino superior, salientando a importância de oferecer a mesma educação (de qualidade) a todos, o que só é possível através de investimentos destinados à expansão e melhoria das instituições públicas de ensino¹.

É importante também evidenciar que o PROUNI foi formulado num momento em que as discussões a respeito de Ações Afirmativas ganhavam uma grande visibilidade, em especial sobre as cotas raciais.

Os grupos étnico-raciais manifestam, em seu discurso, a necessidade de reparação àqueles indivíduos que tiveram, em algum momento, seus direitos prejudicados com relação aos demais, e, ainda, a importância da redistribuição de renda, o que proporcionaria a diminuição tanto da desigualdade de oportunidades quanto da desigualdade socioeconômica dos mesmos. No entanto, é importante ressaltar que as reivindicações desses grupos não são direcionadas a todos os grupos sociais desprivilegiados na sociedade, mas sim a grupos étnico-raciais específicos. Essa é uma questão polêmica que suscita muita discussão quando o assunto é a adoção de políticas de Ação Afirmativa.

Ainda, percebe-se que a Lei do PROUNI desconsidera as diferenças entre carentes e cotistas étnicos, concedendo a ambos o mesmo tratamento. Embora o presente trabalho não se aprofunde sobre este tema, vale a pena pontuá-lo, haja vista as consequências que a adoção de ações afirmativas – as quais consideram variáveis como cor e etnia ou raça – pode desencadear na sociedade².

Mas, o discurso oficial do governo apresenta o PROUNI como uma política de justiça social e, conseqüentemente, como uma maneira de atender a essas demandas e, ao mesmo tempo, buscar legitimá-lo por meio da aceitação social. Ao refletir sobre o tema, muitos questionamentos me vieram à mente, dentre eles: o surgimento do PROUNI

¹ ANDIFES. Pela expansão da educação superior – Pela valorização da educação superior como bem público. Disponível em: < www.andifes.org.br >. Acesso em: 04 de janeiro de 2011.

² Autores como FRY (*apud* STRECKER, 2006), MAGGIE (*apud* STRECKER, 2007) e FRY e MAGGIE (2004) possuem estudos nesse sentido, indicando, inclusive, que um dos riscos da adoção de cotas étnicas é o aprofundamento da segregação e, até mesmo, o surgimento de conflitos raciais onde antes não existiam.

caracteriza a garantia de um direito ou seria apenas o estabelecimento de uma política compensatória? Quais são os reais interesses que estão subjacentes às declarações oficiais sobre o PROUNI? Ao contrário do que se propõe, não seria o PROUNI mais uma política de governo que contribui para a perpetuação das desigualdades e da segmentação da sociedade, uma vez que limita suas ações a apenas uma pequena parcela da população?

Antes mesmo de conhecer mais detidamente o PROUNI – objeto deste estudo –, questionava-me sobre sua efetiva contribuição enquanto Programa que pudesse concretizar ideais como a justiça social e a democratização, mesmo que tais conceitos não me fossem tão familiares no meu primeiro contato com o Programa.

No ano de 2004, quando terminava o ensino médio em uma escola particular de ensino médio, na condição de bolsista parcial, e não integral, como exige o PROUNI, fui impedida de pleitear uma bolsa através do referido Programa. Tendo em vista a grande concorrência para acessar uma universidade federal, com o risco de não aprovação no vestibular e, assim, não poder continuar meus estudos, ocorreu-me o seguinte pensamento: por que chamar-se Programa Universidade Para Todos, se apenas alguns podem ser bolsistas? Afinal de contas, também existem alunos provenientes de famílias de baixa renda estudando na rede privada de ensino médio, com ou sem bolsa.

Estando o PROUNI inserido no campo das políticas públicas do Ensino Superior, urgiu que se buscasse conhecer as literaturas acumuladas nessa área. Foram cruciais as leituras de publicações de Luiz Antônio Cunha e de Maria das Graças Marcelo Ribeiro sobre o campo do ensino superior. Essas leituras também permitiram contextualizar o cenário no qual emergiu o PROUNI.

O acesso às literaturas sobre o ensino superior e sobre o PROUNI motivaram-me a elegê-lo como objeto da minha dissertação, além das razões supracitadas.

Sendo o PROUNI um programa recente, não existem livros dedicados exclusivamente ao mesmo e ainda são poucos os estudos realizados com o objetivo de analisar de que forma esse programa vem se desenvolvendo e quais as implicações da

instituição do PROUNI para a educação, para a formação dos indivíduos, bem como para a sociedade.

Dentre os estudos realizados sobre o Programa, ganha notoriedade o desenvolvido por Cristina Helena Almeida de Carvalho (2002; 2005; 2006a; 2006b) que, por vezes, escreve em parceria com Francisco Luiz Cazeiro Lopreato (2005). Esses autores, em especial Carvalho, buscam compreender a articulação desse programa com a política fiscal do governo Lula e os mecanismos de renúncia tributária. Eles indicam, entre outras questões, que a prática da renúncia tributária é uma forma indireta de financiamento público que vem possibilitando a expansão e consolidação da iniciativa privada no ensino superior.

Também problematizam o Programa Afrânio Mendes Catani, Ana Paula Hey e Renato de Sousa Porto Gilioli (2006), e Luiz Antônio Cunha (2007). Em comum, estes autores discutem duas questões: a transferência de recursos públicos que beneficiam as IES da rede privada e, também, a democratização do ensino superior. Para eles, esta deve ocorrer através da oferta de um ensino superior público, gratuito e de qualidade, e não pela via privada, que é o que acontece por meio do PROUNI.

Além de poucos estudos sobre o Programa, ressalta-se uma lacuna já identificada por outros autores³: não são disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) dados específicos sobre o PROUNI, tais como a quantidade de bolsas oferecidas por IES e por curso, a quantidade de bolsistas por IES e por cursos, taxa de evasão e taxa de repetência. Esse fato impossibilita a realização de estudos mais completos acerca do Programa.

Nesse sentido, o presente estudo procura trazer como contribuição o entendimento das razões da adesão das IES ao PROUNI e das condições encontradas pelos alunos bolsistas para acompanharem e permanecerem nos cursos nos quais se encontram matriculados.

³ Catani, Hey e Gilioli (2006); Carvalho (2006).

Muitos foram os questionamentos suscitados a respeito do programa desde o primeiro contato com o tema, tais como:

Quais instituições e cursos buscam os alunos bolsistas do PROUNI? Como esses estudantes se distribuem nos diferentes cursos e instituições de ensino superior? Nos cursos considerados nobres, tais como Medicina, Odontologia, Desenho Industrial e alguns ramos da Engenharia – mecatrônica, aeronáutica... –, há um número significativo de estudantes bolsistas do PROUNI? Quais os cursos para os quais os estudantes bolsistas se direcionam com mais frequência? Quais as condições que esses alunos encontram para acompanharem o curso e permanecerem no mesmo?

À medida que se buscava as referências bibliográficas, notou-se que a democratização é um aspecto fundamental do PROUNI. Assim, a questão central do trabalho é: esse programa é uma política de democratização do ensino superior? Em que condições esse processo ocorre?

Delimitado o problema de pesquisa, definiu-se como objetivo geral analisar o PROUNI enquanto Programa que pretende promover a democratização do ensino superior e a justiça social; e como objetivos específicos: identificar os cursos em que estão matriculados os estudantes bolsistas; analisar as razões da adesão das IES ao PROUNI, e identificar as possíveis dificuldades encontradas pelos estudantes bolsistas PROUNI na sua vivência acadêmica.

A cidade de Belo Horizonte (BH) foi escolhida como *locus* para a pesquisa por possuir uma diversidade de instituições de ensino superior, isto é, diferentes organizações acadêmicas (universidades, centros universitários, faculdades e institutos) e cursos em diversas áreas do conhecimento.

Para a realização da pesquisa, optou-se por uma amostra aleatória de 10% das IES privadas de Belo Horizonte que oferecem bolsas do PROUNI, escolhidas através de sorteio. Das sete instituições sorteadas, apenas quatro demonstraram interesse em participar do estudo. Garantiu-se sigilo às instituições e aos entrevistados, bem como o acesso dos mesmos aos resultados finais da pesquisa.

No trabalho empírico, realizou-se entrevistas com os dirigentes das instituições e com os alunos bolsistas PROUNI. No que concerne aos dirigentes, foram realizadas onze entrevistas entre os dias 27 de Agosto e 23 de setembro de 2010.

No que concerne aos discentes, foram entrevistados vinte e cinco alunos bolsistas do PROUNI. As entrevistas foram realizadas entre os dias 09 e 28 de setembro de 2010.

A dissertação está estruturada em uma introdução, três capítulos e as considerações finais.

Na introdução, apresenta-se o PROUNI como objeto de estudo, apontando as razões para tal escolha, além de questões sobre o mesmo e os objetivos propostos.

No primeiro capítulo, descreveu-se a expansão do ensino superior privado no Brasil, realizando um breve histórico desse processo a partir da Reforma Universitária nº 5.540, empreendida pelos militares no ano de 1968, passando pelas mudanças ocorridas durante o governo FHC e o governo Lula. Destacou-se ainda a importância do PROUNI como política de expansão do ensino superior.

No segundo capítulo, apresentou-se o PROUNI: a criação do Programa; a tramitação do PL até a Lei; as determinações da Lei, entre outras questões. À luz de estudos do PROUNI, procurou-se mostrar de que forma o programa apresenta-se como política de expansão do ensino superior privado e transferência de recursos públicos à iniciativa privada.

O terceiro capítulo consistiu na organização e análise dos dados coletados. Apresentou-se as IES que participaram do estudo, apontando suas principais características.

Traçou-se, também, do perfil dos entrevistados (onze dirigentes e vinte e cinco alunos bolsistas PROUNI) e a análise de suas percepções acerca do programa. Dentre os pontos analisados nas falas dos dirigentes estão: as razões para aderir ao PROUNI e a importância do programa para as IES; as diferenças dos alunos bolsistas e suas dificuldades face aos demais alunos e a questão: o PROUNI é capaz de promover a democratização e a justiça social?

No que diz respeito aos alunos bolsistas, examinou-se as dificuldades por eles enfrentadas na vida acadêmica e a avaliação que os mesmos fazem do programa.

Nas considerações finais, retomou-se os principais elementos discutidos no decorrer do trabalho, na tentativa de responder à questão que dá título ao mesmo: é o PROUNI uma política de democratização do ensino superior?

CAPÍTULO 1 – A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

A discussão a respeito da expansão do ensino superior remonta ao regime militar. Naquele período, a expansão do ensino superior, ocorrida após a Lei nº 5.540/1968 (Lei da Reforma Universitária), se deu, de maneira geral, pela necessidade de formação de quadros profissionais que pudessem dar suporte ao projeto de modernização do país pretendido pelos militares e, conseqüentemente, por seu grupo de apoio. Além disso, a questão dos “excedentes”, isto é, o aumento do número de jovens oriundos do ensino médio que passaram a pressionar pela ampliação do número de vagas no ensino superior. Esses jovens, pertencentes especialmente à classe média, enxergavam no acesso ao ensino superior uma possibilidade de ascensão social (MARTINS, 2009, p. 19).

Com a Lei da Reforma Universitária (RU), a proposta do governo era o aumento de vagas no ensino superior, sem, contudo, perder de vista a contenção de gastos. A expansão do ensino superior ocorrida nesse contexto desenvolveu-se, principalmente, pela via privada, com o aumento significativo do número de vagas e de instituições.

O acelerado ritmo de crescimento do setor privado de ensino superior, iniciado na década de 1970, não se manteve nos anos 1980. Nos anos finais da ditadura militar, o agravamento da crise econômica contribuiu, sobremaneira, para que o ensino superior privado sofresse uma desaceleração em seu processo de expansão.

Nos últimos vinte anos, o ensino superior brasileiro vem passando por importantes transformações, de maneira especial, no que se refere ao setor privado. Verificou-se, nesse setor, um importante processo de expansão, iniciado em meados dos anos 1990, no período que compreende os dois períodos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

No decorrer deste governo, a publicação do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que revogou o Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, foi responsável pela distinção interna do setor privado de ensino superior, o qual passou a ser constituído por

instituições com e sem fins lucrativos, além de permitir uma complexa diversificação do sistema de educação superior brasileiro, visto que se definiu cinco modalidades possíveis de organização acadêmica das instituições: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades e institutos superiores ou escolas superiores (RIBEIRO, 2002).

Ressalta-se que, desde o início de sua gestão, FHC e sua equipe consideravam os gastos da União com o ensino superior federal onerosos aos cofres públicos. Além disso, no governo FHC foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), à frente do qual, Luiz Carlos Bresser-Pereira liderou uma reforma na administração pública. A questão da universidade pública também estava prevista na pauta da reforma.

Com vistas à contenção de gastos públicos com políticas sociais, entre elas a educação, houve, inclusive, a tentativa de transformar as universidades em organizações sociais, as quais seriam regidas por contratos de gestão, transformando-se, então, em “*quase non-governmental organizations*” (*Quangos*)⁴ (RIBEIRO, 2002, p. 97). As recomendações de organismos internacionais (e aqui destaca-se a atuação do Banco Mundial), claramente presentes no bojo dessa reforma, concretizaram-se na medida em que a expansão do ensino superior privado foi incentivada como alternativa para diminuição dos gastos públicos e, ao mesmo tempo, “ampliação das oportunidades” educacionais.

Durante o “*octênio*” FHC, as determinações do Decreto nº 2.207/97, posteriormente revogado pelo Decreto nº 2.306/97⁵, possibilitaram a proliferação de estabelecimentos privados de ensino superior. Naquele período, era presença marcante no discurso governamental a escassez de recursos para a manutenção do ensino superior público e, ao

⁴ A sigla *Quangos* refere-se à experiência vivida na Inglaterra, “que adotou para o serviço público a chamada ‘administração gerencial’, baseada na descentralização e nos chamados ‘contratos de gestão’” (RIBEIRO, 2009, p. 40).

⁵ “A insatisfação manifestada pelo setor privado do ensino superior com a edição do decreto n. 2.207 resultou na edição de um outro que veio a revogá-lo. Assim, pelo decreto n. 2.306, de agosto de 1997, suprimiu-se a exigência de que as entidades sem fins lucrativos constituíssem conselho fiscal com representação acadêmica e a exigência de que publicassem balanços anuais, podendo tais entidades publicarem somente demonstrativos do movimento financeiro. Modificou-se ainda a exigência de destinação de 2/3 das receitas operacionais para a remuneração de pessoal (professores e funcionários), a qual passaria a ser de 60% das receitas das mensalidades escolares. A mesma condescendência, porém, não foi apresentada em relação às instituições com finalidades lucrativas.” (RIBEIRO, 2002, p. 174).

mesmo tempo, a necessidade de aumentar o acesso dos jovens a esse nível de ensino, haja vista a baixa taxa de escolaridade em nível superior dos jovens compreendidos na faixa de 18-24 anos, inferior, inclusive, às taxas de outros países da América Latina.

Outro fator que contribuiu para a expansão do ensino superior privado foi a retomada do Crédito Educativo: programa destinado aos estudantes que não tinham renda suficiente para cursarem o ensino superior privado, com o objetivo de que os mesmos pudessem financiar seus estudos. O Crédito Educativo não foi criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário, esse programa já existia desde o regime militar. Entretanto, essa linha de crédito praticamente desapareceu, ainda no período militar e, mais tarde, foi retomada pelo governo FHC.

Nesse quadro, a facilitação nos processos de autorização para criação de novas Instituições de Ensino Superior e cursos também foi um elemento extremamente importante no processo de privatização da educação superior no governo FHC. Em especial, pode-se falar do caso dos centros universitários que, ao lado das universidades, tiveram aumento significativo.

A edição do Decreto nº 2.306/97 permitiu aos centros universitários⁶ gozar de autonomia para criar e extinguir cursos, remanejar ou ampliar as vagas existentes nos cursos e, tudo isso, sem a obrigação de desenvolver atividades ligadas à pesquisa, uma vez que são, por excelência, instituições dedicadas ao ensino. Aliás, a maior parte dos

⁶ “Art.12. São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, nos termos das normas estabelecidas pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto para o seu credenciamento.

§ 1º Fica estendida aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes.

§ 2º Os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o parágrafo anterior, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do parágrafo 2º do artigo 54, da Lei nº 9.394, de 1996.” (Decreto nº 2.306/97, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de agosto de 1997)

estabelecimentos criados nesse contexto podem ser identificados como instituições de ensino.

Passado o octênio FHC, muitas expectativas foram criadas a respeito de como se comportaria o novo governo eleito, em 2002, – presidido por Luiz Inácio Lula da Silva – diante, não só dos problemas enfrentados no campo educacional – especialmente em relação ao ensino superior e o aprofundamento do processo de privatização – como também nos demais setores da sociedade.

Pode-se dizer que, no governo Lula, foram retomadas as discussões a respeito da necessidade de uma reforma universitária. Para tanto, foi instalado no ano de 2004 um Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior. No ano de 2006, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pela Presidência da República, o anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior. No período compreendido entre a instalação do Grupo Executivo e o envio do anteprojeto de Lei Orgânica para o Ensino Superior ao Congresso Nacional no ano de 2006, foi apresentado à sociedade, em 2004, um primeiro anteprojeto de lei. Esse anteprojeto foi alvo de muitas críticas e, nesse sentido, sofreu alterações. Após essa primeira versão, ainda sucederam-na a segunda e a terceira, a qual ainda encontra-se em tramitação no Congresso.

Ainda que não tenha sido aprovado, até o momento, a Lei Orgânica da Educação Superior brasileira, a implementação de leis, como a da Inovação Tecnológica, do PROUNI, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), do REUNI, entre outras, modificaram o funcionamento do ensino superior durante o governo Lula (OTRANTO, 2006).

É nesse cenário que é criado o Programa Universidade para Todos, no final do primeiro mandato, e que aparece como uma das mais importantes políticas de democratização do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A principal justificativa do governo federal para a criação do PROUNI constitui-se na inclusão de grupos socialmente discriminados que não tiveram oportunidades de acesso ao ensino superior. A criação do PROUNI esteve, no entanto, diretamente relacionada à

necessidade de se atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual tem por objetivo que 30% do jovens entre 18 e 24 anos estejam matriculados em curso de nível superior até o ano de 2010, possibilitando, assim, o aumento da taxa de escolaridade no que se refere ao ensino superior (CARVALHO & LOPREATO, 2005). De antemão, vale dizer que essa meta não foi alcançada e que essa taxa girava em torno de 12% no ano de 2009 (MARTINS, 2009, p. 26).

Por outro lado, alguns autores asseveram que, por trás do discurso de democratização do acesso e de justiça social, o PROUNI surge enquanto parte de uma política educacional que proporciona a sobrevivência e o crescimento da rede particular de IES (CARVALHO, 2006; CATANI, HEY e GILIOLI, 2006; CUNHA, 2007; CATANI, HEY, 2007). Isso se justifica pelo fato de que, no momento em que o PROUNI entrou em vigor, as IES privadas encontravam-se num momento caótico devido ao alto número de vagas ociosas – no ano de 2004, essa taxa chegava aos 49%. Desse modo, o programa concretizou os interesses das associações representativas do segmento privado e dobrou-se ao poder do mesmo, evidenciando sua força política.

1.1. A expansão do ensino superior privado no Brasil

O ano de 1964 marcou o início de um período de exceção na história do Brasil, o qual se arrastaria por duas longas décadas: a ditadura militar, marcada por muitas transformações no país, nos mais diversos setores.

No que diz respeito à educação superior, a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi a primeira medida tomada pelo governo militar.

Mas o caráter autoritário foi se tornando cada vez mais exacerbado, o que pode ser constatado com o Decreto-Lei nº 477, editado em 1969, o qual autorizava a suspensão de alunos (por três anos) e de professores e funcionários (por cinco anos) das IES, caso eles apresentassem comportamentos considerados subversivos. Muitos foram cassados,

torturados e outros foram, inclusive, mortos pela repressão. A UnB pode ser citada como expressão maior da repressão que a universidade brasileira sofreu (CUNHA, 1988; RIBEIRO, 2002).

A instituição da ditadura militar trouxe consigo um novo projeto de sociedade e, conseqüentemente, a necessidade de um novo projeto para a educação, pois, para além do poder da violência, que caracterizou esse período, era necessário que a ordem estabelecida se impusesse, também, no plano ideológico. Nesse sentido, a educação assumiu o papel de produzir as novas gerações de modo a consolidar e perpetuar o poder instituído. Portanto, tratou-se de reformar a educação.

No ensino superior, foi decretada a Lei nº 5.540/68, a qual instituiu a Reforma Universitária, fixando as normas de organização e funcionamento para o ensino superior. Apesar da Lei nº 5.540/68 preconizar a universidade como organização acadêmica do ensino superior, o que observou-se, naquele momento, foi o surgimento de um grande número de estabelecimentos isolados. Dessa forma, a expansão do ensino superior se deu através do crescimento do número de vagas no setor público e, também, através de incentivos para a expansão do setor privado (RIBEIRO, 2002).

Acerca dessa expansão, Sampaio (2000) diz que

Pelo fato de mobilizar recursos privados e orientar-se visando à obtenção de lucro, o setor privado é mais dinâmico no atendimento à demanda da clientela; por isso ele cresce mais rapidamente e o faz em detrimento de sua qualidade (SAMPAIO, 2000, p. 5).

Há que se considerar, também, que o processo de privatização do ensino superior foi impulsionado, no final dos anos 1960, pelas políticas de incentivo fiscal destinadas às entidades do setor privado. Os grandes investimentos realizados nesse segmento integravam o projeto, dos militares, de promover o desenvolvimento nacional (CARVALHO, 2002).

No segmento privado de ensino superior, embora haja um grande crescimento do número de instituições, nota-se, ao final dos anos 1980, um movimento de mudança institucional, através do qual muitos estabelecimentos isolados transformaram-se em

universidades particulares, tendo em vista que estabelecimentos maiores e com oferta variada de cursos gozariam de maior competitividade no mercado. Além disso, a Constituição Federal (CF),

criou um instrumento que abriu ao setor privado a possibilidade de se liberar do controle burocrático do Conselho Federal de Educação, sobretudo no que tange à criação e extinção de cursos na própria sede e ao remanejamento do número de vagas dos cursos oferecidos (SAMPAIO, 2000, p. 7).

Sendo assim, pode-se dizer que o processo de expansão do ensino superior privado observado durante os anos 1970 e 1980 contou com um significativo aumento do número de cursos e de carreiras oferecidas. De acordo com Sampaio (2000),

Com efeito, a fragmentação das carreiras faz parte de uma estratégia da iniciativa privada visando a colocar novas ofertas no mercado e, com isso, atrair, ampliar e diversificar a clientela. Esse processo ocorre, de forma mais acentuada em contextos de mercados mais competitivos, onde a redução da demanda por ensino superior provoca diminuição das matrículas e, conseqüentemente, um excedente de vagas no sistema (SAMPAIO, 2000, p. 12).

Diante deste quadro de expansão do ensino superior privado, ocorrido, principalmente, nos anos 1970, após a edição da Lei da RU, vale notar que os estabelecimentos pertencentes a esse setor ocuparam-se com a oferta de cursos que demandavam baixos investimentos. Assim, esse setor passa a caracterizar-se pela oferta de ensino, desvinculado das atividades de pesquisa.

No bojo dessa discussão, Cleide Rita Silvério de Almeida (2001) em um estudo sobre as “Novas Universidades” da cidade de São Paulo, criadas a partir da segunda metade da década de 1980, busca compreender a dinâmica desses novos estabelecimentos, identificando a existência de dois “modos de ser universidade”. De um lado, está o “modo brasão” e de outro o “modo logotipo”.

Para a autora, as “universidades do brasão” são aquelas dotadas de tradição, de oferta de um ensino universalista, que tem o compromisso de produzir conhecimentos que possam servir a sociedade. Já as “universidades logotipo”, Almeida (2001) assim as define:

As novas universidades, em seu papel de instituições que absorvem a demanda por formação para o mercado de trabalho, envolvem-se com o saber apenas como compromisso formal, pois, na verdade, atuam em áreas profissionais que não discutem o universal, mas o particular. Porque são modernas e atualizadas, não

falam latim e trazem novas opções de cursos, estando em “sintonia com a evolução tecnológica e as necessidades do mercado de trabalho”. Estabelecem “acordos de parcerias com grandes empresas”, “garantindo, assim, a certeza de um futuro sucesso profissional”. Falam inglês. São as universidades do logotipo (ALMEIDA, 2001, p. 215).

Almeida (2001) destaca ainda que as “universidades logotipo”, por não estarem comprometidas com a produção de conhecimento, procuram preencher essa lacuna através do oferecimento de novas tecnologias a serem utilizadas pelos alunos. Diferentemente dessas instituições, que tomam essas tecnologias como um fim, as “universidades do brasão” as utilizam como um meio.

Assim, pode-se dizer que a RU de 1968 permitiu e estimulou uma grande expansão do ensino superior privado como forma de suprir a ausência de vagas na rede pública. O número de matrículas no setor privado, no ano de 1980, foi aproximadamente seis vezes maior que no ano de 1965, passando de 142 mil para 885 mil estudantes, um aumento de 523,23%. O setor privado detinha 64% do total de matrículas (MARTINS, 2009, p. 23). Entretanto, os estabelecimentos que proliferaram durante esse período podem ser identificados como instituições (apenas) de ensino, em sua grande maioria, o que, de certa forma, evidenciou a construção de um novo conceito de universidade.

Tendo-se iniciado, nos anos 1980, a chamada transição democrática, há que se considerar que a passagem de um regime ditatorial para um regime democrático implicou, também, pensar na construção de uma nova sociedade e, por isso, um novo projeto educacional que a ele fosse consonante. Nesse sentido, é essencial saber que, com o fim da ditadura militar, as discussões e debates sobre a educação não ficaram estagnadas (RIBEIRO, 2002).

No que se refere ao ensino superior, por exemplo, a Lei nº 5540/68 foi sendo ignorada e, de acordo com Ribeiro (2002), a primeira iniciativa com vistas a rever a Reforma Universitária foi a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que tinha como um de seus principais objetivos promover discussões e debates que originassem pareceres e anteprojetos de decretos e leis, os quais viessem a alterar a legislação até então vigente.

No ano de 1985 foi constituída a Comissão Nacional Para a Reformulação da Educação Superior (CNRES), que publicou um relatório propondo uma nova política para a educação superior. Esse relatório foi o primeiro que teve algum impacto desde a Lei da Reforma Universitária de 1968, tanto que muitas das propostas nele contidas estão presentes nas políticas dos anos 1990 (RIBEIRO, 2002). Além disso, também foi discutida, nesse período, a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação nacional, a qual só viria se concretizar no ano de 1996, inscrita no contexto do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (CARVALHO, 2004).

É importante ressaltar que a LDB aprovada, resultado da interação de atores políticos e dos conflitos de interesses, traz um texto legal que evidencia a possibilidade de “coexistência e incentivo de instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.” (CARVALHO, 2004, p. 11).

Cabe considerar que, após assumir a presidência da república no ano de 1995, Fernando Henrique Cardoso e sua equipe já sinalizavam que os custos de manutenção do ensino superior federal eram elevados e que seria necessária a revisão das políticas públicas para nível de ensino (RIBEIRO, 2002).

Durante os últimos anos da década de 1990, portanto no governo de FHC, o ensino superior cresceu aproximadamente 7% ao ano e teve como característica a diversificação institucional (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores), acompanhada da hierarquização do sistema de ensino superior (MARTINS, 2000, p. 41).

No que diz respeito à rede privada de ensino superior, ainda em sua campanha FHC já previa “a reforma do sistema de autorização de novas instituições, a reforma do crédito educativo e a necessidade de transparência na transferência de verbas federais para as chamadas ‘instituições comunitárias’” (CUNHA, 1995 *apud* RIBEIRO, 2002, p.96).

Durante os anos 1990, principalmente durante os dois períodos de governo FHC, nota-se uma grande expansão do ensino superior privado brasileiro. Naquele momento, o discurso governamental defendia que era necessário expandir a oferta de vagas nesse nível

de ensino, devido às baixas taxas de escolaridade apresentadas pelo Brasil, principalmente se comparadas às de outros países da América Latina.

Segundo Sampaio (1998),

No Brasil, em 1996, o índice de jovens entre 18 e 25 anos matriculados no ensino superior era de 11,8% (Garcia, C., 1997). Embora o sistema de ensino superior brasileiro seja o de maior dimensão na América Latina, a taxa de escolarização superior no País da coorte de 18 a 25 anos é muito inferior à de países como Argentina (38,9%), Colômbia (29,9%), Chile (26,6%) ou México (13,8%) (SAMPAIO, 1998, p. 18).

Além da baixa taxa de escolaridade superior da população entre 18 e 25 anos, a necessidade de redução de custos excessivos com o ensino superior – segundo o governo – foram as principais razões apontadas como justificativa para a crescente privatização do ensino superior.

A tabela a seguir apresenta o aumento do número de IES privadas, bem como do número de alunos que recorreram a essas instituições com vistas a uma formação.

TABELA 1

Número de instituições e de matrículas, por dependência administrativa, nos anos de 1994, 1998 e 2002.

Ano	Número de Instituições					Matrículas				
	Total	Públicas	%	Privadas	%	Total	Públicas	%	Privadas	%
1994	851	218	25,62	633	74,38	1.661.034	690.450	41,57	970.584	58,43
1998	973	209	21,5	764	78,5	2.125.958	804.729	37,85	1.321.229	62,15
2002	1637	195	12	1442	88	3.479.913	1.051.655	30,3	2.428.258	69,7

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo MEC/Inep, Censo do Ensino Superior de 1994, 1998 e de 2002.

Em 1994, as instituições privadas representavam 74,38% do total de instituições de ensino superior do país. Ao final do governo FHC, em 2002, esse número subiu para 88%, enquanto que a representatividade das IES públicas caiu de 25,62% (1994) para 12% (2002). Também o número de matrículas nas IES privadas passou de 970.584, em 1994, para 2.428.258 em 2002. Em termos de porcentagem, o crescimento do número de

matrículas nas IES privadas foi de aproximadamente 150% em relação ao número de matrículas nesse setor no ano de 1994. Em 1994 as matrículas no setor privado respondiam por 58,43% do total das matrículas no ensino superior, em 2002 elas passaram a representar 69,7%.

Destaque-se ainda que o número de universidades privadas passou de 63 para 84 entre os anos de 1995 e 2002, enquanto que as universidades públicas praticamente não tiveram crescimento nesse período. No que diz respeito aos centros universitários – organização acadêmica reconhecida pelo Decreto nº 2.306/97 – foram criados 77 durante o governo FHC, sendo apenas três públicos (MARTINS, 2009, p. 25).

Nota-se, então, a expansão da rede privada de ensino superior, impulsionada pelos incentivos provenientes do Estado, como os créditos financeiros destinados aos alunos interessados, e mediante a flexibilização dos processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e IES (MARTINS, 2009, p. 25). Tal processo reflete a deterioração das universidades federais, no sentido de que não foram realizados, nesse período, investimentos que pudessem manter e aumentar o número de vagas e instituições da rede pública de ensino superior.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, nota-se políticas destinadas não só à expansão da rede privada de ensino superior – e, nesse sentido o PROUNI é um bom exemplo – mas também à expansão do ensino superior público, através da criação de novas instituições federais e, principalmente, da reprodução de *campi* de instituições já existentes. No caso das instituições públicas, é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que vem implementando tais mudanças. Nesse sentido, está-se em consonância com Ribeiro (2009) quando esta diz que

O que marca a política para educação superior do governo Lula é a expansão desordenada do sistema como aconteceu no governo Cardoso. Há, contudo, uma grande diferença: enquanto o último estimulou a expansão do setor privado de ensino, que cresceu, na década de 1990, de forma caótica com o governo Lula, além do setor privado, o próprio setor federal de ensino se expande desordenadamente. O discurso em ambos tem sido o mesmo – elevar a baixíssima taxa de escolaridade no que toca ao ensino superior no Brasil (RIBEIRO, 2009, p. 43).

Observa-se, ainda, que foi durante o governo Lula que foram discutidas, com maior intensidade, a questão das políticas de ação afirmativa, cuja implementação no setor privado se efetiva pelo PROUNI e no setor público pelo REUNI e pelas políticas de cota.

1.2. A importância do PROUNI na expansão do ensino superior

O processo de expansão que vem ocorrendo no ensino superior privado desde a década de 1990, atinge o ápice no ano de 2005, quando é sancionada pelo governo Lula a Lei nº 11.096 que institucionalizou o PROUNI.

Os discursos oficiais são os maiores propagandistas e exaltadores do PROUNI, utilizando sempre o *slogan* de justiça social e de democratização dessa política. O convincente discurso do governo promove grande aceitação do Programa, especialmente por parte da população que é beneficiada pelo mesmo. Mas, apesar dos grandes elogios que, desde a criação do programa, tem-se destinado ao mesmo, desde que a Medida Provisória (MP) do PROUNI estava em vias de ser votada no Congresso, o programa vem sofrendo críticas, como aquelas pronunciadas por Ivan Valente e Otaviano Helene⁷:

O Prouni tem apelo popular e parece combater a exclusão. Mas a proposta é, na verdade, um equívoco e fere pontos defendidos a décadas pelos educadores ligados ao PT. Além disso, fortalece ainda mais a já hegemônica presença do setor privado no ensino superior, dando posição de mando ao mercado educacional. A posição de que recursos públicos devem ser utilizados na educação pública é histórica do PT. Entretanto o que o Prouni faz é aumentar as isenções fiscais para IES privadas, que, com poucas exceções, não prestam contas de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquiagem balanços. Ao trilhar o caminho da expansão da oferta pelo setor privado, a proposta do governo estimula diversos enganosa (2004, Folha de São Paulo).

⁷ Em 2004, ano em que essas críticas foram direcionadas ao PROUNI, Ivan Valente era Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e membro da Comissão de Educação na Câmara. Em desacordo com a direção que o governo Lula estava imprimindo às políticas, Ivan Valente, juntamente com outras lideranças do Partido dos Trabalhadores, deixa o partido no ano de 2005 e filia-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Otaviano Helene foi presidente do Inep e também da Associação dos Docentes da USP (ADUSP).

Para falar do PROUNI no governo Lula e o que o Programa representou no crescimento do ensino superior privado, a tabela abaixo traz informações a respeito do número de instituições, ingressos, vagas oferecidas, matrículas e curso no período de 2004 a 2008.

TABELA 2

Número de instituições, matrículas e cursos, por dependência administrativa – Brasil 2004-2009

Ano	Número de Instituições		Matrículas		Cursos	
	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
2004	1.789	224	2.985.405	1.178.328	12.382	6.262
2005	1.934	231	3.260.967	1.192.189	14.216	6.191
2006	2.022	248	3.467.342	1.209.304	15.552	6.549
2007	2.032	249	3.639.413	1.240.968	16.892	6.596
2008	2.016	236	3.806.091	1.273.965	17.947	6.772
2009	2.069	245	3.764.728	1.351.168	19.599	8.228

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo MEC/Inep, Censo do Ensino Superior de 2004-2009.

Os dados da tabela comprovam o crescimento significativo do ensino superior privado em detrimento do setor público. No período de 2004 a 2009, enquanto o número de instituições privadas passou de 1.789 para 2.069, o que representou um crescimento de 15,65%, as instituições públicas registraram um crescimento de apenas 9,37%. O número de matrículas na rede privada aumentou em 26,1%, enquanto as matrículas na rede pública aumentaram 14,66%. Também o número de cursos cresceu 58,28% no setor privado em detrimento dos 31,39% observado no setor público. Esses dados sugerem que o PROUNI tenha contribuído para esse crescimento, uma vez que se encontram dentro do período em que o Programa foi criado.

Ainda no sentido de identificar os impactos desse programa do governo federal no sistema de ensino superior brasileiro, os dados do Censo do Ensino Superior do ano de 2005 mostram que o número de vagas “criadas” pelo PROUNI no ano de 2005 – da ordem de 112.275 – aproximou-se bastante do total de vagas oferecidas por todas as instituições

federais de ensino superior do Brasil, que contabilizou um número de aproximadamente 133.000 vagas (incluindo cursos de graduação presenciais e à distância), o que representou um aumento de 84,4% nas vagas financiadas pelo governo federal. No ano de 2006, fato semelhante ocorreu, de forma que o número de bolsas destinadas ao PROUNI, no referido ano, expressou aumento de 86% nas vagas pagas com o dinheiro dos cofres da União (ANDRÈS, 2008, p. 20).

Na tabela 3, tem-se os números do crescimento da oferta de vagas pelas Instituições de Ensino Superior privado, desde que o PROUNI foi criado, e o que esse aumento representou dentro do próprio setor.

TABELA 3

Número de bolsas oferecidas pelo PROUNI no Brasil e regiões e porcentagem que elas representam sobre as vagas oferecidas pelo setor privado de ensino – Brasil 2005-2009

Ano	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Nº Bolsas	%	Nº Bolsas	%	Nº Bolsas	%	Nº Bolsas	%	Nº Bolsas	%	Nº Bolsas	%
2005	112.275	5,28	5.773	0,27	18.282	0,86	59.365	2,7	19.521	0,91	9.334	0,43
2006	138.668	6,03	7.221	0,31	18.540	0,8	69.084	3	30.343	1,32	13.480	0,58
2007	163.854	6,56	6.957	0,27	25.034	1	80.635	3,23	36.083	1,44	15.145	0,6
2008	225.005	8,51	10.072	0,38	38.856	1,47	116.839	4,42	39.403	1,49	19.835	0,75
2009	247.643	8,93	12.373	0,44	36.157	1,3	128.310	4,63	48.330	1,74	22.473	0,81

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo MEC/Inep, Censo do Ensino Superior de 2005-2009 e pelo site do PROUNI.

Com apenas seis anos de existência, o PROUNI já representa aproximadamente 9% das vagas oferecidas pelo setor privado de um modo geral. Os dados da Tabela 3 comprovam que o número de bolsas oferecidas pelo PROUNI mais do que dobrou entre os anos de 2005 e 2009. Analisando os números da tabela, nota-se que, em relação a 2005, o crescimento do número de bolsas oferecidas foi da ordem de 114,32% na região Norte. Na região Nordeste, o crescimento foi de 97,77%; na região Sudeste, foi de 116,13%; na região Sul, foi de 147,57% e na região Centro-Oeste, houve um crescimento de 140,76%.

Além disso, pode-se perceber que a distribuição de bolsas se dá de forma bastante desigual devido à dispersão espacial das IES. Entre 2005 e 2009, apesar do crescimento do

número de IES privadas ter sido maior nas regiões Norte e Nordeste (20,75% e 17,98%, respectivamente) que nas demais (vide Tabela 4), o número de bolsas oferecidas pelo PROUNI no Norte representava 4,99% do total e, no Nordeste, essa porcentagem era de 14,6%. Ou seja, juntas, essas duas regiões não ofereciam nem 20% das bolsas destinadas ao Programa em 2009.

A tabela a seguir traz o número de IES públicas e privadas no Brasil e regiões.

TABELA 4

Número de IES públicas e privadas no Brasil e regiões – Brasil – 2005-2009

Ano	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas
2005	231	1.934	16	106	60	328	98	953	39	331	18	216
2006	248	2.022	18	117	63	349	109	984	40	347	18	225
2007	249	2.032	18	122	60	362	112	983	40	335	19	230
2008	236	2.016	18	121	59	373	104	965	39	331	16	226
2009	245	2.069	19	128	61	387	110	980	39	347	16	227

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo MEC/Inep, Censo do Ensino Superior de 2005-2009

A análise dos dados presentes na Tabela 4 indica que o número de IES privadas localizadas na região Sudeste (980) representava, em 2009, 47,36% dos estabelecimentos privados de todo o Brasil. Somando-se instituições públicas e privadas, o Sudeste detinha, nesse mesmo ano, 47,10% de todas as IES do Brasil. Ou seja, quase metade das Instituições de Ensino Superior estava concentrada na região Sudeste, bem como 51,81% das bolsas oferecidas pelo PROUNI.

Considerando esses dados, pode-se dizer que o PROUNI não resolve o problema do acesso ao ensino superior, uma vez que o Norte e o Nordeste concentram os menores índices de escolarização superior e, ainda assim, são as regiões que possuem menos estabelecimentos.

Entretanto, apesar do aumento no número de bolsas e dos recordes de inscrição para concorrer às bolsas do Programa, há algum tempo notícias dão conta de que tem sobrado

bolsas do PROUNI. Recentemente, a Folha de São Paulo online publicou uma reportagem de Ângela Pinho, a qual informa que o número de selecionados recuou 5% no ano de 2010. Apesar da demanda ter crescido 40% no ano passado, o número de bolsas concedidas teve uma queda⁸.

Segundo informações da Consultoria Legislativa realizada em 2008 por Aparecida Andrès, no tocante à adesão ao PROUNI, em 2005, tão logo a Lei que institui o programa foi sancionada, 60% das IES privadas aderiram ao mesmo, perfazendo um total de 1.142. Daí em diante, esse número só foi aumentando, de modo que em 2006 eram 1.232, em 2007 eram 1424 e, para o primeiro semestre do ano de 2008, já eram 1.416 IES privadas, chegando a aproximadamente 70% do total.⁹

Finalmente, pode-se dizer que, assim como no governo FHC, o setor privado foi o principal responsável pela expansão do ensino superior no governo Lula. Mais que isso, esse crescimento foi maior no governo Lula que no governo FHC. Apesar da grande campanha realizada em favor da expansão das universidades federais, os estabelecimentos privados foram responsáveis pelo crescimento de 65% nas matrículas entre os anos de 2003 e 2009. De todos os estudantes do ensino superior, 75% estão matriculados nas instituições privadas. A criação do PROUNI, no ano de 2005, é a principal razão para esse crescimento. Mesmo assim, cabe enfatizar que, mesmo com essa expansão, a taxa de jovens de 18 a 24 anos em cursos de graduação ainda é inferior a 15% - bem abaixo da meta prevista pelo PNE, que é de 30%.

⁸ “PROUNI encolhe, apesar da procura ter crescido.” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/874142-prouni-encolhe-apesar-da-procura-ter-crescido.shtml>>.

⁹ A única fonte encontrada que forneceu o número de IES privadas que aderiram ao PROUNI foi a Consultoria Legislativa realizada por Aparecida Andrès sobre o referido programa e publicada no ano de 2008. Por essa razão, não são citados no presente trabalho os dados referentes ao segundo semestre de 2008, ao ano de 2009 e ao primeiro semestre de 2010.

CAPÍTULO 2 – O PROUNI COMO POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À INICIATIVA PRIVADA

Ao lançar um olhar sobre o desenvolvimento da educação brasileira, Cunha (2007) alerta que este desenvolvimento percorreu/percorre caminhos meandrosos, uma vez que as políticas educacionais são resultantes de forças políticas contraditórias – e, portanto, de interesses que quase sempre não convergem – que atuam ora a favor da expansão da rede privada de ensino, ora da rede pública, ora de ambos os segmentos. Assim, ele afirma que não se pode compreender a privatização como um processo generalizado e contínuo, uma vez que inflexões ocorridas durante o desenvolvimento da educação brasileira podem mudar os rumos das políticas destinadas a essa área (CUNHA, 2007).

Também é preciso compreender que o processo de privatização do ensino não é um fenômeno atual. Segundo Carvalho (2006a), no final dos anos 1960 a política de incentivos e isenção fiscal destinada às entidades do setor privado já era uma realidade e, naquele momento, apresentava-se enquanto uma importante ferramenta para impulsionar o projeto de desenvolvimento nacional, motivo pelo qual recebeu grandes investimentos. Observou-se, também, nos anos de 1970, um grande crescimento da rede privada de ensino superior no Brasil. Após esse período, os anos de 1990 marcam a retomada desse processo de privatização, com a entrada de um contingente de estudantes cada vez maior nos estabelecimentos privados, caracterizando a massificação desse nível de ensino.

Discutindo-se na atualidade a privatização, deve-se tomar o Programa Universidade Para Todos, o qual é apresentado como uma das políticas que vem sendo destinadas ao ensino superior pelo governo Lula. Sob o argumento da democratização, foi encaminhado ao Congresso Nacional, no ano de 2004, o Projeto de Lei nº 3.582, que trata da instituição do PROUNI, propondo que as instituições privadas destinem vagas para estudantes de baixa renda em troca de isenção fiscal. Ao ser editada a Medida Provisória nº 213/2004, instituiu-se o PROUNI. Depois disso, o Decreto nº 5.245/2004 veio regularizar a MP e a Portaria nº 3.268/2004 estabeleceu os procedimentos para que as instituições privadas de

ensino superior pudessem aderir ao programa. Finalmente, o PROUNI foi sancionado com a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

A lei do PROUNI determinou que as Instituições de Ensino Superior que aderissem ao programa deveriam oferecer bolsas para estudantes carentes que tivessem renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio e que tivessem cursado o ensino básico todo em escola da rede pública ou, então, em escola particular na condição de bolsista integral. O Programa também destina bolsas a professores que atuam na rede pública, para que os mesmos cursem alguma licenciatura, Pedagogia ou Normal Superior para atuar na Educação Básica – com a intenção de melhorar a qualificação do magistério, com possíveis impactos na qualidade da aprendizagem dos alunos desse nível educacional. Há ainda bolsas destinadas às políticas afirmativas (cotas) aos portadores de deficiência e aos negros e indígenas. Por outro lado, também são oferecidas bolsas parciais (de 25% e 50%) àqueles alunos cuja renda *per capita* da família esteja entre um e três salários mínimos (CARVALHO, 2006a; CATANI, HEY, 2007).

O oferecimento dessas bolsas pelas IES privadas é resultado da isenção de alguns tributos que elas deixam de pagar, quais sejam:

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social (OTRANTO, 2006, p. 9).

O PROUNI oferece às instituições a vantagem da renúncia fiscal. Ou seja, os estabelecimentos que aderem ao Programa têm isenção tributária e, por isso, deixam de pagar os impostos já elencados. Carvalho (2002) afirma que, também nas décadas de 1960 e 1970, a renúncia fiscal foi o fator central no financiamento do ensino superior – o que demonstra que essa prática não é inédita –, mas que essa não era a única forma de incentivo. Outros mecanismos utilizados foram: transferências orçamentárias; a institucionalização de fundos e programas, além da ação do Conselho Federal de Educação (CFE), na facilitação da autorização para o funcionamento de instituições de ensino isoladas através do afrouxamento dos critérios.

À justificativa do PROUNI, além do discurso da democratização, acresceu-se, quando da sua homologação, a necessidade de atender às metas propostas no Plano Nacional de Educação, o qual tem por objetivo que 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam matriculados em curso de nível superior até o ano de 2010. No entanto, estudos revelam que esse discurso que trata da meta do PNE “encobre a pressão das associações representativas dos interesses do segmento privado, justificada pelo alto grau de vagas ociosas” (CARVALHO & LOPREATO, 2005, p.94).

De acordo com Catani, Hey e Gilioli (2006), de fato,

O princípio do Prouni segue essa orientação: promove o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado, cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010 (CATANI, HEY e GILIOLI, 2006, p. 127).

Vale a pena chamar a atenção que, desde que a idéia da criação do PROUNI foi divulgada, esse Programa vem suscitando análises que questionam sua legitimidade. No que concerne, por exemplo, ao processo de tramitação, é importante destacar que durante o período em que o PL tramitou no Congresso até tornar-se a Lei do PROUNI, o Programa sofreu diversas alterações, as quais foram influenciadas pelas IES privadas e beneficentes, tendo em vista os interesses dos empresários do ensino. Exemplo disso, Leher (2004, p.879) assevera que, “Da versão original à MP, o custo relativo de cada vaga foi multiplicado por 2,8!” As IES privadas encontravam-se num momento caótico no que diz respeito ao número excessivo de vagas ociosas.

De acordo com Catani & Hey (2007), no ano de 2002 a rede privada de ensino superior tinha uma taxa de 35% de vagas ociosas. No ano de 2003, esse número elevou-se para 42%, atingindo os 49,5% no ano de 2004. É praticamente impossível desvincular a idealização do PROUNI da idéia de “salvação” das Instituições de Ensino Superior privadas. Nesse mesmo sentido, Carvalho (2006b) assinala que o PROUNI apresentou-se como uma espécie de “válvula de escape”, pois, além de propor uma solução ao problema

da ociosidade de vagas, as instituições ainda recebiam isenção tributária¹⁰ pelo oferecimento de bolsas de estudo integrais e parciais.

O quadro a seguir traz, de forma concisa, as principais transformações ocorridas no PROUNI, desde o PL até a Lei aprovada.

¹⁰ No ano de 2005, o governo deixou de arrecadar R\$106,7 milhões das IES em virtude do PROUNI. Em 2006, a renúncia fiscal foi de R\$264,6 milhões e, em 2008, a Receita Federal estimava que esse montante chegaria aos R\$385,3 milhões. (“Governo ‘paga’ R\$ 230 mil a cada instituição de ensino do ProUni”. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=268981>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2011).

Quadro 1 – Mudanças do PL do PROUNI até a Lei nº 11.096/05

	PL nº 3.582/2004	MP nº 213/2004	Lei nº 11.096/2005
Beneficiados pela bolsa	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos que cursaram ensino médio completo em escola pública; - Professores da rede pública de Educação Básica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Além do previsto no PL, o programa prevê bolsas para estudantes egressos de escolas de ensino médio da rede privada, desde que bolsistas integrais; - Estudantes portadores de necessidades especiais; - A MP deixa claro que os professores da rede pública podem se candidatar a bolsas somente em cursos de licenciatura e pedagogia, independente de sua condição econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos que cursaram ensino médio completo em escola pública e, também, estudantes egressos de escolas de ensino médio da rede privada, desde que bolsistas integrais; - Estudantes portadores de necessidades especiais; - Professores da rede pública podem pleitear bolsas em cursos de licenciatura, pedagogia e, também, Normal Superior.
Renda per capita	<ul style="list-style-type: none"> - Apenas alunos com renda familiar <i>per capita</i> de até 1 salário mínimo poderiam pleitear as bolsas integrais. 	<ul style="list-style-type: none"> - O limite de renda aumenta para 1 1/2 salário mínimo; - O Programa passa a conceder bolsas parciais de 50% para os alunos cuja renda <i>per capita</i> não ultrapasse 3 salários mínimos. 	<ul style="list-style-type: none"> - O limite de renda estabelecido é de 1 1/2 salário mínimo; - Além de bolsas integrais e parciais de 50%, Programa estabeleceu a concessão de bolsas parciais de 25% para os alunos que também possuem renda <i>per capita</i> de até 3 salários mínimos.
Proporção de bolsas que devem ser oferecidas pelas IES	<ul style="list-style-type: none"> - 1 bolsa integral para cada 9 alunos regularmente pagantes (instituições com e sem fins lucrativos); - A proporção, para as IES beneficentes de assistência social, era 1 bolsa integral a cada 4 alunos pagantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Com a criação das bolsas parciais de 50%, surgem alternativas para a proporção de bolsas a serem oferecidas. Para as IES sem fins lucrativos e não filantrópicas: 1 bolsa integral para cada 19 pagantes + bolsas de 50% até atingir 10% da receita bruta anual recebida pela IES; - Para as beneficentes, 1 bolsa integral para cada 9 pagantes + bolsas de 50% e programas de assistência social até atingir, no mínimo, 20% da receita bruta da IES. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ficou definido para as instituições com ou sem fins lucrativos, não filantrópicas: 1 bolsa integral para cada 10,7 pagantes ou 1 bolsa integral a cada 22 pagantes + bolsas parciais (25% e 50%) até atingir 8,5% da receita bruta da IES. - Para as beneficentes, 1 bolsa integral para cada 9 pagantes + bolsas de 50% e programas de assistência social até atingir, no mínimo, 20% da receita bruta da IES.
Sanções às IES que descumprirem com as regras do PROUNI	<ul style="list-style-type: none"> - A IES que apresentasse desempenho insatisfatório por dois anos consecutivos ou três intercalados, no período de 5 anos, teria o curso desvinculado do Programa; - Multa de, no máximo, 1% do faturamento anual da IES. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos mal avaliados são desvinculados após três avaliações insatisfatórias consecutivas; - Não prevê nenhum tipo de sanção financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idem MP.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com informações presentes em Carvalho & Lopreato (2005).

Não apenas a mudança na proporção de bolsas que deviam ser oferecidas privilegiou as IES (em especial àquelas com fins lucrativos em detrimento das filantrópicas), como também os requisitos para os que queriam ser beneficiados pela bolsa e o aumento da renda *per capita*, expandiram consideravelmente o número de candidatos

potenciais à bolsa. Destaca-se ainda o fato de que a lei aprovada não faz nenhuma exigência acerca da qualidade das instituições no momento em que elas aderiram ao Programa; somente após três anos consecutivos de desempenho insatisfatório nas avaliações realizadas pelo MEC é que a instituição pode ser excluída do PROUNI.

Assim, o Quadro 1 traz informações que tornam evidente que a redação definitiva do documento que explicita o jogo político inerente a todo esse processo, uma vez que o MEC teve que atender os interesses privados, através de um texto mais flexível com relação aos requisitos, sanções e contrapartidas das instituições particulares. Por fim, fica claro que as IES privadas foram privilegiadas por essa lei, mesmo que seus representantes não tenham sido plenamente atendidos em suas reivindicações (CARVALHO, 2006a).

Além de atender às demandas reivindicadas pelos empresários do ensino superior, vale mencionar que o PROUNI foi gestado no bojo das discussões referentes às ações afirmativas: um programa que surge como uma saída do governo para o atendimento da população com baixo poder sócio-econômico, compatibilizando, ainda, com as demandas que estavam sendo reclamadas por diversos grupos sociais.

Com relação às bolsas destinadas às políticas afirmativas, Carvalho (2006a) considera que

Tais medidas corroboram com os interesses de parte da sociedade civil, dos movimentos sociais em prol das ações afirmativas, bem como dos egressos do ensino médio público, por não se considerarem uma demanda potencial às instituições públicas frente às barreiras impostas pelos exames vestibulares (CARVALHO, 2006a, p. 985).

Os posicionamentos adotados pelo governo Lula demonstram que o discurso oficial é também a implementação das políticas afirmativas. O PROUNI, enquanto um programa que reserva vagas para determinados grupos sociais em Instituições de Ensino Superior privadas, aparece, então, como um passo importante para compensação das perdas históricas desses grupos, uma vez que a lei sancionada determinou que as IES privadas que aderissem ao programa deveriam oferecer bolsas com base em cotas étnicas, além das

bolsas para estudantes provenientes de famílias de baixa renda e egressos de escolas públicas, em troca de deduções fiscais para as IES.

O se questiona não são apenas as questões ligadas ao PROUNI destinar suas ações à estudantes de baixa renda, mas sim ao fato desse programa, que vem atendendo às reivindicações desses grupos (étnico-raciais, principalmente), não ser um instrumento de luta por direitos universais.

Portanto, é imprescindível que, nesse momento, seja chamada à discussão a necessidade de implementação de políticas e programas que pressuponham direitos sociais amplos, que defendam a melhoria das condições para todos. No que diz respeito ao acesso ao ensino superior, por exemplo, por que não destinar maiores investimentos para a melhoria da Educação Básica e para a expansão do ensino superior público de qualidade ao invés de destinar cotas a apenas um grupo restrito da sociedade?

Tendo em vista as conseqüências da adoção das ações afirmativas, autores como Fry (*apud* STRECKER, 2006), Maggie (*apud* STRECKER, 2007) e Fry e Maggie (2004) acreditam que o sistema de cotas não é um caminho para combater a exclusão social. Com argumentos contrários a esse discurso, os autores declaram que as cotas raciais produzirão uma sociedade de cisão racial, incitando, mais que o racismo, o ódio racial, pois

(...) os brasileiros não se pensam em brancos e negros. E a política de cotas é uma política de Estado que visa a separar brancos de negros, na suposição de que negros sofrem mais, têm mais dificuldade. (...) O objetivo da política de cotas não é democratizar o acesso ao ensino superior, não é produzir equidade na sociedade brasileira. É produzir um país dividido racialmente.¹¹

Tanto Fry (*apud* STRECKER, 2006) quanto Maggie (*apud* STRECKER, 2007) alertam que a postura por eles adotada contra as cotas não significa uma negação da existência do racismo no Brasil. Pelo contrário, acreditam que esse é um problema que permeia a sociedade brasileira, mas que não vai ser resolvido legalizando a categoria 'raça'

¹¹ Maggie em entrevista à Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p.4.

nos documentos oficiais, uma vez que se estaria enfatizando uma suposta diferença. De acordo com Fry (*apud* STRECKER, 2006),

Ao invés de resolver a questão do acesso das massas às universidades, fala-se em dividir racialmente. Dizer que vamos resolver tudo com uma lei que não custa nada, sobre 500 anos de representações negativas, é ingenuidade.¹²

Existe, pela população brasileira, uma grande aceitação e até satisfação no que se refere a essas políticas de expansão do ensino superior. Esse fato pode ser explicado pela potencial condição de beneficiária, por parte da população, da sociedade, e também pelo forte apelo ideológico contido nos discursos governamentais e propagandas do Programa. No caso do PROUNI e do REUNI, por exemplo, a palavra democratização, seguida por outras expressões, tais como justiça social, igualdade de oportunidades, etc., tem sido o elemento central desses discursos. E quem se coloca contrário à democratização?

A todo momento as discussões realizadas por Catani, Hey e Gilioli (2006) e também por Carvalho (2006a), questionam o Programa Universidades Para Todos enquanto política que caminha em direção à democratização do ensino. Mais que isso, esses autores consideram que o PROUNI, até enquanto política assistencialista é fraco, uma vez que credita às IES privadas a responsabilidade da formação do estudante e a sua manutenção na instituição – fato este distante da realidade dessas instituições.

A propósito do que foi dito anteriormente, sabe-se que

(...) as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa. (CARVALHO, 2006a, p. 994)

Enfim, presume-se que para cumprir a meta proposta pelo PNE, o Ministério da Educação, ao criar PROUNI e fazer dele uma ferramenta para alcançar essa meta, optou por uma política assistencialista (concessão de benefícios) ao invés de promover os direitos dos cidadãos de terem acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Em outras palavras, tal programa traz consigo uma concepção assistencialista, que oferece benefícios

¹² Fry em entrevista à Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p. 4.

e não direitos aos egressos do ensino médio, uma vez que promove o acesso, mas não a permanência do aluno no curso e a conclusão deste último (CARVALHO, 2006a).

Tendo em vista esta situação, Carvalho (2006a) evidencia que a partir do ano de 2006 começaram a ser concedidas, pelo MEC, as chamadas bolsas de permanência, com vistas a subsidiar algumas despesas, tais como transporte, alimentação e material didático. As bolsas permanência são destinadas àqueles bolsistas PROUNI matriculados em cursos de tempo integral, cuja carga-horária seja igual ou superior a seis horas diárias. A autora concorda que esse é um avanço importante do programa, mas insuficiente, tanto em termos monetários – já que o valor da bolsa é de R\$300 – como também na questão da abrangência, uma vez que apenas cerca de 2% do total de bolsistas do PROUNI foram beneficiados com esse auxílio¹³.

Assim como os demais autores, que trazem críticas ao Programa, as análises de Cunha (2007) indicam que o PROUNI é um claro exemplo de incentivo do setor público à expansão da rede privada de ensino superior. Tendo em vista essa linha tênue existente entre o que é público e o que é privado, Mancebo (2004) diz que

deve-se insistir no aspecto privatizante do ProUni, porque delega responsabilidades públicas para entidades privadas e, mesmo que os alunos não paguem mensalidades, contribui para o aumento da oferta privada nesse campo. Assim, o que está em jogo não é o "afastamento" da ação estatal, senão sua reconfiguração quanto à oferta do ensino superior. Na própria justificativa do Projeto de Lei, apresentado no *site* do MEC, é transparente a idéia de que "o "Universidade para Todos" está inserido [num] esforço de mudança de rumos, criando uma nova relação entre o setor público e privado" (BRASIL/MEC, 2004, p. 2), melhor dito, promovendo um embaralhamento das barreiras entre o público e o privado (MANCIBO, 2004, p. 85).

Além de todos os benefícios que o PROUNI concede à rede privada de ensino superior relatados anteriormente, Cunha (2006) alerta para a existência do Projeto de Lei nº 920/2007 que prevê a possibilidade das IES privadas que possuem dívidas com a Receita Federal saldarem a mesma através da concessão de bolsas via PROUNI.

¹³ Os alunos bolsistas que participaram da presente pesquisa e que estão matriculados em cursos de tempo integral, como é o caso dos alunos de medicina, afirmam que é muito comum o atraso dessas bolsas. Esses alunos reclamam que não existe um dia certo para o recebimento do benefício, o que os prejudica, uma vez que as despesas para se manter no curso continuam a ser cobradas, independente do recebimento da bolsa.

A diferenciação entre as instituições existentes dentro do próprio segmento privado, que foi regulamentada através do Decreto nº 2.306/1997, é também outra questão a ser considerada em meio aos debates sobre o PROUNI. A verdade é que as instituições privadas com fins lucrativos obtiveram mais vantagens com PROUNI que as filantrópicas, na medida em que aquelas devem oferecer uma bolsa integral a cada 10,7 alunos pagantes ou conceder uma bolsa integral a cada 22 estudantes e bolsas parciais até atingir uma receita bruta igual a 8,5%. E as filantrópicas são obrigadas a oferecer 20% da receita anual em forma de bolsas.

Tabela 5

Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES

Tributos	Com fins lucrativos		Sem fins lucrativos			
	Atual	PROUNI	Confissional / Comunitária		Filantrópica	
			Atual	PROUNI	Atual	PROUNI
IRPJ	25% x lucro	-	-	-	-	-
CSLL	9% x lucro	-	-	-	-	-
COFINS	7,6% x receita	-	3% x receita	-	-	-
PIS	1,65% x receita	-	1% x folha	-	1% x folha	-
INSS (patronal)	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	-	-

Fonte: Carvalho e Lopreato (2005).

Como pode ser observado na tabela acima, as IES confessionais/comunitárias, por exemplo, deixam de recolher o PIS (Programa de Integração Social) – que tem baixo impacto sobre a rentabilidade – e a COFINS (Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social). A isenção do COFINS, entretanto, incentiva o aumento do número de matrículas o que gera um aumento nos ganhos dessas instituições. Já no caso das instituições filantrópicas, essas são obrigadas a conceder bolsas integrais e parciais, no valor de 20% da receita anual, mesmo já estando isentas de uma carga tributária considerável, enquanto que as primeiras lucram com essa isenção (CARVALHO, 2006a; CATANI & HEY, 2007).

A partir do PROUNI, as filantrópicas deixaram de recolher apenas o PIS que, como já sinalizado anteriormente, não interfere de maneira significativa nos ganhos das instituições. Fica claro, então, que as IES com fins lucrativos se beneficiam da isenção

prevista pelo PROUNI em detrimento das IES sem fins lucrativos, especialmente as filantrópicas.

Observa-se, em decorrência disso, uma migração das entidades filantrópicas para o status de entidade com fins lucrativos. Nesse sentido, Cunha (2007) diz que

Nessa migração, elas levam consigo o capital acumulado, com base em financiamentos de agências governamentais a juros privilegiados. Em suma, trata-se de doação de capital do setor público para o setor privado (CUNHA, 2007, p. 280).

Essa migração, apontada por Cunha (2007) como uma tendência, também é tratada por Carvalho (2006a) como um desrespeito do Programa ao que está previsto na Constituição Federal de 1988. Essa autora nos diz que,

A troca de imunidade por isenção, por dez anos renováveis por iguais períodos, não traz prejuízos significativos e os tributos municipais podem ser barganhados com os poderes locais. O INSS patronal, de acordo com o explicitado na legislação do PROUNI, pode ser suavemente parcelado nos cinco primeiros anos. Nesse ponto, a concepção do programa fere o artigo 213 da Constituição Federal de 1988, como bem lembra Pinto (2004), uma vez que a Carta Magna não permite a destinação de recursos públicos para instituições com fins lucrativos e apenas admite bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio e, neste caso, para as instituições sem fins lucrativos (CARVALHO, 2006a, p. 988-989).

Nesse sentido, parece bastante apropriada a constatação de Martins (2009), que, cinco anos após o início do PROUNI, faz uma análise pertinente, afirmando que

A forma pela qual se deu a expansão do ensino superior no período em foco torna evidente que a simples ampliação de vagas no setor privado não ofereceu nenhuma garantia para sua democratização. O acesso ao ensino superior brasileiro continua restrito a aproximadamente 12% dos estudantes na faixa etária de 18-24 anos, o que contrasta com países mais avançados que têm absorvido aproximadamente 60% de jovens dessa faixa de idade (MARTINS, 2009, p. 29).

Por outro lado, mas ainda referente às justificativas apresentadas em defesa do PROUNI, localiza-se o discurso de que esse programa é um meio de redistribuição indireta de renda, uma vez que a isenção tributária para IES particulares converte-se em benefício (nesse caso, a educação) para as camadas mais pobres da sociedade. Assim, Corbucci, citado por Carvalho (2006a), argumenta que, caso esses tributos fossem arrecadados, não

necessariamente beneficiariam esses grupos sociais (CORBUCCI *apud* CARVALHO, 2006a).

Em contrapartida, desmistificando a proposição anteriormente apresentada, Mancebo (2004) garante que

Longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções, para os pobres (MANCEBO, 2004, p.86).

Para cumprir a meta proposta pelo PNE, o MEC optou por uma política assistencialista, de concessão de benefícios, através da qual a educação ganha, mais uma vez, o *status* de bem público, ao invés de direito social, dotada de um caráter público, gratuito e de qualidade (MARTINS, 2009).

A política assistencialista do MEC não leva necessariamente à democratização da educação superior, pois a destinação dos alunos bolsistas para os cursos, bem como para as IES privadas, poderá contribuir para uma diferenciação no sistema escolar, na medida em que os alunos serão mais ou menos valorizados pelo fato de serem ou não ligados ao PROUNI. No caso dos bolsistas do PROUNI, esse seria mais uma fator de diferenciação, já que eles são os estudantes pertencentes às classes mais pobres. Nesse caso, vale citar a constatação de Catani & Hey (2007), quando estes falam da

(...) naturalização da educação superior para camadas menos privilegiadas da população em instituições de segunda categoria. As classes mais favorecidas continuam sendo atendidas em universidades de primeira linha (CATANI & HEY, 2007, p. 424).

As políticas de ampliação do acesso à educação superior são vistas como sinônimo de acesso ao sistema conforme a posição de classe de cada um: aos bem nascidos garante-se educação de alta qualidade e, aos despossuídos, garante-se o acesso – nem mesmo a permanência – às instituições e aos cursos menos prestigiados. (CATANI & HEY, 2007, p. 425)

No tocante às discussões sobre a democratização do ensino superior, podemos citar Petitat (1994). Em estudos realizados acerca da expansão do ensino superior na França e nos Estados Unidos (EUA), ele observou que o aumento do número de vagas nesse nível de ensino, o que contribuiu para o ingresso das massas no ensino de terceiro grau, não significou necessariamente a democratização do acesso ao ensino superior. Segundo ele,

A forte descentralização do ensino norte-americano resulta em inúmeras nuances de um estabelecimento para outro, e uma grande riqueza de opções e de cursos hierarquizados. Esta variedade não impede, absolutamente, uma forte escolarização; ao contrário, ela a favorece enquanto garante, de forma contínua e através de pequenos procedimentos, uma seleção rigorosa de estudantes. (PETITAT, 1994, p.236-237)

Petit (1994) destaca que a democratização foi na verdade um processo de massificação do ensino superior nesses países. Se pensarmos no caso brasileiro, programas como o PROUNI parecem estar contribuindo para uma massificação do ensino superior, uma vez que os estudantes oriundos de classes menos favorecidas estão entrando no ensino superior, mas não nas mesmas instituições e cursos daqueles estudantes de origem social mais privilegiada.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o PROUNI é um Programa, que nas políticas liberais, parece calcado no ideário da igualdade de oportunidades. Apesar de não garantir a permanência dos estudantes nos cursos em que estão matriculados – fato que aumenta a concentração dos bolsistas em cursos de menor prestígio social – oferece a oportunidade. Nesse caso, o Estado se diz cumpridor de seu papel de oferecer acesso ao ensino, mas não se responsabiliza pelo insucesso daqueles que fracassam.

Carvalho (2006a) esclarece que, mesmo com a criação e implementação do PROUNI, a problemática do acesso ao ensino superior permanece sem uma solução claramente definida. Ela afirma que,

Considerando-se sua legitimidade social, o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma àqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance real de ascensão social para poucos que estudaram no seletivo grupo de instituições privadas de qualidade. Mas, para a maioria, cuja porta de entrada encontra-se em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional, o programa pode ser apenas uma ilusão e/ou uma promessa não

cumprida. Ademais, a gratuidade integral ou parcial para estudar não é suficiente para seus beneficiários, os quais necessitam de assistência estudantil que apenas as instituições públicas ainda podem oferecer (CARVALHO, 2006a, p. 995-996).

Pode-se dizer que muitos são os aspectos relativos ao PROUNI que ainda devam ser analisados. Entretanto, a literatura referente a esse assunto já indica o caráter compensatório dessa política. Contrariando a idéia de justiça social tão associada a esse Programa, há que se considerar que apenas a expansão de vagas não resolve o problema da democratização, haja vista que essa ação não elimina o sistema de desigualdades sociais pré-existentes.

No que diz respeito à democratização, entende-se que

a democracia que se realiza materialmente em nossa sociedade é a democracia liberal – a igualdade jurídica, a possibilidade de representatividade e o direito ao voto. Objetivamente, essa democracia está circunscrita ao plano político. Por essa razão é possível inferir que atribuir à democracia um caráter de igualdade material é pura ideologia, quando propalada pelos setores dominantes da sociedade, e idealismo quando este mesmo entendimento de democracia “embla” as práticas políticas de parte da esquerda (NOGUEIRA e BORGES, 2004, p. 89).

Assim, pensa-se que a democratização deve ser a via para alcançar uma sociedade igualitária, com autonomia, participação, cidadania, direitos sociais e justiça social. Entretanto, sabe-se que essa democracia não é possível de se realizar plenamente numa sociedade capitalista. Certamente que algumas melhorias são realizadas, porém, na sociedade em que vivemos, a democratização concretiza-se através da concessão somente das melhorias necessárias nas condições de vida das massas, as quais possibilitem a perpetuação do projeto capitalista.

Finalmente, entende-se que a democratização que está presente nos discursos acerca do PROUNI é o conceito de democratização liberal, uma vez que a educação, que deveria ser um **direito** do cidadão, é entendida como uma benesse do Estado, contribuindo, assim, para a continuidade do modelo de sociedade vigente.

CAPÍTULO 3 – PROUNI: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR?

Uma política democratizante não é aquela que promove somente a expansão do número de vagas e, assim, possibilita a entrada de um número maior de pessoas ao ensino superior. O PROUNI, enquanto Programa que se pretende democratizante, deveria considerar, em primeira instância, a qualidade das instituições como pré-requisito para ingresso das mesmas no Programa. Por outro lado, ao garantir o acesso, mas não a permanência dos bolsistas no sistema, o Programa não parece estar preocupado em garantir oportunidades iguais para todos.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em reunião realizada na cidade de Brasília, no dia 18 de março de 2004, manifestou-se contrária à implementação do programa de “compra de vagas”, o PROUNI, o qual ainda encontrava-se em processo de elaboração (uma vez que a Medida Provisória só viria a ser editada em setembro desse mesmo ano).

Os excluídos da educação superior brasileira não querem apenas uma oportunidade de acesso à graduação: o que de fato querem, é a igualdade de oportunidade para a obtenção de formação superior qualificada. E esta condição, como mostram os números e a experiência histórica, é oferecida pelo sistema público de educação superior. O que garante a inclusão social duradoura não é a simples (e absolutamente necessária) expansão da oferta de vagas, mas a qualidade e a pertinência da formação. O poder público não pode patrocinar a oferta de oportunidades desiguais de acesso a educação superior. Aos pobres, negros, pardos, índios e a tantos outros setores excluídos da educação superior, deve-se oferecer oportunidade igual de formação qualificada, o que se faz através do fortalecimento da educação pública e da ampliação da oportunidade de acesso republicano – “pela porta da frente” – à formação superior. (ANDIFES, 2004, p. 4-5)

As críticas direcionadas ao Programa pela ANDIFES são, ainda hoje, bastante pertinentes. Assim como em 2004, hoje, seis anos após sua criação, o Programa é passível de críticas que põem em xeque sua legitimidade. A criação do PROUNI não consolidou a igualdade de oportunidades. Muitos alunos bolsistas estão matriculados em IES que possuem qualidade questionável. Notícias veiculadas nos meios de comunicação

comprovam essa realidade. Em 2009, o jornal Folha On Line¹⁴ divulgou que um grupo formado por 400 faculdades e universidades, vinculadas ao PROUNI, tiveram desempenho insatisfatório nas avaliações do MEC. Em outras palavras, 31% das IES avaliadas obtiveram notas entre um e dois, numa escala que vai até cinco.

Em 2007, outra reportagem, publicada pelo jornal O Estadão On Line¹⁵, alertou que 8% dos 5,8 mil cursos que ofereciam bolsa do PROUNI eram considerados ruins. Apesar de ser um percentual baixo, a reportagem destaca que as notas mais baixas incluem uma das maiores instituições privadas do Brasil e que oferece um número elevado de vagas PROUNI – a Universidade Paulista (UNIP).

Além disso, há que se considerar o caráter compensatório desse Programa, uma vez que o não pagamento da mensalidade muitas vezes não beneficia aquele estudante de renda muito baixa.

Questiona-se, então, o PROUNI enquanto Programa de democratização e inclusão. Aliás, “É possível a inclusão num modelo excludente?” Esse questionamento é título de um artigo de Maria das Graças Marcelo Ribeiro, publicado pela Revista Espaço (2003)¹⁶.

Neste artigo, a autora diz que um modelo de sociedade, como o atual, que se sustenta com base na exclusão, não tem condições de promover a inclusão. Ribeiro questiona a ênfase dada à educação como via régia para inclusão e alerta que nenhuma política de inclusão social – e aqui podemos inserir as reflexões realizadas sobre a democratização via PROUNI – é promovida com fim emancipador, mas, ao contrário, com a finalidade de impedir as conseqüências da revolta daqueles que estão à margem da sociedade (RIBEIRO, 2003).

¹⁴ “55 instituições podem ter cursos cortados do ProUni por notas ruins.” Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/educacao/2009/09/19/ult4735u1788.jhtm>>. Acesso em: 24 de novembro de 2010.

¹⁵ “Cursos reprovados no Enade oferecem bolsas do ProUni”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,cursos-reprovados-no-enade-oferecem-bolsas-do-prouni,27647,0.htm>>. Acesso em: 24 de novembro de 2010.

¹⁶ A Revista Espaço é uma publicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

No entanto, o argumento dos responsáveis pela criação e implementação do PROUNI é que este Programa pode contribuir para a elevação da renda da população que recebe as bolsas: uma espécie de redistribuição indireta de renda que diminuiria as desigualdades sociais. Segundo Petitat (1994),

Decorre desta hipótese que uma redução na desigualdade de oportunidades, a princípio, no nível primário e, posteriormente, nos níveis secundários e universitários, deveria fazer-se acompanhar normalmente por uma redução das desigualdades sociais e, principalmente, das desigualdades econômicas. Será este o caso? (PETITAT, 1994, p. 221).

Mais uma vez, ressalta-se que os alunos beneficiados pelo PROUNI acumulam desigualdades anteriores, não só financeiras/de renda, mas também desigualdades escolares. Primeiro freqüentaram uma escola básica de qualidade ruim (salvo exceções) e, agora, com o aumento dos anos de escolaridade, são destinados a uma rede de ensino superior altamente hierarquizada, por conta da grande diferenciação institucional existente, cujos diplomas também são hierarquizados.

Nas palavras de Petitat (1994, p. 232), “o acesso ao ensino superior não significa a mesma coisa para todo mundo.”

Ao analisar os dados a respeito da oferta de vagas/bolsas do PROUNI nas IES de Minas Gerais (MG), em todos os processos seletivos realizados desde a criação do Programa em 2005, observa-se que MG é o segundo estado da região Sudeste que mais oferece bolsas, ficando atrás somente de São Paulo (SP). Em termos nacionais, a situação é a mesma: SP é o estado que disponibiliza o maior número de bolsas PROUNI, ficando MG em segundo lugar.

Esse fato pode ser observado na tabela a seguir, a qual traz a quantidade de bolsas ofertadas no Brasil, no Sudeste, como um todo, e em cada um dos estados que compõem essa região, desde o ano de 2005 até o ano de 2010.

TABELA 6

Número de bolsas PROUNI oferecidas pelas IES – Brasil e Região Sudeste – 2005-2010

Ano	Brasil	Sudeste	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	Espírito Santo
2005	112.275	59.365	35.652	12.023	9.449	2.241
2006	138.668	69.084	36.775	16.850	13.239	2.220
2007	163.854	80.635	48.058	19.961	10.053	2.563
2008	225.005	116.839	73.541	26.060	12.237	5.001
2009	247.643	128.310	84.442	27.553	12.423	3.892
2010 (*)	241.273	126.253*	84.817	26.393	11.163	3.562

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo site do PROUNI (<http://prouniportal.mec.gov.br>).

(*) Esse é o número disponibilizado pelas estatísticas oficiais. Entretanto, se somadas as bolsas ofertadas pelos 4 estados que compõem a região Sudeste, o número de bolsas oferecidas por essa região será 125.935. Os dados referentes ao ano de 2010 foram acessados no site do PROUNI no dia 04 de março de 2011.

Tendo em vista essa informação, realizou-se um levantamento para identificar o número de vagas/bolsas disponibilizadas em Belo Horizonte. Constatou-se, como pode ser visualizado na tabela abaixo, que no ano de 2010, as IES de Belo Horizonte representavam 33,28% das bolsas PROUNI disponibilizadas em todo o estado de MG, que é um número significativo.

TABELA 7

Número de bolsas do PROUNI ofertadas pelas IES na cidade de Belo Horizonte, por tipo, e a porcentagem que representam no Estado de Minas Gerais – Brasil – 2005-2010

Ano	Número de Bolsas Ofertadas			%
	Integral	Parcial	Total	
2005	1.557	1.459	3.016	25
2006	3.254	2.613	5.867	34
2007	3.500	3.334	6.834	34,2
2008	3.839	7.164	11.003	42,2
2009	5.295	4.067	9.542	34,6
2010	4.514	5.590	10.104	33,28

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo site do PROUNI (<http://prouniportal.mec.gov.br>).

Constatou-se também que a cidade de BH tem sua rede de ensino superior composta por um total de 9 IES públicas e 78 IES privadas¹⁷. Das 78 IES privadas, 57 estão credenciadas ao PROUNI e apresentam a seguinte organização acadêmica:

TABELA 8

IES de Belo Horizonte, que aderiram ao PROUNI, por organização acadêmica – 2010

Organização Acadêmica	Número de IES	%
Universidades	17	29,8
Centros Universitários	6	10,5
Faculdades	32	56,1
Centros, Institutos e Escolas Superiores	2	3,5
Total	57	100

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em dados disponibilizados pelo site <<http://emec.mec.gov.br>> em 26 de abril de 2010 e dados disponibilizados no site das IES.

Assim, 56,1% das IES de Belo Horizonte que oferecem vagas para o PROUNI são faculdades. Em seguida, vem as universidades que representam 29,8% das IES, os centros universitários que representam 10,5% e, por fim, os centros, institutos e escolas superiores que representam 3,5%. Esse total é composto, também, por IES que são resultado da dispersão espacial de outras IES, inclusive de outros estados.

Os números da tabela revelam uma realidade do setor privado de ensino superior. Apesar de um número expressivo de universidades (29,8%), a maior parte das IES (56,1%) são faculdades. A partir de meados dos anos de 1990, o ensino superior passou por um grande processo de expansão, fortemente caracterizado pela privatização. Desde então, vem-se observando o aumento do número de IES privadas no país, em especial faculdades e demais instituições as quais se dedicam apenas às atividades de ensino, haja vista que as

¹⁷ Informações foram encontradas no site <<http://emec.mec.gov.br>>. Neste endereço, constava, no dia 17 de abril de 2010, que o número total de IES na cidade de Belo Horizonte era de 91. Entretanto, o cadastro de algumas IES privadas estava registrado mais de uma vez, devido à existência de outros *campi* da instituição dentro da cidade. Neste caso, não estou contando com esses registros “extras” e, por isso, a soma não resultará em 91, de acordo com os dados citados.

atividades de pesquisa geram um custo muito elevado para as mantenedoras das IES privadas (RIBEIRO, 2002).

Para a realização da presente pesquisa, contatou-se as IES através de email, solicitando a participação das mesmas. No email enviado, alguns dados iniciais foram solicitados, dada sua importância para a construção de um roteiro para orientar as entrevistas que seriam realizadas com dirigentes das IES e com alunos bolsistas do PROUNI. Pediu-se às IES as seguintes informações:

- Histórico da instituição: quando foi criada? Os cursos que oferece, entre outras informações que caracterizem a instituição;
- Ano em que aderiu ao PROUNI;
- Total de alunos matriculados na instituição;
- Número de alunos bolsistas do PROUNI;
- Se as vagas para o PROUNI são disponibilizadas para todos os cursos;
- Quais cursos são beneficiados pelas bolsas do PROUNI?;
- Como é feita a distribuição das bolsas pelos cursos?;
- Em que cursos os bolsistas PROUNI estão matriculados?;
- Quantos bolsistas PROUNI existem em cada curso oferecido pela instituição?

As respostas às questões acima nortearam a elaboração do roteiro de entrevistas, as quais foram realizadas com dirigentes das IES participantes da pesquisa, bem como com alunos bolsistas do PROUNI. No que diz respeito aos dirigentes, não se estabeleceu um número mínimo de entrevistados. No caso dos bolsistas, foi estabelecido um número mínimo de cinco estudantes de cada IES, já que determinar uma porcentagem, mínima que fosse (exemplo, 10% dos alunos bolsistas PROUNI), significaria poucos discentes em

algumas instituições, enquanto em outras o número de entrevistados seria grande, o que poderia comprometer a análise dos dados.

As entrevistas foram realizadas no período de 27 de agosto de 2010 a 27 de setembro de 2010, *in loco*.

Optou-se por utilizar nomes de bairros da minha cidade natal para denominar as instituições, enquanto que os dirigentes e os alunos bolsistas entrevistados serão chamados por nomes fictícios.

As instituições participantes da pesquisa serão, portanto, denominadas Santo Agostinho, Santo Andrezinho, Niterói e Independência.

A **instituição Santo Agostinho** é um instituto de pequeno porte¹⁸ que foi criado em dezembro de 2002 e funciona em um prédio localizado em uma região central de Belo Horizonte. Essa instituição possui cursos de graduação voltados para a área das ciências biológicas e ambientais. Um dos aspectos que caracterizam essa instituição é a oferta de um grande número de cursos de extensão. Sua sede está localizada na cidade de Belo Horizonte, mas apresenta dispersão espacial, fazendo-se presente em 12 estados brasileiros. Além dos cursos de graduação, ela oferece também cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos técnicos e de extensão universitária. Para as especializações relacionadas à Medicina Tradicional Chinesa, o instituto Santo Agostinho mantém convênio com instituições no exterior.

A Santo Agostinho aderiu ao PROUNI no ano de 2007 e, desde então, vem disponibilizando vagas nos curso de graduação para aqueles alunos que atendem aos requisitos exigidos pelo Programa. Atualmente, a instituição conta com um total de 3.000

¹⁸ A classificação das instituições participantes dessa pesquisa, no que diz respeito ao seu tamanho, tem por base o número de alunos matriculados que cada uma possui. De acordo com Guadilla (1996, p. 268) *apud* Almeida (2001, p. 45), as IES podem ser classificadas da seguinte forma: pequena (menos de 5 mil alunos); média (entre 5 e 10 mil alunos); média-grande (entre 10 e 30 mil alunos); grande (entre 30 e 90 mil alunos) e mega (mais de 90 mil alunos).

alunos matriculados, dos quais oitenta são bolsistas do PROUNI. São ofertadas bolsas integrais (100%) e parciais (50%)¹⁹.

De acordo com as informações recebidas através de email, a distribuição das vagas é realizada de forma que os cursos tenham a mesma quantidade de bolsas – no caso da instituição em destaque, que possui apenas dois cursos de graduação (Ciências Biológicas e Gestão Ambiental), cada um deles recebe 50% das bolsas. Assim, atualmente a instituição Santo Agostinho possui 40 bolsistas localizados em cada um de seus dois cursos.

O quadro docente da Santo Agostinho é composto por um total de trinta e seis professores. Destes, dezoito ministram aulas para o curso de Ciências Biológicas e dezoito para o curso de Gestão Ambiental. A instituição informou que 88% dos docentes possuem mestrado ou doutorado e, os demais, possuem, no mínimo, pós-graduação *lato sensu*.

De acordo com as avaliações realizadas pelo MEC, a Santo Agostinho teve, no ano de 2010, Conceito Institucional (CI) igual a três e o Índice Geral de Cursos (IGC) foi três no ano de 2009.²⁰

Criada em 1962, a **instituição Santo Andrezinho** é um centro universitário de médio-grande porte que atua no ensino superior há quarenta e oito anos. Sua sede, além de algumas de suas sete unidades, está localizada na região central de Belo Horizonte. As outras unidades funcionam em bairros mais distantes do centro. Atualmente, a instituição oferece, a nível de graduação, cursos de bacharelado, licenciatura e graduação tecnológica,

¹⁹ A proporção de bolsistas PROUNI dessa instituição pode parecer errada, mas está de acordo com as regras do programa. O que ocorreu foi que o número total de alunos fornecido pela a instituição Santo Agostinho inclui alunos da pós-graduação, extensão e demais cursos oferecidos, e não apenas aqueles alunos matriculados em cursos de graduação.

²⁰ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um dos instrumentos que auxiliam na atribuição dos conceitos. Dessa avaliação, são obtidos o Conceito Institucional e o Índice Geral de Cursos, os quais estão compreendidos numa escala de cinco níveis (1-5). Quanto mais próximo ao nível 5, melhor a instituição e os cursos por ela oferecidos. O IGC considera sempre um triênio, pois cada área do conhecimento é avaliada somente de três em três anos no ENADE. Assim, o IGC de 2009, por exemplo, corresponde ao triênio 2007, 2008 e 2009. (Informações obtidas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP)

totalizando cinquenta e cinco cursos²¹ que tem a duração de dois a cinco anos. Além desses, oferece também cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* em diversas áreas. As atividades acadêmicas da Santo Andrezinho são desenvolvidas em sete *campi* que a instituição possui, sendo seis na cidade de Belo Horizonte e um em Contagem.

A Santo Andrezinho oferece bolsas do PROUNI desde que esse Programa foi criado no ano de 2005. Hoje, possui 15 mil alunos, dos quais 2.779 são alunos bolsistas do PROUNI. Desses, 2.415 são bolsistas integrais (100%) e 364 são bolsistas parciais de 50% e 25%. Esses bolsistas estão distribuídos da seguinte forma pelos cursos:

Tabela 9

Número de alunos bolsistas PROUNI, por curso e *campus*, da Instituição Santo Andrezinho

<i>Campus</i>	Curso	Estudantes do sistema
A	Administração de Empresa	13
	Análise e des. Sistemas	21
	Automação Industrial	0
	Ciências Contábeis	0
	Gestão Ambiental	13
	Gestão Comercial	0
	Gestão da Produção Industrial	0
	Gestão da Qualidade	15
	Gestão Financeira	0
	Processos Gerenciais	43
	Recursos Humanos	41
	Serviço Social	20
	História	19
	Logística	35
	Pedagogia	7
Manutenção Industrial	19	
B	Administração de Empresa	158
	Ciências Contábeis	67
	Ciências Econômicas	18
	Comércio Exterior	65
	Direito	197

²¹ Administração de Empresa, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Automação Industrial, Ciências Contábeis, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão da Produção Industrial, Gestão da Qualidade, Gestão Financeira, Processos Gerenciais, Recursos Humanos, Serviço Social, História, Logística, Pedagogia, Manutenção Industrial, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Direito, Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Relações Públicas, Cinema, Design de Moda, Estética e Cosmética, Jornalismo, Moda, Publicidade, Arquitetura, Tec. Automação Industrial, Engenharias (8 ramos), Manutenção Industrial, Sistema de Informação, Marketing, Agronegócio, Design de Interiores, Design Gráfico, Gestão Hospitalar, Gestão da Qualidade, Gestão de Turismo, Jogos Digitais, Negócios Imobiliários, Pilotagem, Transporte Aéreo, Redes de Computadores.

	Pedagogia	65
	Serviço Social	96
C	Ciências Biológicas	75
	Enfermagem	173
	Farmácia	96
	Nutrição	51
	Psicologia	70
D	Relações Públicas	38
	Cinema	54
	Design de Moda	18
	Estética e Cosmética	0
	Jornalismo	0
	Moda	48
	Processos Gerenciais	66
	Publicidade	62
	Recursos Humanos	0
E	Arquitetura	31
	Tec. Automação Ind.	0
	Eng. Ambiental	61
	Eng. Civil	42
	Eng. de Computação	41
	Eng. de Controle e Automação	64
	Eng. de Produção	117
	Eng. Elétrica	25
	Eng. Mecânica	35
	Eng. Química	38
	Manutenção Industrial	0
	Sist. de Informação	63
F	Marketing	38
	Gestão Pública	2
	Análise e des. Sistemas	69
	Design de Interiores	22
	Design Gráfico	38
	Estética e Cosmética	27
	Gestão Ambiental	47
	Gestão de Alimentos	2
	Gestão Comercial	45
	Gestão Hospitalar	25
	Gestão Financeira	49
	Gestão da Qualidade	0
	Gestão de Turismo	2
	Jogos Digitais	0
	Processos Gerenciais	11
	Logística	49
	Negócios Imobiliários	0
	Pilotagem	16
	Recursos Humanos	96
	Transporte Aéreo	0
Redes de Computadores	61	
TOTAL		2779

Fonte: Tabela organizada pela autora com dados fornecidos pela instituição Santo Andrezinho.

Segundo D8, um dos dirigentes entrevistados na Santo Andrezinho, a instituição possuía, em 2005, um total de vinte cursos. Atualmente, a instituição oferece mais de cinquenta cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e graduação tecnológica). Desses, vinte e sete são cursos de graduação tecnológica, com duração de quatro a seis semestres, no máximo. Do total de alunos bolsistas PROUNI da instituição, 870 estão matriculados nesses cursos tecnológicos, representando 31,3% do total.

Percebeu-se que na Santo Andrezinho os bolsistas estão concentrados nos cursos de bacharelado. São 1.818 alunos matriculados nesses cursos (65,41% do total de bolsistas). A instituição, que conta com apenas dois cursos de licenciatura – Pedagogia e História – possui apenas 91 bolsistas (3,27%) PROUNI matriculados nos mesmos. Apesar da grande maioria de bolsistas localizadas em cursos de bacharelado, nota-se que os cursos de graduação tecnológica têm uma procura considerável pelos alunos que buscam uma formação em nível superior via PROUNI.

Apesar de D8 afirmar que não há relação desse aumento no número de cursos com a entrada da Santo Andrezinho no PROUNI, é interessante trazer a análise de Petitat (1994), bastante pertinente e explicativa desse processo de criação de cursos de curta duração. Segundo esse autor,

Ao nível dos estudos superiores, em geral a reação diante do afluxo de estudantes foi a diversificação, a criação de cursos de curta duração e o prolongamento dos antigos cursos. A OCDE fez-se pregadora da fragmentação dos fluxos de estudantes, repisando incessantemente os mesmos conselhos: “multiplicar as opções”, “oferecer uma maior flexibilidade na contagem do tempo”, “uma maior variedade e ampliação das possibilidades do ensino superior”, “elaboração de programas de estudos e métodos mais diferenciados”. Os países membros precisam enfrentar um “problema capital: colocar em funcionamento novos tipos de currículos e estabelecimentos que representem uma gama de cursos adaptados à realidade e correspondendo à crescente diversidade dos estudantes que empreendem estudos secundários” (PETITAT, 1994, p. 258).

Nessa perspectiva, é possível compreender que Programas como o PROUNI são parte de um projeto político educacional internacional que não necessariamente está preocupado com a qualidade da educação que está sendo destinada à população.

A respeito da titulação de seu corpo docente, a instituição não disponibilizou informações. Sobre a avaliação do MEC, no ano de 2007 a Santo Andrezinho teve CI igual a quatro e IGC (2009) igual a três.

A **instituição Independência** é um estabelecimento de pequeno porte fundado no ano de 1950. De acordo com as informações disponibilizadas pela instituição, cuja fundação mantenedora é responsável pela instituição Independência, pela Pós-Graduação e Pesquisa, pela faculdade Independência Virtual, por um hospital universitário e um ambulatório, ela é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos.

A referida instituição está localizada em região central da cidade de Belo Horizonte e é especializada na área de ciências da saúde. Oferece, atualmente, cinco cursos de graduação: Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, nos quais se encontram matriculados 956 alunos. Somado a estes, estão aproximadamente 3.241 alunos matriculados na Pós-Graduação *lato sensu* e 415 alunos matriculados na modalidade de ensino à distância²².

A instituição Independência aderiu ao PROUNI tão logo o mesmo foi instituído por lei e, já no primeiro processo seletivo, em 2005, ofereceu bolsas integrais para todos os seus cursos de graduação. Atualmente, dos 956 alunos matriculados na graduação, oitenta e seis são bolsistas PROUNI, os quais se encontram distribuídos em todos os cursos, sendo oito matriculados na Enfermagem, onze na Fisioterapia, cinquenta na Medicina, dez na Psicologia e sete na Terapia Ocupacional.

De acordo com as informações dadas pela instituição, são disponibilizadas vagas em todos os cursos de graduação e a distribuição de bolsas PROUNI nos cursos nas IES é determinada pelo MEC, numa proporção de 9:1, ou seja, para cada nove alunos regularmente matriculados (pagantes) é disponibilizada um bolsa integral do PROUNI, sendo esse cálculo feito por curso.

²² Número de alunos matriculados até o final do primeiro semestre de 2010. Os números demonstrados na Pós-Graduação são aproximados em função da periodicidade das turmas; entre outros fatores.

O corpo docente da Independência está constituído da seguinte forma:

TABELA 10

Número de professores dos cursos de graduação da Instituição Independência, segundo sua maior titulação (setembro de 2010).

Titulação	Quantidade	Percentual (%)
Doutorado	39	13,27
Mestrado	84	28,57
Especialização	169	57,48
Graduação	2	0,68
Total	294	100,00

Fonte: Tabela disponibilizada pela instituição Independência.

Por ser uma instituição de pequeno porte (menos de 5 mil alunos), chama a atenção o número de professores – um total de 294 – que compõem o quadro docente da instituição Independência. Destes, a maioria (57,48%) possui especialização *lato sensu*. Em seguida, estão os portadores do título de mestre totalizando 28,57% e, por fim, 13,27% dos docentes são doutores.

A última avaliação realizada pelo MEC indica que a Independência teve um desempenho satisfatório, alcançando um CI três (2009) e IGC também três.

As atividades da **instituição Niterói** iniciaram-se no ano de 2009, com o oferecimento de dois cursos no nível de graduação: Administração e Ciências Contábeis. Apesar de ser uma instituição recente no ensino superior, a faculdade Niterói tem sua origem vinculada a um colégio, o qual, desde 1973, atua no setor educacional oferecendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

O surgimento da faculdade está relacionado, segundo seus dirigentes, à vontade do fundador do colégio – ao qual nos referimos anteriormente – que também é o dono da faculdade. Assim, os cursos oferecidos na instituição Niterói, bem como as atividades administrativas da mesma, funcionam nas dependências do colégio.

A Niterói é uma instituição de pequeno porte que possui cinquenta alunos e aderiu ao PROUNI tão logo foi criada, no ano de 2009. Desde então, são disponibilizadas duas bolsas integrais (100%) para cada um dos cursos. Entretanto, devido a algumas modificações ocorridas no cadastro do segundo semestre de 2010, o mesmo foi preenchido de forma incorreta e, por esse motivo, não foram ofertadas bolsas para esse período.

Ao todo, a faculdade possui sete professores, os quais são comuns aos dois cursos, sendo quatro (57,14%) mestres e três (42,86%) especialistas. Avaliada pelo MEC, a Niterói possui CI três (2009) e IGC também três.

De maneira resumida, a Tabela 9 traz os principais elementos que caracterizam as quatro IES que participaram do estudo.

TABELA 11

Caracterização das IES participantes da pesquisa.

	Santo Agostinho	Santo Andrezinho	Niterói	Independência
Localização	Região central	Região Central e Bairros	Bairro	Região Central
Criação	Dezembro 2002	1962	2009	1950
Número de Unidades em BH	1	6	1	1
Organização Acadêmica	Instituto	Centro Universitário	Faculdade	Faculdade
Dependência Administrativa	Privada Com Fins Lucrativos	Privada Com Fins Lucrativos	Privada Com Fins Lucrativos	Privada Sem Fins Lucrativos/Filantrópica
Aderiu ao PROUNI em...	2007	2005	2009	2005
Número Total de Alunos	3.000	15.000	50	956
Número de Alunos Bolsistas do PROUNI	80	2.779	8	86
Número de cursos	2	55	2	5
Tipos de Bolsa	Integrais (100%) e Parciais (50%)	Integrais (100%) e Parciais (50% e 25%)	Integrais (100%)	Integrais (100%)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados fornecidos pelas IES.

Por fim, cabe dizer, acerca dos cursos onde estão matriculados os bolsistas, que, dos oitenta e seis alunos bolsistas PROUNI da Independência, 58,13% estão matriculados na Medicina. No caso da Santo Andrezinho, dos 2.779 alunos bolsistas PROUNI, aproximadamente 22,3% estão matriculados nas Engenharias e no Direito. Por outro lado, vale dizer que, nesta mesma instituição, 31,3% dos estudantes com bolsa PROUNI estão concentrados nos cursos de graduação tecnológica, cuja duração varia de quatro a, no máximo, seis semestres.

3.1. O PROUNI na perspectiva dos dirigentes

Foram onze o número de dirigentes entrevistados. Desses, três são da Independência, três da Santo Andrezinho, três da Santo Agostinho e dois da Niterói.

Quadro 2 – Faixa etária dos dirigentes entrevistados

Faixa Etária	Número de pessoas
25 a 35 anos	4
36 a 46 anos	4
47 a 57 anos	2
58 a 68 anos	1
Total	11

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelos dirigentes entrevistados.

O grupo de entrevistados era composto de cinco mulheres e seis homens, sendo quatro pertencentes à faixa etária de 25 a 35 anos, outros quatro à faixa de 36 a 46 anos, dois possuíam de 47 a 57 e um estava compreendido na faixa etária de 58 a 68 anos.

Os entrevistados desempenham funções administrativas e, alguns deles, também atuam como docentes na instituição onde trabalham. Dentre os cargos que ocupam os

entrevistados, estão: Assistente Social; Assessor da presidência da mantenedora, Coordenador do PROUNI, Diretor Acadêmico e Financeiro, Pesquisadores Institucionais, Secretário Acadêmico, Analista Júnior, Presidente da Comissão de Programas de Financiamento, Gerente Administrativo, Coordenador de Graduação e Assessor Acadêmico da Reitoria. A formação dos entrevistados pode ser observada no quadro seguinte:

Quadro 3 - Formação acadêmica dos dirigentes entrevistados,
segundo sua maior titulação

Formação Acadêmica	Número de entrevistados
Pós-Doutorado	1
Mestrado	3
MBA	1
Pós-Graduação (especialização)	4
Graduação	1
Superior Incompleto	1
Total	11

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelos dirigentes entrevistados.

De acordo com os dirigentes das quatro instituições, as razões que levaram as mesmas a aderir ao PROUNI são variadas.

Dois, dos três dirigentes entrevistados na Independência, afirmaram que o fator determinante para que a Independência aderisse ao PROUNI, é o fato desta instituição ser mantida por uma fundação filantrópica, sem fins lucrativos e que, por isso, já trabalham com a questão da acessibilidade dentro da instituição. Por outro lado, esses mesmos dirigentes enfocam que ajudar e apoiar os alunos que não podem pagar pelo curso é uma questão diretamente relacionada à filantropia e que, por isso, não poderiam deixar de aderir ao PROUNI. Além disso, D1 (Dirigente 1 – instituição Independência) ressalta que a importância dessa adesão também reside no fato de alavancar, nos meios políticos, o caráter filantrópico, que é muito importante para a instituição.

Constantemente os entrevistados da faculdade Independência afirmam que a instituição é filantrópica. Entretanto, cabe esclarecer que, na verdade, quem é filantrópica é

a fundação mantenedora da faculdade e não ela própria. Tanto é que são cobradas mensalidades. Na verdade, como pode ser constatado no Decreto nº 2.306/1997, as Instituições de Ensino Superior privado são mantidas por entidades com ou sem fins lucrativos. No caso da IES Independência, a entidade mantenedora da faculdade é filantrópica e, por isso, não possui fins lucrativos. Além dos dirigentes da instituição Independência, todos os demais, em algum momento, apontaram razões ligadas à prática da “responsabilidade social” e à “inserção de estudantes carentes”.

Esse é um assunto polêmico, porque, de verdade, a entrada desses alunos se deu por questões financeiras, como afirmam Carvalho & Lopreato (2005), quando constatam que o êxito da adesão ao Programa foi determinado pelo grande número de vagas ociosas existentes no ensino superior privado, e não pela preocupação social das instituições do segmento privado de ensino. Por outro lado, há que se considerar que a adesão ao Programa foi muito mais vantajosa para as instituições com fins lucrativos do que para as instituições filantrópicas (que é o caso da Independência), uma vez que estas últimas devem oferecer bolsas que, somadas, sejam equivalentes a 20% da receita anual dessas instituições; mesmo essas instituições já estando isentas de alguns tributos previstos pelo PROUNI, por conta da lei da filantropia.

Na tabela a seguir, elaborada por Carvalho & Lopreato (2005), é possível comparar o significado da isenção tributária para as instituições com fins lucrativos, as sem fins lucrativos (confessionais e comunitárias) e as entidades filantrópicas:

Tabela 5

Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES

Tributos	Com fins lucrativos		Sem fins lucrativos			
			Confessional / Comunitária		Filantrópica	
	Atual	PROUNI	Atual	PROUNI	Atual	PROUNI
IRPJ	25% x lucro	-	-	-	-	-
CSLL	9% x lucro	-	-	-	-	-
COFINS	7,6% x receita	-	3% x receita	-	-	-
PIS	1,65% x receita	-	1% x folha	-	1% x folha	-
INSS (patronal)	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	-	-

Fonte: Carvalho e Lopreato (2005).

Como pode ser observado, as entidades filantrópicas são beneficiadas apenas pela isenção do PIS, o que, em termos financeiro, não era um ônus significativo para as mesmas. Entretanto,

A troca de imunidade por isenção, por dez anos renováveis por iguais períodos, não traz prejuízos significativos e os tributos municipais podem ser barganhados com os poderes locais. O INSS patronal, de acordo com o explicitado na legislação do PROUNI, pode ser suavemente parcelado nos cinco primeiros anos (CARVALHO, 2006a, p. 988).

E é nesse ponto que o Programa descumpra o que é estabelecido na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 213, a CF não permite que recursos públicos sejam destinados às instituições com fins lucrativos, salvo no formato de bolsas de estudos para o ensino fundamental e médio, em instituições sem fins lucrativos (CARVALHO, 2006a).

O entrevistado D2 (instituição Independência) chamou atenção, tanto pelo motivo explicitado que culminou na entrada da instituição no Programa, quanto pela sua espontaneidade no fornecimento de informações que auxiliam na caracterização dessa instituição. Informações essas que não são concretas e perceptíveis a qualquer pessoa, mas àquelas que conhecem e estiveram/estão presentes na história da instituição.

Dessa forma, D2 acredita que a adesão ao PROUNI ocorreu por motivações políticas. Esse entrevistado explica que, devido à histórica ligação partidária da faculdade²³

²³ Durante a entrevista, D2 conta que a instituição Independência, desde sua fundação, sempre contou com a presença e apoio de muitas lideranças políticas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e outros partidos afins. Desse modo, aderir ao PROUNI significou, entre outras coisas, uma espécie de “parceria ou

ser diferente da ideologia partidária do governo que criou e implementou o PROUNI, a adesão ao Programa ocorreu no sentido de ‘facilitar o relacionamento’ instituição-governo-MEC. Tanto é que existe o relato de que a adesão ao programa abre portas junto ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O entrevistado, além de expor que acredita que o processo de reconhecimento de cursos, por exemplo, é facilitado pela adesão ao Programa, diz que a IES à qual pertence foi beneficiada, a pouco tempo, com um terreno. Ficou subentendido, nesta fala, que o mesmo não ocorreria com tanta facilidade antes do ano de 2005. Portanto, antes da adesão ao PROUNI. Assim, de acordo com D2, a razão pela qual a Independência aderiu ao Programa foi

Principalmente política, para abrir portas junto ao PT. Porque senão eles não recebem a gente nem no passeio. Se você não tem essa adesão ao PROUNI. Eu acredito no programa, mas acredito num programa muito mais bem definido e mais bem elaborado do que esse. [...] Então as questões políticas são de certa forma facilitadas, né?!

Outro aspecto que se sobressaiu no decorrer das entrevistas, foi a importância da utilização do PROUNI como marketing, principalmente para as instituições Santo Agostinho e Niterói. Tendo em vista, por exemplo, que as instituições participantes da pesquisa possuem diferentes características e diferentes portes – uma é de médio-grande porte e conhecida, outra de pequeno porte e muito tradicional, e as demais também são de pequeno porte, porém pouco conhecidas na região – percebeu-se que, para aquelas de pequeno porte e desconhecidas, o PROUNI apresenta-se como uma necessidade, haja vista que o Programa atrai mais alunos. Nesse sentido, a adesão ao PROUNI é também uma boa oportunidade para divulgar a instituição.

Dois dirigentes da instituição Santo Agostinho (D9 e D10) citaram, como primeiro motivo para adesão ao PROUNI, o grande número de vagas ociosas na instituição, devido, principalmente, à grande competitividade do mercado. De acordo com D10,

anuência com a política do governo do Lula” (D2), que torna-se importante para a instituição na medida em que facilita vários processos (abertura e autorização de cursos, aumento de vagas, renovação de reconhecimento, etc). A entrevistada fala, inclusive, que a faculdade entrou com um processo pedindo a transformação da mesma em universidade, com o objetivo de ter autonomia para criar cursos, vagas, etc, porque, caso contrário, a receita da instituição vai ficar cada vez mais restrita e insuficiente.

Nós sentimos que a busca pelo PROUNI tava muito grande, né, e que o fluxo dos alunos vindos de outras fontes, através de vestibular, de transferência, coisas semelhantes, realmente o mercado tava muito competitivo, né, e havia certa dificuldade em formar turmas e ofertar todas as nossas vagas. Então nós tínhamos realmente, aí, vagas ociosas. Então foi por esse motivo que a diretoria geral optou, né, pelo PROUNI.

Questionado a respeito da importância do PROUNI para a instituição, D9 reitera o problema das vagas ociosas no país, esclarecendo o porquê da impossibilidade de não aderir ao Programa, como fica evidenciado na fala a seguir.

Porque hoje você tem mais de 1 milhão de vagas disponíveis nas instituições privadas no Brasil todo. Não tem como preencher essas vagas apenas ofertando cursos pra população que tem condições de pagar, porque nós já fazemos isso e continua havendo 1 milhão de vagas ociosas. Portanto, é melhor preencher essas vagas com os estudantes, com a ajuda do governo do que fechar o curso. Então é nesse sentido. **O PROUNI hoje ele acabou sendo absolutamente essencial para todas as instituições de ensino privadas pra ela se manter. Hoje não tem mais como uma IES que é privada sobreviver sem o PROUNI não. Em função desse excesso de vagas ociosas.** [Grifos nossos]

Esse mesmo entrevistado acredita que a importância do PROUNI esteja, também, no fato de que “eleva o nível acadêmico da instituição”. Segundo D9, os bolsistas PROUNI dedicam-se mais aos estudos, mesmo porque necessitam ter um aproveitamento de, no mínimo, 75% nas disciplinas. Tendo em vista que um dos critérios de avaliação do Ministério da Educação tem como referência o desempenho dos alunos no ENADE, os estudantes bolsistas PROUNI contribuem significativamente para uma melhor classificação da instituição. O entrevistado afirma que tal fato é de extrema importância, pois dá à instituição mais visibilidade no mercado, atraindo, conseqüentemente, um número maior de alunos que não ingressam pelo PROUNI. Isto é, alunos regularmente pagantes.

Afirmações como essa apontam para outro privilégio proporcionado às IES participantes do PROUNI: a visibilidade dada a essas instituições por conta do bom desempenho dos alunos bolsistas em avaliações realizadas pelo governo. De acordo com D9, para aquelas instituições menores e menos conhecidas, como é o caso da Santo Agostinho, ter alunos do PROUNI, que se esforçam para atingir o desempenho exigido pelo Programa, influencia, automaticamente, no desempenho da instituição mediante as avaliações realizadas pelo MEC, o que é utilizado pela instituição como propaganda e chamariz de alunos.

Sobre o processo de adesão da instituição ao PROUNI e das razões que levaram a essa adesão, nenhum dos entrevistados mencionou o aspecto financeiro em primeiro lugar. Ou seja, nenhum deles apontou o abatimento de impostos como a razão principal para adesão ao Programa. Apesar disso, falaram a respeito do preenchimento das vagas ociosas que, apesar de ser um ganho para essas instituições, seus dirigentes assim não consideram.

Há que se considerar, mais uma vez, que o aspecto financeiro foi determinante para a adesão das IES privadas ao PROUNI. Segundo CUNHA (2007), o processo de elaboração da lei do PROUNI foi influenciado de maneira decisiva por representantes das IES privadas. Desse modo, a versão final da lei – bastante diferente do Projeto de Lei apresentado à Câmara – deixa bem claro que as modificações e emendas efetuadas vão ao encontro dos interesses das entidades representativas do setor privado de ensino superior.

Contudo, o abatimento nos impostos não foi citado como fator decisivo para adesão ao PROUNI em nenhuma das IES participantes do presente estudo. Tal benefício financeiro foi citado sempre em segundo ou terceiro lugar e, na maioria das vezes, o assunto só era debatido quando perguntava-se se o mesmo era significativo, isto é, a importância dessa renúncia fiscal para a instituição. Todavia, como já abordado anteriormente, o preenchimento das vagas ociosas é um ganho financeiro, na medida em que reduz os prejuízos das instituições, as quais corriam o risco de fechar seus cursos pela falta de alunos. Pode-se pensar nas filantrópicas como um caso a parte, uma vez que essas já eram isentas de uma série de impostos previstos pelo PROUNI.

No rol das entrevistas, dois dirigentes negam que a instituição tenha sido beneficiada financeiramente através da isenção tributária. Os entrevistados D1 e D2, pertencentes à Independência, afirmam que, por ser uma “instituição filantrópica”²⁴, a mesma já era isenta do pagamento de alguns impostos. Nesse caso, receber o estudante bolsista PROUNI, em termos

²⁴ A expressão está destacada para alertar que, quem é filantrópica, de fato, é a fundação mantenedora e não a instituição. Mas os entrevistados sempre se referem à instituição como filantrópica, como se fundação e instituição fossem a mesma coisa.

Financeiros foi um pouco negativo, porque o aluno tá estudando, tá dando um custo pra instituição e eu não tô recebendo nada em troca, né?! Pra instituição foi um pouco mais penoso em termos financeiros, né?! (D1).

Por outro lado, cinco entrevistados deixaram claro que as instituições às quais pertencem foram sim beneficiadas em termos financeiros. Esses sujeitos não se detém muito nessa questão, já que consideram outros pontos mais relevantes no que se refere à adesão ao Programa. D3 (instituição Independência) argumenta da seguinte forma:

Eu acredito que o nosso negócio é educação em saúde. E a faculdade ela tem, apesar dela não ter um... apesar da fundação ser filantrópica, é... com certeza deve ter um cunho financeiro nisso. **E deve ter passado também por análise de viabilidade. Porque eu acho que nenhuma instituição entra em alguma coisa sem fazer pelo menos uma análise de risco** [Grifos nossos].

D7 (instituição Santo Andrezinho) também sinaliza que

O aluno do PROUNI não sai pra mim mais caro, pra nós... mais caro. Ele tá usando uma capacidade instalada, que já tá lá. E por outro lado... sim, a gente obedecendo as bolsas, ofertando as bolsas do PROUNI, nós temos a opção de não pagar o imposto equivalente a isso. Então temos sim um planejamento financeiro interessante.

Um outro grupo formado por 4 dirigentes afirma que houve uma contrapartida financeira pra instituição, mas que ela não foi significativa e nem gerou muito impacto. Para D8 (instituição Santo Andrezinho), por exemplo, pela quantidade de alunos que a instituição Santo Andrezinho possui – 15 mil alunos, considerando as sete unidades da instituição, incluindo bolsistas e não bolsistas –, ela não teria necessidade de participar do PROUNI com o objetivo único de não efetuar o pagamento desses impostos.

Os representantes da instituição Santo Agostinho concordam com o posicionamento apontado anteriormente, mas o justificam de forma diversa. Eis a fala de D10:

Porque quando a gente adere ao PROUNI, na verdade a gente tá fazendo uma renúncia de receitas, né. Porque para que nós possamos nos beneficiar dos benefícios fiscais, ou seja, abatimento nos nossos impostos federais, a legislação do PROUNI exige que a empresa esteja tributada pelo lucro real e não pelo lucro presumido. Correto? Certo? A diferença entre lucro real e lucro presumido, é que no lucro presumido, que é o regime que nós adotamos, a grande maioria das faculdades adotam, você paga os impostos federais com base no seu faturamento. No lucro real, você paga sobre um lucro real, exatamente. Mas acontece que, ao se passar do lucro presumido para o lucro real, a alíquota do imposto chamado COFINS, que é 3% para o lucro presumido, quando se passa para o lucro real, passa-se para 7%. Um acréscimo de 4%. Certo? E esse é realmente acréscimo, porque se nós passarmos para o lucro real, nós não podemos fazer o abatimento

nesses dois impostos, que é PIS e COFINS, porque eles... a baixa tributação deles é o faturamento. Nós podemos somente fazer deduções na Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Certo? Então se fizer aí um exercício, uma simulação, chega-se à conclusão que não é conveniente, porque nós poderíamos pedir abatimento nos impostos, que aí é menor do que a gente teria de benefício (rs), porque nossa tributação de COFINS passou de 3 pra 7%, e elevou demais. 4% sobre o faturamento representa muito mais do que nós íamos ter de benefício fiscal abatendo, né, as bolsas conseguidas pelo governo e os nossos impostos restantes.

A fala acima é compartilhada por outros dirigentes entrevistados. Eles reconhecem os benefícios trazidos pelo PROUNI para aqueles alunos que, de outra forma, não teriam acesso ao ensino superior. Contudo, denunciam que o governo faz uma propaganda equivocada quando aquele diz criou e comprou as vagas nas IES privadas.

Primeiramente, esses dirigentes esclarecem que não houve criação de vagas. Elas já existiam (ociosidade). Em segundo lugar, asseveram que, ao contrário do que é divulgado, as instituições não são remuneradas por essas vagas (tais dirigentes não consideram a isenção tributária como remuneração, por não consistir na entrada de dinheiro nas instituições). Sendo assim, eles acreditam que o governo, percebendo que existia um grande número de vagas ociosas, criou um Programa que sabia que as instituições iriam aderir, devido ao fato de que é mais viável reduzir o prejuízo do que fechar o curso.

Nesse sentido, apesar de não considerarem a isenção tributária enquanto pagamento pelas vagas destinadas ao PROUNI, fica claro que o preenchimento dessas vagas ociosas é sim um benefício financeiro proveniente da adesão ao Programa. A isenção tributária é uma forma indireta de transferência de recurso público à iniciativa privada (CARVALHO, 2006a).

Além de tecerem essa crítica ao PROUNI, um dos entrevistados – D9 (instituição Santo Agostinho) – sugere que, para que o Programa torne-se justo, o governo compre, realmente, as vagas daquelas instituições que ofereçam um ensino de qualidade e as disponibilize à população – e aqui o entrevistado toca na questão da avaliação realizada pelo governo, admitindo que o mesmo ainda tem dificuldades para mensurar a qualidade das instituições. A intenção, nesse caso, é que o benefício venha em forma de dinheiro, para o custeio e pagamentos que as IES precisam fazer, ao invés de vir como bônus.

A fala de D9 traz um elemento importante para ser discutido, que é a questão da qualidade das instituições que oferecem bolsas do Programa. Esse entrevistado acredita que a instituição à qual pertence é de qualidade, mas que o mercado está cheio de instituições que não tem um real compromisso com a oferta de um ensino de qualidade. De fato, a Lei do PROUNI aprovada não prevê, como requisito para entrada da IES no Programa, o desempenho que a mesma tem obtido nas avaliações realizadas pelo MEC. Sobre a qualidade das IES que participam do PROUNI, a Lei prevê que apenas após três avaliações insatisfatórias a instituição deve ser eliminada do Programa.

Como pode ser observado, aproximadamente 80% dos dirigentes admitiram que existe uma compensação financeira, mas que ela não é considerada significativa. No entanto, todos eles afirmaram que, após a adesão ao Programa nada foi modificado em termos de infra estrutura e número de professores. Assim sendo, os estudantes PROUNI foram acolhidos numa estrutura/capacidade já instalada, o que significa que não houve gastos adicionais para as instituições com esses alunos.

Considerando todas essas questões, ainda permanece o questionamento: por que os dirigentes afirmam que a instituição não possui um ganho financeiro? É contraditório ter o raciocínio anteriormente citado e, ao final, dizer que o PROUNI, através do abatimento dos impostos, não beneficie as instituições. Se o governo abre mão de recolher esses tributos, automaticamente o dinheiro que seria destinado ao pagamento dos mesmos não sai da instituição e pode ser utilizado da maneira que seus dirigentes julgarem conveniente.

As instituições mais beneficiadas parecem ser as lucrativas, que não apenas estão submetidas às regras mais flexíveis, como também obtêm maior ganho relativo em renúncia fiscal, em troca de um número reduzido de bolsas de estudos. (CARVALHO, 2006a, p. 995)

Finalmente, como pôde ser observado, as respostas a respeito das razões que levaram as IES a aderirem ao PROUNI indicaram diferentes pontos. Todavia, elas convergem, em algum momento, para a questão da responsabilidade social.

A responsabilidade social, citada pelos dirigentes das IES que colaboraram com esse estudo, é condizente com o discurso governamental acerca do Programa. Ainda em

2004, após a edição da MP do PROUNI, Fernando Haddad, então ministro interino da Educação, reuniu-se com integrantes da Associação Brasileira de Mantenedoras (ABMES) para um debate sobre o PROUNI. Nesse evento, Haddad fez a seguinte declaração: “Acredito que o selo do PROUNI será muito importante e de responsabilidade social. As instituições serão reconhecidas como instituições que têm compromisso social, o que é muito importante para um estabelecimento de ensino”²⁵. Esse discurso também colabora para camuflar, no caso das IES com fins lucrativos, o aspecto mercantilista tão característico desses estabelecimentos.

Acredita-se, pelo contrário, que este não é o principal motivo pelo qual as instituições credenciaram-se ao PROUNI. Existe sim uma razão de cunho financeiro, porque senão, por que instituições que são regulamentadas pelas mesmas normas que regem as demais sociedades mercantis, e conseqüentemente, visam à obtenção de lucros, iriam aderir a um programa desse tipo?

Por outro lado, concorda-se com Carvalho (2006a) quando esta diz que

No caso das filantrópicas, as regras são bem mais rigorosas. (...) É possível perceber que as instituições mais beneficiadas são aquelas com fins lucrativos, já que ficam isentas, a partir da adesão, de praticamente todos os tributos federais que recolhiam (CARVALHO, 2006a, p. 987-988).

Assim, razões como beneficiar alunos carentes, ajudando-os a fazer um curso, são usadas com bastante recorrência nas respostas dos entrevistados. Da mesma forma é enxergada a necessidade de se mudar o país pela educação e, nesse caso, os entrevistados acreditam que o PROUNI é uma ferramenta capaz de auxiliar nesse processo de transformação. Por outro lado, alguns entrevistados falam que aderir ao PROUNI é algo que está de acordo com a vocação/filosofia da IES, uma vez que as práticas desenvolvidas pela mesma vão ao encontro de uma educação sustentável, além de relacionar-se à responsabilidade social da instituição.

²⁵ Notícia na íntegra disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/asc/asp/npticias/noticiasld.asp?Id=6941>> Acesso em: 24 de novembro de 2009.

Apesar de ainda não existir na literatura detalhes a respeito das dificuldades enfrentadas pelos estudantes bolsistas do PROUNI, Carvalho (2006a), por exemplo, já sinalizava em artigo sobre o Programa que

Diante do quadro social e educacional deletérios, cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa (CARVALHO, 2006a, p. 994).

Partindo desse princípio, buscou-se analisar no discurso dos dirigentes aquelas falas que indicavam possíveis dificuldades enfrentadas pelos discentes bolsistas em vista dos demais alunos. Os dirigentes da instituição Santo Andrezinho apresentam respostas um pouco divergentes. D7 (instituição Santo Andrezinho), por exemplo, diz que nunca ouviu reclamações vindas de alunos bolsistas PROUNI a respeito de dificuldades. D8, por outro lado, percebe que os alunos enfrentam dificuldades, mas não apenas os alunos bolsistas do Programa. Ele considera que os estudantes da Santo Andrezinho, independente de serem bolsistas, possuem características financeiras bastante semelhantes e que, apesar das dificuldades – como transporte/deslocamento, alimentação e aquisição de materiais – eles trabalham e conseguem superar esses obstáculos. Por fim, ele conclui que essas dificuldades não inviabilizam os alunos de darem continuidade aos seus cursos.

O entrevistado D6 (instituição Santo Andrezinho), que é coordenador do PROUNI na instituição, responde que os alunos bolsistas do Programa enfrentam muitas dificuldades, principalmente aquelas relacionadas ao aspecto financeiro, para conseguirem se manter no curso. Como exemplo, ela comenta, inclusive, algo que considera uma falha dentro do Programa.

Segundo D6, a Santo Andrezinho oferece o curso de Pilotagem e, conseqüentemente, são disponibilizadas vagas para o PROUNI. Porém o Programa só disponibiliza a bolsa de estudos e o curso em questão tem como pré requisito o cumprimento, por parte do aluno, de uma determinada carga horária de aulas de vôo que custam, por semestre, R\$15 mil. Como um jovem, que não tem condições de pagar a

mensalidade de um curso superior vai conseguir custear aulas de vôo nesse valor? A informação exposta por D6 ilustra de maneira importante a impossibilidade de se levar a cabo o ideal da democratização através do PROUNI, uma vez que constatou-se que a igualdade de oportunidades preconizada dentro do discurso do Programa é uma falácia.

Além desse fato, D6 aponta que alguns bolsistas o procuram para conversar e que eles reclamam de estarem sendo vítimas de discriminação e preconceito por parte dos outros alunos. Mas, segundo o entrevistado, os outros alunos não possuem esse comportamento. São os próprios bolsistas que criam essa situação, porque eles tem medo e vergonha, às vezes, de revelar que são bolsistas PROUNI. D6 acredita que fatos como esse estejam acontecendo em função dos escândalos divulgados pela mídia.

Por causa de caça PROUNI que ficou na mídia.... esses escândalos... Como por exemplo denúncia. Então é muito fácil tentar descobrir se minha colega é bolsista do PROUNI e falar 'ela não precisa de bolsa do PROUNI'. As pessoas se esquecem que a imagem mente (D6).

No momento em que surge esse tipo de discurso, nota-se a importância de repensar políticas educacionais de caráter compensatório, compreendidas dentro do rol das ações afirmativas, como o PROUNI. Acredita-se que a adoção desse tipo de política, ao invés de contribuir para a diminuição do abismo social e cultural entre determinadas classes, pode evidenciar e salientar ainda mais os conflitos já existentes. E, até mesmo, fazer com que sentimentos antes inexistentes surjam nos sujeitos beneficiados por essas políticas, como no caso da fala anterior de D6.

Concorda-se com autores como Fry (*apud* STRECKER, 2006), Maggie (*apud* STRECKER, 2007) e Fry e Maggie (2004) que não negam a existência do racismo no Brasil, mas afirmam que não é através do sistema de cotas – sejam elas sociais ou raciais – que se construirá um país com justiça social e racial. Signatários, ao lado de outros acadêmicos, intelectuais e artistas, do Manifesto Sobre as Propostas de Política Racial para o Brasil (2006), esses autores acreditam que políticas dirigidas a grupos estanques possuem grande potencial de acirrar conflitos e intolerâncias ou, até mesmo, torná-los uma realidade em locais onde antes eles não existiam.

Fry (*apud* STRECKER, 2006), Maggie (*apud* STRECKER, 2007) e Fry e Maggie (2004) apontam que o principal caminho para reparação das desigualdades é a adoção de serviços públicos universais de qualidade em setores estratégicos, tais como a educação, a saúde e a geração de empregos, e não políticas focalizadas que enfatizam as diferenças e instituem, legalmente, categorias raciais, ao invés de preconizar as semelhanças entre os seres humanos.

De uma forma geral, pode-se dizer que todos os dirigentes entrevistados, sem exceção, fizeram questão de evidenciar que a instituição à qual pertencem não diferencia, de nenhuma forma, o aluno PROUNI dos demais alunos. Isso significa, por exemplo, que em nenhuma das IES foram encontrados Programas próprios de apoio ao estudante bolsista do PROUNI, sejam eles acadêmicos ou financeiros. O que existe dentro das IES são programas que atendem aos alunos como um todo.

Por exemplo, na instituição Santo Andrezinho existem programas de tutoria, de monitoria, de auxílio/apoio aos alunos que pretendem conseguir um estágio ou um emprego, e programas de nivelamento.

Esse programa de nivelamento deve ser realizado, obrigatoriamente, por todos os alunos que ingressam na referida IES, independente se o aluno é ou não bolsista do PROUNI. Ele consiste numa espécie de curso sobre os conteúdos de letramento e métodos quantitativos e é realizado pela internet (à distância). Esse curso é oferecido gratuitamente no primeiro semestre de curso. Caso o aluno não cumpra essa exigência, ou fique reprovado, poderá cursá-lo em outro período, mas terá que pagar pelo mesmo.

O entrevistado D7 (instituição Santo Andrezinho) afirmou que, apesar da deficiência em raciocínio lógico ser uma característica dos alunos como um todo, ele percebe que os bolsistas PROUNI são mais dedicados, procuram correr atrás do prejuízo e nota-se uma assiduidade maior desses alunos no cumprimento desse nivelamento no período desejado pela IES. Não se sabe, entretanto, se isso ocorre pelo fato da gratuidade limitar-se ao primeiro período, ou se é pela necessidade acadêmica mesmo desses alunos.

Nessas circunstâncias, outro ponto merece ser analisado: segundo D1 e D2, da Independência, a entrada dos alunos bolsistas acarretou prejuízos financeiros para a instituição, pois eles não pagam nenhuma taxa na instituição. E além disso, apesar de considerar que esses estudantes se destacam entre os demais por serem esforçados e apresentarem bom desempenho (são enxergados como os melhores alunos), D2 esclarece que os mesmos chegam na Independência com um nível acadêmico muito diferente do alunado da instituição, o que, de certa forma, até prejudica o desempenho acadêmico dos outros.

No que concerne à fala de D1 e D2 sobre o desempenho acadêmico dos alunos bolsistas, parece haver uma contradição. De que forma bolsistas PROUNI que entram na faculdade com dificuldades acadêmicas e chegam, inclusive, a prejudicar o desempenho dos demais por terem dificuldades de acompanhar as disciplinas (devido à falta de conhecimentos prévios, que deveriam ter sido adquiridos durante a Educação Básica), tornam-se os melhores alunos da instituição? É possível recuperar toda uma defasagem escolar que esses estudantes carregam, haja vista as condições da grande maioria das escolas públicas, em apenas alguns períodos de faculdade? O fato de a Independência ser uma instituição tradicional, com alto ponto de corte no processo seletivo do PROUNI – pelo menos para Medicina que é o curso que oferece mais vagas – talvez possa indicar que os alunos tiveram acesso a uma escola pública de melhor qualidade. Mas, e nas outras instituições? Como isso se opera?

De maneira geral, os entrevistados citam com maior frequência a existência de obstáculos financeiros que são enfrentados pelos alunos bolsistas, os quais, com muita dificuldade, procuram manter-se nos cursos tendo, ainda, gastos com alimentação, transporte, moradia (em alguns casos) e materiais necessários para acompanhamento das disciplinas.

De acordo com D3 (instituição Independência), por exemplo, a maioria dos alunos que entram com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) enfrenta dificuldades de ordem pedagógica nos primeiros períodos letivos, uma vez que vieram de escolas públicas.

Chama a atenção também o fato de que, de maneira geral, os alunos do PROUNI não queiram ser identificados como tal. Apesar de afirmarem que não há, por parte das IES, nenhuma diferenciação no tratamento desses alunos com relação aos demais, dirigentes da Santo Andrezinho e da Independência, especialmente, acreditam que os bolsistas sentem-se envergonhados de falar de sua situação, temendo serem discriminados, desqualificados e segregados por seus pares. D2 considera que esse tipo de comportamento ocorre

Por preconceito, sei lá, por vergonha de não pertencer a esse mundinho dessa escola elitizado, entendeu?! Por ter feito a opção por medicina... e medicina assim... desde o primeiro ano, tá na medicina a pessoa entra como pobre e quando der seis meses ela já tá de nariz empinado e olhando para o resto da área de saúde como se fosse prateleira de baixo, digamos assim, entendeu?!

D2 ainda cita que existem alunos extremamente agradecidos e que sempre vão à sala dela para conversar, sempre cumprimentam. Mas “Tem outros que, principalmente os que fazem medicina, nem olham pra minha cara. Nunca mais. Porque eu significo PROUNI” (D2). D2, que é coordenadora do PROUNI na Independência, ainda conta que em dezembro de 2009 o MEC promoveu uma festa de formatura para os alunos PROUNI que estavam formando na primeira turma de medicina. Alunos da Independência foram convidados para a solenidade, mas um deles se negou a participar da festa realizada em Brasília, alegando querer evitar exposição desnecessária, pois não queria que ninguém soubesse que ele era do PROUNI.

Além de ilustrar a questão da discriminação, o caso contado por D2 ainda reforça a questão do privilégio que se dá àqueles que se formam em cursos de maior prestígio social, como é o caso da medicina. Logicamente que a intenção do governo com essa comemoração foi simbolizar que, a partir do PROUNI, a igualdade de oportunidades a todos tornou-se uma realidade tendo em vista que pessoas socialmente discriminadas agora têm possibilidade de cursarem inclusive medicina. Basta elas quererem – o que não é uma realidade, porque nem todos conseguem pontuação necessária para se matricularem na medicina. Todavia, por que não fazer a comemoração com os alunos das licenciaturas?

Por fim, vale apenas mencionar que acerca do acompanhamento dos egressos do PROUNI, apenas duas instituições – Santo Agostinho e Santo Andrezinho – disseram realizar pesquisas sobre o perfil de seus egressos, mas de uma forma geral, como todos os

alunos e não especificamente com os bolsistas PROUNI. De acordo com D6, da Santo Andrezinho, não há exigência nenhuma no sistema do PROUNI de que seja realizado um acompanhamento para saber como estão esses bolsistas no mercado de trabalho.

Essa informação indica que o PROUNI, além de ser um Programa que garante o acesso, mas não a permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes, também não prevê, em sua legislação, que seja realizado um acompanhamento dos egressos. Saber a situação dos egressos é dado importante, inclusive, para analisar a efetividade do Programa.

Os dirigentes das instituições Independência e Santo Andrezinho acreditam que o Programa foi positivo na medida em que houve uma diferenciação do perfil de seus alunos. Esses dirigentes afirmam que antes do PROUNI essas IES tinham um público muito elitizado e que isso, há alguns anos, até poderia ser interessante para as mesmas. Hoje não é mais, até mesmo por questão de sobrevivência no mercado. Uma IES que se preocupa em destinar suas vagas apenas para aqueles que podem pagar pelo curso, corre um grande risco de fechar suas portas. Há que se considerar que existe uma contradição entre essas falas e aquelas em que os dirigentes não consideram o retorno financeiro enquanto principal razão para as IES aderirem ao PROUNI.

Além disso, esses dirigentes consideram a heterogeneidade do alunado e a diversidade cultural como um ponto positivo em termos acadêmicos, pois enriquece o processo de aprendizagem dos estudantes, que aprendem a conviver com o diferente. Mesmo assim, D7, da Santo Andrezinho, admite que, inicialmente, havia uma preocupação da instituição com a questão do choque cultural e social a partir da entrada dos alunos bolsistas.

De acordo com esses dirigentes, além da questão da otimização de recursos (os alunos do PROUNI ajudam a aumentar o número de alunos por sala), ter alunos de diferentes origens sociais e culturais enriquece o meio acadêmico e o trabalho desenvolvido em sala de aula.

“De jeito... acho que ele vai ter que comer muita farinha ainda... pra virar uma... entendeu?!” É esse o pensamento de D2 (instituição Independência) a respeito do PROUNI

como instrumento para promover a democratização e a justiça social. Da mesma forma, D3 (instituição Independência) afirma que o Programa até poderia ser, mas não é um instrumento capaz de atingir esses objetivos, porque

Primeiro que quando a gente fala em democracia tá falando de oportunizar todo mundo que quiser ter esse acesso. E primeiro que os critérios do PROUNI já excluem uma série de pessoas, entendeu?! Por exemplo, ah! Você tem que ter estudado como bolsista 100% numa escola particular. Você não sabe quem pagou metade da escola daquele menino, pro menino tá estudando ali! Entendeu?! Então eu acho que avaliação é sempre superficial, porque o Estado ele num dá conta. E sempre alguém vai ficar prejudicado. Então a democracia nata a gente sabe que não existe. Eu, na minha concepção, eu acredito dessa forma. Então eu não acho que... muito menos tá relacionado a justiça social. Que a partir do momento que a gente tá falando de cotas, de destinar pra algumas pessoas, a gente já tá tratando esse outro como diferente, entendeu?! Então... e aí por isso que fica que muitos alunos não querem nem se identificar como PROUNI, porque ah! É o aluno do PROUNI! (...) Eu acho que pelo contrário reforça a diferença social. Isso pra mim não é estratégia de justiça social, entendeu?! Eu acho que acessibilizar é muito mais do que dar. E um erro! Agora eu quero fazer uma crítica, aí... Primeiro, eu acho um erro grande, um puta erro, você formar, ser bolsista do PROUNI e não retribuir nada daquilo que você estudou de graça, entendeu?! (...) Eu acho que tinha que ser assim, ó: você é bolsista do PROUNI, você formou em medicina, ou em fisio, ou em serviço social, o que for... mas quando você começar a trabalhar, você vai reembolsar. Não a faculdade. (...) Isso é justiça social pra mim. É a gente não desresponsabilizar o indivíduo.

Essa fala traz elementos muito importantes. D3, que é assistente social da Independência, relata estar trabalhando a pouco tempo na área do PROUNI. Ela reconhece que o Programa dá condições para algumas pessoas fazerem cursos de ensino superior, mas questiona seus critérios, concluindo que as oportunidades não são iguais para todos, como prevê o Programa e que, portanto, não existe um processo de democratização de fato.

D3 também toca rapidamente na questão das cotas previstas pelo PROUNI, entendendo-as como uma estratégia de segregação e não de justiça social. Finalmente, D3 sugere que os bolsistas do PROUNI, depois de formados, dêem sua contribuição à sociedade, como uma forma de reembolso por ter estudado de graça. É essa também a opinião dos outros dirigentes da Independência que foram entrevistados.

D8, da Santo Andrezinho, também a respeito da possibilidade de se alcançar a justiça social e a democratização pelo PROUNI, traz à tona a questão do investimento em IES públicas.

Eu acho que a partir do momento que a gente tem escolas públicas, universidades públicas que venham atender a essa demanda é que eu acho que seria o correto. (...) Mas eu acredito que se hoje o governo, o papel do PROUNI poderia ter sido substituído por criação de universidades federais. Que pudessem atender a esses alunos tb. Então a forma paliativa de tratar uma questão governamental (D8).

Finalmente, D4, da Niterói, reconhece a existência da diferenciação das IES e acredita que o PROUNI não promove, para todos, democracia e justiça social.

Não muito. Pelos nossos alunos eu te falo que sim. Porque assim, aí eu acho que eles entram. Agora se você for olhar... porque a nossa faculdade, como não tem nome, então eles entraram mais fácil. Porque se eles fossem... porque eles escolhem cinco instituições. Com certeza a nossa não foi a primeira. Então quem foi lá pra primeira, que é uma PUC, uma UFMG, uma Newton Paiva, que pra gente aqui é de renome, então com certeza os que estão lá dentro, com o PROUNI, eles tiveram condições de estudar, eles tiveram um bom cursinho, então com certeza... Os nossos eu acredito que sim. Mas por não ser a faculdade top ainda. Aí eu acredito que sim, mas esse discurso... pra todas as faculdades não.

A análise de D4, entretanto, é curiosa. Sem colocar em questão a qualidade das IES, ela afirma que os alunos que conseguem vagas em IES pequenas e ainda não muito conhecidas, para eles o Programa realmente democratiza, porque eles conseguem entrar mesmo com notas mais baixas. Já nas IES mais renomadas, o Programa perde seu caráter democratizante.

3.2. O PROUNI na visão dos seus bolsistas

Foram entrevistados vinte e cinco alunos bolsistas do PROUNI (doze homens e treze mulheres), os quais encontram-se matriculados em cursos oferecidos pelas IES que participaram da pesquisa. Desse total, seis entrevistados estudam na Santo Agostinho, sete na Santo Andrezinho, sete na Independência e cinco na Niterói.

Os quadros abaixo trazem a faixa etária e o gênero dos entrevistados.

Quadro 4 – Faixa etária dos bolsistas

Faixa Etária	Número de pessoas
18 a 21 anos	8
22 a 25 anos	7
26 a 29 anos	4
30 a 33 anos	3
34 a 37 anos	1
38 a 41 anos	1
42 a 45 anos	1
Total	25

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelos bolsistas entrevistados.

Quadro 5 – Gênero dos bolsistas entrevistados

Gênero	Número de pessoas
Masculino	12
Feminino	13
Total	25

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelos bolsistas entrevistados.

Dos bolsistas entrevistados, 44% apresentou-se para exames vestibulares²⁶ pela primeira vez assim que concluiu o ensino médio. Outros 44% o fizeram no prazo de um a cinco anos após essa data. Entretanto, alguns – poucos – prestaram vestibular até dez anos, ou mais, depois da conclusão do ensino médio. Há ainda um entrevistado que nunca passou por um exame vestibular, apenas pela prova do ENEM.

²⁶ O processo seletivo do PROUNI – que é o ENEM – não está sendo considerado como exame vestibular. Tanto é que um dos bolsistas nunca prestou vestibular, tendo participado somente da prova do ENEM.

Atualmente, vinte e dois desses estudantes são bolsistas integrais do PROUNI, enquanto que apenas três possuem bolsa parcial de 50% do Programa. Eles estão matriculados nos seguintes cursos:

Quadro 6 – Cursos dos alunos bolsistas entrevistados

IES	Curso	Quantidade de entrevistados
Santo Agostinho	Ciências Biológicas	3
	Gestão Ambiental	3
Santo Andrezinho	Administração	1
	Ciências Biológicas	1
	Direito	2
	Eng. Mecânica	1
	Eng. Química	1
	Gestão de Qualidade	1
	Enfermagem	1
Independência	Fisioterapia	1
	Medicina	2
	Psicologia	1
	Terapia Ocupacional	1
	Administração	3
Niterói	Ciências Contábeis	2
	Total	25

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelos bolsistas entrevistados.

Do total de discentes entrevistados, 72% estão matriculados em bacharelados, 12% em cursos que oferecem bacharelado e licenciatura e, por fim, 16% estão cursando uma graduação tecnológica.

Com relação à matrícula em um curso de nível superior, sabe-se que ela gera uma série de despesas. Não apenas aquelas relativas ao pagamento da mensalidade, mas também outros, tais como: a aquisição de materiais (livros, Xerox, etc) para acompanhamento das disciplinas; custos com a participação em eventos e aulas de campo (de acordo com o curso); transporte que é utilizado para chegar à IES; alimentação, entre outros. Assim, mesmo quando o aluno possui uma bolsa de estudos, ele tem gastos com outros elementos que estão diretamente relacionados à manutenção e continuidade desse estudante no curso e IES onde se matriculou.

Nesse sentido, questionou-se aos alunos bolsistas do PROUNI se os mesmos encontravam algum tipo de dificuldade em sua vida acadêmica. A maioria dos

entrevistados admitiu enfrentar dificuldades, principalmente financeiras. Também foram citados problemas com relação ao acompanhamento das disciplinas e, em número bastante reduzido, problemas com relação à diferenciação de tratamento recebido principalmente dos demais alunos (não-bolsistas).

Sobre as dificuldades encontradas durante as aulas, das vinte e cinco entrevistas realizadas com os alunos bolsistas, apenas uma – A11 (instituição Independência) – revela ter sido reprovada em disciplinas do curso²⁷. Além de ser repetente em quatro disciplinas, A11 diz enfrentar várias dificuldades em sua vivência acadêmica:

Ah! Tive, porque quando você, é mais pessoal também, porque tipo assim: você sai da sua cidade, tipo complicado pra vir pra cá, você fica meio abalado, meio confuso, acho que todo mundo. Eu fiquei muito. Eu tinha dificuldade para entender, não tinha o hábito de estudar muito biologia, que não era uma coisa da minha área, não tinha hábito de estudar outras coisas. Isso aqui pra mim foi a última coisa que eu pensei e do nada mudei a opção de curso, eu nunca tive forte por biologia. Então assim, eu estava mais preparada pra fazer outra área, cheguei aqui e tive muita dificuldade, fui reprovada, custei a me habituar a tudo.

A fala anterior ainda revela uma realidade que confirma o fato de que os alunos provenientes de escolas públicas de pior qualidade encontram dificuldades de entrar em IES, mesmo enquanto bolsistas do PROUNI e, quando conseguem entrar naquelas IES mais concorridas e de boa qualidade, passam por mais dificuldades para acompanhar as disciplinas que os demais alunos. A fala de A17 (instituição Santo Agostinho) ilustra esse fato:

Encontrei [dificuldade], ainda mais no primeiro período. O primeiro período foi o mais difícil, porque eu vim de escola pública, né?! A escola pública, não era... era boa na região, mas não... olhando com uma particular, não era boa. Então eu encontrei muita dificuldade no primeiro período, então tinha muita coisa que o pessoal já sabia que eu não sabia, que eles aprenderam antes. Mas aí depois eu peguei o ritmo, e tô indo bem. (...) Até que não tem muita diferenciação não, eu encontrei diferenciação no negócio de colégio, dependendo do colégio que uma pessoa estudou, aí o colégio que a outra pessoa estudou, aí tem diferenciação, de

²⁷ De acordo com os dirigentes das IES que participaram da pesquisa, o número de alunos reprovados e evadidos dos cursos é pequeno. A Santo Agostinho informou que a taxa de evasão dos bolsistas PROUNI na IES é de 1% e ocorre por motivos pessoais (mudança de carreira, mudança de cidade, etc); A Niterói não registrou nenhum caso de evasão; a Independência parece ter apenas o caso de uma aluna reprovada e a Santo Andrezinho não disponibilizou esse dado.

região que mora. Porque dependendo da região o colégio é melhor. Igual vamo supor, igual tem uma aluna que mora num bairro mais carente, então ele não tem tanta informação quanto o que mora mesmo em escola pública, mas numa escola pública num bairro melhor. Tem diferença. [Grifo nosso]

Esses alunos ainda enfrentam outros tipos de dificuldades.

A gente encontra todo enquanto é tipo de dificuldade. Se você escolhe um lugar mais barato pra morar é longe, aí você tem que pegar ônibus. Aí, se você escolhe um lugar mais central, é muito caro. Associar o horário de trabalho à faculdade, e o horário da faculdade é assim, bem vasto, tipo assim: se eu tivesse cursando tudo, eu ia ficar aqui das duas horas ate as nove. Tenho que achar um emprego na parte da manhã, porque eu tenho que me sustentar aqui. Eu dependo do meu trabalho pra ficar aqui. É complicado (A11).

A16 (instituição Santo Agostinho), assim como A11, é mais uma das entrevistadas que relatam a respeito das dificuldades financeiras. Ela, que é bolsista parcial do PROUNI (bolsa de 50%), conta que não consegue fazer os estágios, principalmente porque eles são mal remunerados. Nesse caso, ela não pode abrir mão de seu emprego para começar um estágio, pois, nesse caso, não teria dinheiro suficiente para pagar a metade da mensalidade da faculdade e as outras despesas, principalmente com transporte. Ela comenta:

Quem é bolsista integral, acho que tem dificuldade de vir pra faculdade, mas quem é bolsista parcial tem muito mais dificuldade, porque além de pagar a faculdade, tem as outras despesas de faculdade, de transporte, tudo. Fica muito complicado (A16).

A fala de A15, estudante bolsista da faculdade Santo Agostinho, revela que além das dificuldades financeiras, ainda existem problemas, tais como: maus professores, a falta de materiais e recursos dentro da própria instituição que dificultam o processo de ensino, além do não reconhecimento do profissional formado pelo curso, uma vez que os alunos encontram dificuldades para encontrar até mesmo estágio.

Só alguns professores, tem algum tipo de dificuldade, no sentido de você tá pedindo pra te dar alguma referência bibliográfica, alguma coisa e te negar; de ter tantas aulas repetitivas que as vezes você acha que poderia tá tendo... ter outros tipos de assuntos; que chega a ser muito repetitivo o curso, que deveria abordar outros tipos. Às vezes algum tipo de falta de estrutura, algum instrumento para trabalho de campo, igual GPS, e não tem cabo pra carregar o GPS na instituição, então alguns tipos de dificuldade. Em contrapartida, encontro muita boa vontade já de outros professores, professores querendo ajudar; não tinha cabo, ele já começou a providenciar um cabo, então também tem um incentivo. E tem as dificuldades que eu passo, de... procurar um estágio, de não tá conseguindo porque o curso de Gestão Ambiental o povo só enxerga como sendo biólogo, engenheiro ambiental, ecólogo, e não vê que o gestor ambiental pode ser tanto

quanto esses outros profissionais. Uma dificuldade muito grande de encontrar estágio, de não tá sendo tão reconhecido assim (A15).

Todos os estudantes entrevistados, independente de serem bolsistas integrais ou parciais, fazem uma avaliação positiva do PROUNI, ressaltando que o Programa é extremamente importante para o acesso ao ensino superior daquelas pessoas que não teriam essa oportunidade, nem mesmo à rede pública desse nível de ensino. A fala desses alunos é coerente com o discurso governamental.

Por outro lado, vinte e três desses estudantes relatam nas entrevistas que passam por determinadas dificuldades, mesmo sem precisarem pagar mensalidades. Ao realizarem uma breve avaliação do PROUNI, alguns alunos sugerem que não apenas os cursos de tempo integral tenham direito à bolsa permanência, tendo em vista que outros cursos, apesar de não possuírem carga horária diária acima de 6 horas, demandam uma dedicação dos alunos que os impede de ter um emprego.

Oh! O PROUNI é um programa muito bom. O que eu encontrei, vamos colocar como defeito, é o seguinte: tem uma devida carga horária que você ganha uma bolsa, que é a carga horária que só a medicina tem, que você ganha bolsa de estudo porque não tem tempo, mas a gente da fisioterapia tem uma carga horária, sabe?! Não é todo lugar que te oferece emprego de meio expediente. Então o PROUNI, ele dá condição pra gente que não pode pagar faculdade, mas tem gente que não tem como pagar faculdade e não tem como os pais manterem eles fora de casa. Então acho assim, que tem ser melhor avaliado, esse negócio de carga horária, da faculdade, é uma realidade do curso, porque no primeiro período eu não tinha como trabalhar e estudar, porque ninguém aceita esse tipo de trabalho, sabe, então eu devia matéria (...) (A11).

Diante de todas as falas de bolsistas PROUNI mencionadas, que retratam as dificuldades que os mesmos encontram para permanecerem no curso, parece apropriada a constatação de Carvalho (2006a), que afirma que até enquanto política assistencialista o PROUNI deixa a desejar, pois dá condições de acesso, mas não de permanência e conclusão desses alunos nos cursos e IES onde se matriculam.

Nessa mesma direção, Catani e Gilioli (2005) alertam que o PROUNI é, sem dúvida, um Programa elaborado com base nas recomendações do Banco Mundial. Nessas recomendações, a educação – em especial a educação superior – deixa de ser um direito dos

egressos do ensino médio, para ser um benefício, uma benesse do Estado. Ou, mais precisamente, para ser uma mercadoria.

Ainda sobre dificuldades enfrentadas pelos alunos bolsistas, esteve presente, ainda que em poucas entrevistas, falas a respeito de discriminação e cotas. Ainda que quase todos os entrevistados afirmassem que não são diferenciados dos demais alunos na instituição pelo fato de serem bolsistas, dois entrevistados, estudantes da instituição Santo Andrezinho, fazem comentários sobre o assunto.

Na primeira instituição que eu entrei, as pessoas que estudavam comigo eram mais da minha faixa etária, eles trabalhavam, então a gente tinha um convívio muito melhor. Então eles sabiam que eu tinha bolsa do PROUNI e assim, eles me elogiavam muito, que era muito concorrido, que eu era muito inteligente por ter conseguido essa bolsa. Agora hoje, aqui na Santo Andrezinho, eu não falo que eu sou bolsista PROUNI. Porque o nível econômico dos meus colegas é muito superior e são muitos metidos até. Eu vejo isso. Tanto é que meu relacionamento com eles num é nada além do que um contato com um colega de sala de aula. Nenhum deles eu troco telefone, meu contato é só pra fazer trabalho mesmo, nenhum deles eu vejo possibilidade de ser meus amigos, independente se tem uma afinidade comigo ou não. O mundo deles é muito diferente do meu, o assunto deles é muito diferente daqueles que me interessam, até porque eles são muitos jovens, às vezes. É muito diferente da minha, que já sou pai de família. A minha preocupação é que eu estudo pra dar uma... proporcionar uma vida melhor pra minha esposa e pros meus filhos, então assim é... nós não temos afinidade, e pra eles... eu já vejo... Eu acho difícil a nossa convivência em sala de aula, se eu falasse que eu tenho uma bolsa do PROUNI, aí que eles iam me olhar de outro jeito pior ainda! Eu nunca ouvi falar: 'Ah! Nossa! Esse negócio de PROUNI é uma sacanagem, que fica colocando aqui gente desqualificada!', eu nunca ouvi nenhum comentário desse. Mas assim, eu sinto isso, então eu prefiro não comentar, mas eu acho que pode ser sim um motivo de preconceito (A24).

Durante a entrevista, A24 (instituição Santo Andrezinho) afirmou que, na verdade, quando ele passou no PROUNI, conseguiu bolsa em uma outra instituição, onde cursou um período do curso de Direito. No segundo período, ele conseguiu um outro emprego e, por conta do horário do trabalho, precisou procurar uma outra instituição que aceitasse receber aluno do PROUNI. A Santo Andrezinho foi a única que aceitou recebê-lo, uma vez que as outras instituições afirmaram que sua cota de alunos PROUNI já estava preenchida.

É importante lembrar que, já nas entrevistas aos dirigentes da Santo Andrezinho ficou bem evidente que muitos alunos dessa IES parecem ter vergonha e até mesmo receio de revelar que são bolsistas do PROUNI. Segundo um desses dirigentes, os alunos têm medo de sofrer algum tipo de discriminação, principalmente depois da divulgação de tantos

escândalos envolvendo o Programa. Da mesma forma, pode-se inferir, pela fala de A24, que essa situação realmente ocorre dentro da instituição, uma vez que esse aluno sente-se isolado dentro de sala de aula e que seria visto pelos colegas de um “jeito pior ainda” caso revelasse ser aluno bolsista.

Ainda nessa instituição, outro estudante bolsista ainda diz que recentemente ouviu comentários de que os alunos bolsistas do PROUNI são tratados com diferencial. A23 percebe que muitos sentem-se constrangidos ao terem que se dirigir a um setor específico para o PROUNI quando surge alguma dúvida a respeito da bolsa, por exemplo.

Acredito que sim. Muitos não falam, mas ficam (sic) claro. Muitas vezes eles falam isso, eles ficam constrangidos. Às vezes a gente fica aguardando [para atendê-los], mas eles ficam lá, quietinhos. E diferenciar os setores, né, às vezes fica diferenciado (...) (A23). [grifos nossos]

Depoimentos como esses reafirmam a importância de se repensar Programas de caráter compensatório, como o PROUNI. Sejam esses comportamentos preconceituosos uma realidade de fato – como afirmaram os alunos A23 e A24 – ou sejam apenas uma impressão equivocada dos mesmos – como sugeriu o dirigente D6 – são fatos que merecem consideração, uma vez que políticas de caráter compensatório e cotista podem aprofundar desigualdades já existentes ou, até mesmo, promover o surgimento de tensões antes inexistentes (FRY *apud* STRECKER, 2006; MAGGIE *apud* STRECKER, 2007).

Ainda a respeito dessas entrevistas, A23 critica o sistema de cotas, em especial, as raciais que estão contempladas pelo PROUNI.

Mas só voltando a lembrar que a questão de cotas do PROUNI não pode existir, porque cota pra esse ou pra aquele, a pessoa fala: ah, eu não tenho condição! Eu também não tinha condição e tô aqui estudando e trabalhando. Não é porque uma pessoa é negra, parda ou branca que deve haver uma diferenciação. Eu acho que deve ser igual pra todos, pra aquele que vai buscar seus interesses, aquele que fica: ai, coitadinho de mim! e num sei o que... Tem gente de todo o tipo, num adianta. Isso aí eu acho que não é uma coisa legal (A23).

É interessante notar que, mesmo sendo bolsista do PROUNI, A23 expõe sua crítica ao Programa. Tal fato demonstra a existência de uma relação ambígua dos bolsistas com

relação ao Programa: ao mesmo tempo que sentem-se gratos pela bolsa recebida, conseguem detectar problemas no mesmo.

Por tudo o que foi dito, fica claro que a democratização não se concretiza, necessariamente e, somente através da oportunidade de acesso. Bourdieu & Champagne (2008) asseveram que o processo geralmente denominado de democratização proporciona a permanência dos estudantes no sistema. Esses últimos deixam de ser reprovados e evadidos, mas a condição de escolarizados não modifica sua condição de subalternidade. São “Os excluídos do interior” (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 2008).

A diversificação dos ramos de ensino, associada a procedimentos de orientação e seleção cada vez mais precoces, tende a instaurar **práticas de exclusão brandas, ou melhor, insensíveis, no duplo sentido de contínuas, graduais e imperceptíveis**, despercebidas tanto por aqueles que as exercem como por aqueles que são suas vítimas (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 2008, p. 222).
[grifos nossos]

A respeito da vivência dos alunos bolsistas, pode-se dizer que a grande maioria passa por dificuldades, principalmente financeiras, para conseguirem permanecer no curso. Houve também relatos sobre dificuldades em termos de problemas de aprendizagem, especialmente nos períodos iniciais do curso. No entanto, vale dizer que, assim como já observado nas falas dos dirigentes dessas instituições, também os alunos se consideram mais bem sucedidos que os demais alunos em termos de rendimento acadêmico.

Mesmo incoerentes, essas falas aparecem com frequência, tanto nas entrevistas com dirigentes, quanto naquelas realizadas com os bolsistas. Em instituições mais concorridas, como é o caso da Independência, onde os estudantes bolsistas são provenientes de escolas públicas de melhor qualidade ou então freqüentaram algum curso preparatório para enfrentar a concorrência por uma vaga, essa fala parece ser mais coerente do que naquelas instituições pouco conhecidas ou de pequeno porte, cuja concorrência por uma bolsa não exige que os alunos possuam um rendimento muito alto no ENEM. Caso contrário, a explicação que resta para o exemplar rendimento dos bolsistas PROUNI frente aos demais alunos é a exigência do Programa de que esses últimos tenham um aproveitamento de, no mínimo, 75% nas disciplinas.

Ao pedir que os bolsistas realizassem uma avaliação do PROUNI, um dos aspectos ressaltados foi o ENEM. Um bolsista – A12 (instituição Independência) – diz que não tem críticas ao Programa, mas preocupa-se como o que vem acontecendo com o ENEM que, vale lembrar, é a porta de entrada para o PROUNI.

Olha, crítica eu não tenho. Eu não tô gostando desse negócio de agora o ENEM virar vestibular, sabe? Pra entrar na federal agora, por exemplo, agora ai, porque mais uma vez que estuda em escola particular, que teve um ensino, vai...vai...vai passar na prova, e quem estudou em escola pública não vai conseguir atingir, entendeu?

A análise da aluna faz sentido, à medida que, aqueles que tiveram acesso a uma Educação Básica de qualidade terão maiores chances de ingressar numa IES pública. O interessante/curioso é que, não apenas essa aluna bolsista, mas também os outros entrevistados, não compreendem que processo semelhante ocorre com o PROUNI. A rede privada de ensino superior é composta por IES de boa e de má qualidade. Dos concorrentes às bolsas do PROUNI, somente aqueles mais preparados conseguirão entrar nas IES de maior prestígio e qualidade.

Isso quer dizer que o processo de massificação do ensino superior, que vem ocorrendo, principalmente, pela via privada, não necessariamente significa oportunidades iguais de ensino. Petitat (1994) aponta essa questão em seus estudos, quando constata que a expansão do ensino superior nos EUA promoveu a diferenciação das instituições.

Em resumo, estamos diante de uma recomposição da hierarquia escolar, com uma extensão-diversificação no topo e uma unificação na base. A consequência deste processo é a limitação do significado da substancial entrada de filhos e filhas de empregados e de operários no secundário superior. Isto porque, uma vez massificado, este nível já não tem o mesmo valor social, nem o mesmo prestígio, nem o mesmo peso no mercado de trabalho. Quem diz massificação diz desvalorização, tão seguramente quanto se se passasse de uma praia particular para uma praia pública (PETITAT, 1994, p.259).

Em outra entrevista, fica clara a existência de uma relação ambígua entre o estudante bolsista e o PROUNI, programa através do qual é beneficiado pela bolsa.

A estudante em questão reconhece sua impossibilidade de estudar numa faculdade que nunca teria condições de pagar. Por outro lado, ela reconhece algumas incoerências

presentes no Programa. Questionada a respeito da capacidade do Programa de promover a democratização e a justiça social, A8 (instituição Independência) diz:

Se a gente for pensar nisso, por exemplo, um dos critérios para eu entrar no programa é você ter cumprido pelo menos os três últimos anos do colégio em escola pública. Só que o ensino público não é um ensino de qualidade, alto, assim como o ensino da escola privada. Então, tipo assim, a pessoa que já vem de uma vida toda na escola pública, vai para o ensino médio, faz a prova do vestibular, faz o ENEM e não vai conseguir a bolsa, porque é todo um processo. Então isso aí não vai servir tanto pra tal, justiça social, e tal. Então eu acho que essas coisas assim, é um pouco de ilusão, o PROUNI é uma leve ilusão, assim, porque a pessoa tem que ser muito esforçada se ela quiser ou ela tem assim...às vezes assim...é muita gente, eu conheço pessoas aqui, que fez cursinho por fora, fez o tal do pré ENEM essas coisas que demandam um gasto.

Através dessa fala, percebe-se que, ao contrário do que seu próprio nome sugere, o PROUNI destina-se a um determinado público e não a todos. Mais uma vez, os dados empíricos indicam que aqueles alunos provenientes de escolas públicas de melhor qualidade são os que têm mais chances de ter acesso a uma IES de melhor qualidade e mais reconhecidas, haja vista que o processo seletivo feito pelo ENEM considera o ponto de corte das IES. Por outro lado, os alunos que cursaram a Educação Básica em escolas públicas de qualidade ruim – o que é uma realidade em praticamente todo país – terão acesso a escolas também de qualidade questionável (salvo exceções) ou novas no mercado, já que o grau de exigência das mesmas é bem menor. A não ser que esses alunos invistam em cursinhos preparatórios antes de se inscreverem no processo seletivo do PROUNI.

Sobre esses cursinhos preparatórios, vale dizer que, atualmente, a cidade de Belo Horizonte (recorte espacial desse estudo) conta, cada vez mais, com a presença dos chamados cursinhos pré-ENEM. Na verdade, o processo de surgimento desses cursinhos está relacionado ao fato de que o desempenho dos alunos na prova do ENEM vem sendo utilizado por muitas instituições como se fosse o vestibular. Não só em instituições particulares, ou por causa do processo seletivo do PROUNI, mas também pela recente implantação do SISU, a existência dos cursinhos preparatórios para a prova do ENEM vem ganhando notoriedade na cidade de Belo Horizonte. Além do surgimento de cursinho pré-ENEM, destaca-se que muitos cursinhos pré-vestibulares estão “adequando” seus

conteúdos e reformulando seu material didático, de modo a ter como foco a prova do ENEM²⁸.

É impossível negar que, em termos quantitativos, o PROUNI tem alcançado um grande número de pessoas que, de outra forma, não teriam condições de acesso ao ensino superior. Entretanto, não é possível promover justiça social através de um programa no qual os concorrentes às vagas acumulam desigualdades anteriores, advindas de uma Educação Básica de qualidade duvidosa.

E então? Qual seria a solução para o PROUNI? Sobre a pergunta, A8 responde:

Olha, eu realmente não sei o que poderia ser feito. Mas se o PROUNI, a prova do ENEM é requisito para fazer a inscrição no programa, que o ensino público fosse de qualidade para que todos pudessem fazer uma boa prova e pudesse ingressar numa universidade... Então assim, eu acho realmente que poderia ser uma das saídas (...)

Concernente à escolha dos cursos, as entrevistas permitiram perceber que nem sempre o curso onde o aluno está matriculado é aquele que ele realmente queria. No entanto, por conta da bolsa de estudos, por medo de que não surjam outras oportunidades de acesso ao ensino superior e, até mesmo, por acreditar que o simples fato de ter um diploma desse nível de ensino seja garantia de emprego e de uma condição de vida melhor, esses alunos acabam graduando-se nesses cursos.

Nessa linha de raciocínio, o entrevistado A18 (instituição Santo Agostinho) afirma que, mesmo tendo conseguido bolsa na instituição Santo Agostinho, pensou em não se matricular.

Quando eu consegui a bolsa, eu pensei em não vir. Eu falei: ah! Não, é uma faculdade que não é conhecida, que não tem nome e tudo mais. Só que minha mãe fico falando, 'não, vai porque que você conseguiu bolsa esse ano, ano que vem você pode não conseguir', e eu queria tentar a federal, porque eu queria estudar numa federal. Mas aí acabou que minha mãe ficou pressionando, pressionando, aí eu vim pra cá e nem olhei nada, só olhei, ... é que tinha conseguido a bolsa e não precisa pagar.

²⁸ Essa informação foi dada por D3, um dos dirigentes entrevistados na instituição Independência, durante a entrevista e também em conversas informais. Além disso, minha permanência em Belo Horizonte durante todo o período necessário à realização das entrevistas me permitiu observar inúmeros anúncios de cursinhos pré-ENEM espalhados pela cidade, além de, diariamente, passar muito próximo a esses estabelecimentos.

Dentre os vinte e cinco alunos entrevistados, a maioria parece estar satisfeita com o curso e a IES onde estão matriculados. Entretanto, cinco revelaram que, apesar de satisfeitos com a oportunidade dada pelo PROUNI, eles gostariam de estar matriculados em outros cursos. Outros três estudantes afirmaram que gostariam de estudar em instituições que fossem mais reconhecidas e, também, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a universidade pública federal localizada em BH.

A respeito das razões que levaram A11 (instituição Independência) a optar pelo curso de fisioterapia, esta responde:

Então, é porque aconteceu mesmo. Porque eu passei, comecei a fazer fisioterapia e tal e gostei. Eu queria muito fazer medicina, mas... é um curso muito caro e provavelmente vai ser muito difícil de passar na federal, eu não vou conseguir passar como bolsista... Tem que ter uma pontuação assim, praticamente fechar a prova.

A12, assim como A11 é aluna da instituição Independência, e também fala das razões de ter escolhido o curso de fisioterapia.

Como te falei, caí de pára-quadras na fisioterapia. Foi porque eu consegui mesmo e não podia abrir mão disso, né?! Eu já sai do terceiro ano e já consegui uma oportunidade dessas, raramente que isso acontece né?! Então assim, meu sonho mesmo é a medicina, eu queria medicina. Com a fisioterapia eu consegui entrar, foi isso não teve muito porque da fisioterapia.

Quando se fala a respeito da qualidade das instituições, foi questionado aos alunos bolsistas se os mesmos conheciam a avaliação realizada pelo MEC da IES e do curso onde estão matriculados e o motivo pelo qual buscaram esse tipo de informação. Apenas 16% procuraram essa informação antes de entrar para a IES; 32% não procuraram essa informação antes do ingresso no ensino superior e ainda continuam sem saber; 52% sabem da avaliação, mas só ficaram sabendo após entrarem no curso, quando a própria instituição os informou. Os sete alunos da Independência não sabiam da avaliação do MEC, mas argumentaram que trata-se de uma IES tradicional e de muito prestígio no meio acadêmico. No caso da Niterói, trata-se de uma IES criada a pouco tempo e apenas uma aluna procurou saber informações sobre a mesma, entrando em contato, inclusive, com o MEC – através de telefonema. Os demais alunos não sabiam e ainda não sabem da avaliação dessa instituição.

Ao avaliar o PROUNI, a fala de A24 (instituição Santo Andrezinho) chama a atenção justamente no que diz respeito à maneira como ele se posiciona sobre a questão da qualidade da instituição.

O programa pra mim é excelente, independente de a instituição que tá abrindo as portas dela através do PROUNI não for boa. Isso aí quem tem que fiscalizar é o MEC também, se a instituição não tem condições de manter as portas abertas, ele que providencie pra fechar, né?! Agora só da pessoa ter oportunidade de estudar, mesmo que ela não estude na melhor faculdade que tem, mas que seja uma instituição de ensino superior boa, da mesma qualidade da Santo Andrezinho, ele vai conseguir uma coisa melhor, nem que seja pra depois poder pagar uma instituição de qualidade maior pra ele tentar uma outra adequação (A24).

Nesta fala, o aluno reconhece que há diferenças entre as instituições que oferecem bolsas do PROUNI e, conseqüentemente, diferença na qualidade do ensino disponibilizado pelas mesmas. Todavia, ele julga a oportunidade de acesso ao ensino superior tão singular, que não considera relevante o fato de alguns alunos estarem matriculados em instituições de menor qualidade. Sobre esse assunto, Bourdieu & Champagne (2008) afirma que a escolarização torna-se um fim nela mesma. Segundo esses autores,

Os alunos ou estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado; e, se fracassam, o que segue sendo seu destino mais provável, são votados a uma exclusão, sem dúvida, mais estigmatizante e mais total do que era no passado: mais estigmatizante, na medida em que, aparentemente, tiveram “sua chance” e na medida em que a definição da identidade social tende a ser feita, de forma cada vez mais completa, pela instituição escolar (...) (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 2008, p. 221).

Finalmente, uma crítica ao Programa que aparece em algumas falas dos bolsistas está relacionada aos requisitos para que o aluno se candidate ao PROUNI, a falta de fiscalização para saber realmente quem precisa ser beneficiado pelas bolsas e, também, à precariedade das informações sobre o Programa.

Segundo A14 (instituição Santo Agostinho), o Programa precisa melhorar no que concerne ao repasse de informações para os beneficiários. Ele reclama que ao ligar para o atendimento do MEC, ninguém sabe passar nenhuma informação e que, na internet nem sempre é tão fácil como anunciado nas propagandas. Já A15 (instituição Santo Agostinho) questiona os critérios necessários para um estudante concorrer às bolsas:

Eu acho que só em questão de alguns critérios no PROUNI, acho que talvez pudesse reduzir. Igual, eu estudei em escola particular porque eu tinha bolsa. Pra conseguir tem gente que não conseguiu bolsa, porque tinha bolsa de 75, 80 por cento e não pode concorrer ao PROUNI. A mesma condição também as coisas mudam, você estudando em escola particular, mas seu nível de vida pode ter caído e te impossibilita de fazer uma faculdade, então deveria ser de outras coisas.

A13 e A17, estudantes bolsistas da Santo Agostinho denunciam que falta fiscalização e que esse é um problema sério, ainda que o Programa seja bom para eles. A17 ainda revela que mesmo com muita dificuldade ele poderia pagar a mensalidade, reconhecendo que outras pessoas precisam mais da bolsa que ele. Sobre esse assunto, A8, da Independência, fala da falta de fiscalização:

Eu acho que é um bom programa. Mas assim, eu não tenho como te dizer como é nas outras instituição, mas aqui falta um pouco de cobrança dos alunos. Por exemplo, eu entrei na instituição, trouxe a comprovação dos documentos. Não podia pagar. Pronto, recebi a bolsa e depois disso nunca mais ninguém pediu que eu comprovasse novamente os dados, reafirmasse, entendeu?! Porque às vezes uma pessoa que recebe o benefício, né, cria condição, acontece alguma coisa e tem uma condição de pagar e outras pessoas precisando disso, entende?! Então assim, eu acho, eu não sei se acontece em todo lugar, mas talvez esse seja um ponto fraco do programa, porque se é pra beneficiar, tem que beneficiar quem precisa. Eu preciso, mas tem gente que recebe o benefício e não precisa mais depois. Então eu acho que deveria ser olhado com cuidado isso, porque às vezes tem pessoas precisando que não tá tendo oportunidade.

Em meio às críticas e sugestões dadas ao Programa, encontrou-se, também, o relato de um aluno que não sabe ao certo do que se trata o PROUNI.

Eu sei que é um programa pra pessoas que não tem condição de pagar uma faculdade e tá fazendo faculdade. Eu assino os papéis que eles mandam pra mim, eu leio todos que é a respeito do PROUNI. Esses papéis a gente deve assinar direitinho, né?! Eu acho importante é ter a bolsa, mas no fundo, no fundo, não sei exatamente o que o PROUNI é. Eu sei que tá me ajudando e tá ajudando outros colegas (A12).

A1, aluno da Niterói, ainda diz que se inscreveu na Niterói sem saber que ela era uma faculdade recente, sem saber onde se localizava e que torce para que ela continue pelo menos até ele e seus colegas concluírem seus estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, constatou-se que desde meados dos anos 1990 vem ocorrendo um processo de expansão do ensino superior, com o estímulo ao crescimento do setor privado. Durante o governo FHC, esse processo de privatização, ocorrido num contexto de reforma administrativa do Estado, teve como objetivo principal a redução de gastos com esse nível de ensino.

À época, a expansão justificou-se pela necessidade de aumentar o número de matrículas no ensino superior, face às estatísticas de vários países da América Latina que apresentavam dados bem melhores que os do Brasil.

Esse processo de expansão do ensino superior teve continuidade nos oito anos do governo Lula, tanto pela via pública – através do REUNI, com a criação de universidades, de novos *campi* em instituições já existentes, além de novos cursos – quanto pela via privada através do PROUNI²⁹.

Durante o governo Lula, a bandeira da democratização foi tomada como principal argumento para a implementação de programas como o PROUNI e o REUNI. É no bojo das discussões sobre a democratização do ensino superior através do PROUNI que está inserido este estudo.

A análise dos dados empíricos possibilitou perceber que o PROUNI é parte de uma política de incentivo complexa. O estímulo à expansão do setor privado do ensino superior, via PROUNI, ocorre de maneira indireta, através da isenção de impostos.

Por outro lado, é relevante destacar que, mesmo não havendo repasse de verbas, essas instituições são contempladas com o não pagamento de uma série de impostos. Nesse

²⁹ Apesar do aumento do número de instituições e da oferta de cursos e vagas no setor público de ensino superior, a expansão desse nível de ensino, no governo Lula, teve como principal responsável a rede privada, principalmente por conta da criação da Lei do PROUNI no ano de 2005. (Informação presente na reportagem “Setor privado foi o principal responsável pela expansão do ensino superior no governo Lula”, disponível em: <www.andifes.org.br> Acesso em: 17 de fevereiro de 2011).

caso, a “não saída”, dos caixas das IES, do dinheiro que seria destinado ao pagamento desses tributos, deve sim ser considerada como um ganho financeiro para esses estabelecimentos, principalmente daqueles com fins lucrativos, tendo em vista que as IES sem fins lucrativos já eram isentas da maioria dos impostos previstos de isenção pelo PROUNI, mas também foram beneficiadas, pois, a partir do Programa, puderam negociar tributos municipais a serem pagos em parcelas durante os cinco primeiros anos.

Também, a existência de um elevado número de vagas ociosas tem se mostrado, segundo alguns dirigentes, como um dos principais motivos para que a instituição aderisse ao PROUNI. Mas o preenchimento dessas vagas por bolsistas PROUNI não é mencionado enquanto ganho financeiro para as IES.

Entretanto, e contraditoriamente, esses dirigentes afirmaram que a alta taxa de ociosidade de vagas não permite, hoje, que nenhuma IES sobreviva sem o PROUNI. Este dado merece destaque, pois confirma que o preenchimento das vagas ociosas através do Programa impede o fechamento de cursos e turmas. Nesse sentido, consideramos, com os autores que se dedicaram ao estudo do PROUNI, que o preenchimento dessas vagas ociosas é um enorme benefício em termos financeiros para as instituições.

Foi possível constatar também que, de fato, o PROUNI pode criar oportunidades de acesso aos jovens de baixa renda em cursos e IES mais disputados, caros (em termos financeiros) e prestigiados socialmente. Tal fato pôde ser constatado na pesquisa de campo realizada, que identificou na Independência (instituição especializada na área da saúde), por exemplo, um número expressivo de estudantes bolsistas matriculados em cursos como Medicina (58,13% dos bolsistas) e outras áreas da saúde que, historicamente, são muito valorizadas na sociedade. Também na instituição Santo Andrezinho existem alunos matriculados em cursos prestigiados, como alguns ramos da Engenharia e no Direito (22,3%).

Entretanto, ressaltamos o fato de que não existem informações disponíveis que possibilitem o conhecimento da real proporção desses estudantes bolsistas dentro do universo dos beneficiados pelo PROUNI. O MEC disponibiliza somente dados gerais –

como número de bolsas disponibilizadas/preenchidas; número de bolsas por Unidade da Federação e município –, situação que impede conhecer em quais IES e cursos esses alunos estão matriculados, a avaliação dos mesmos, os índices de repetência e de evasão, entre outros dados.

Neste estudo, buscou-se conhecer a realidade de quatro IES localizadas na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Sobre essas instituições, 50% da amostra constituiu-se de faculdades. Da mesma forma, o universo de onde se originou essa amostra – instituições que aderiram ao PROUNI em BH – era constituído por 56,1% de faculdades. A realidade de BH apontada pela amostra, e também pelo universo de onde ela foi retirada, é a realidade do setor privado de ensino superior brasileiro, o qual é formado, em sua maioria, por instituições que se dedicam somente às atividades de ensino.

Todas essas instituições foram avaliadas com nota três pelo MEC. Numa escala que vai até cinco, essas instituições tiveram um desempenho satisfatório. Todavia, em nível nacional, um total de 492 cursos foram oferecidos por IES que obtiveram as notas mais baixas – 1 e 2, no ENADE de 2004 e 2005³⁰. Destaca-se que desse total, 48% (237 cursos) foram cursos que receberam os piores conceitos e ofereciam bolsas PROUNI. Que tipo de formação foi ministrada? Com que qualidade? Isso é democratização e universalização da educação superior?

Na pesquisa, um dado importante refere-se ao fato de que os alunos entrevistados falam do PROUNI com entusiasmo, de forma que o programa é visto como “tábua de salvação”, sem o qual seria impossível estar matriculado no ensino superior.

Cabe enfatizar que, apesar da defesa ao programa e a opinião de que o mesmo poderia, inclusive, aumentar o número de bolsas oferecidas para atender a um número maior de pessoas, a maioria dos estudantes mostrou-se cautelosa ao avaliar o PROUNI. Esses alunos são gratos pela oportunidade concretizada com a bolsa, mas apontam elementos presentes em sua vivência acadêmica – dificuldades financeiras, de

³⁰ BOLSA do MEC beneficia 237 cursos ruins. Folha de São Paulo, 28 ago. 2006. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/mec_beneficia_cursos_ruins.htm>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.

acompanhamento das disciplinas e até mesmo de relacionamento com seus pares – que dificultam sua permanência nos cursos onde estão matriculados e, portanto, são incompatíveis com o discurso de democratização que sustenta o programa. O caso do curso de Pilotagem da instituição Santo Andrezinho serve para ilustrar essa situação.

Ainda que o discurso da maioria dos estudantes bolsistas PROUNI demonstre a aceitação e gratidão dos mesmos com relação ao Programa, alguns estudantes não compartilham desse pensamento. A fala de dois dirigentes da instituição Independência comprova isso, na medida em que contam que um aluno da Medicina não quis participar da primeira cerimônia de formatura do PROUNI realizada em Brasília para não ter sua imagem relacionada ao Programa.

Na pesquisa, não se trabalhou os problemas originados pela questão das cotas raciais previstas pelo PROUNI e eles não foram citados nas entrevistas. Mas, vale dizer que há, no sistema, alunos bolsistas que temem a reação dos demais alunos caso os mesmos descubram sua condição de bolsistas do PROUNI.

Merece destaque a questão do desempenho acadêmico dos alunos bolsistas PROUNI. Tanto os dirigentes quanto os alunos entrevistados fizeram questão de salientar que os bolsistas PROUNI são os melhores alunos da instituição. Contudo, essas falas assumem um tom de incoerência quando alguns dirigentes relatam que a presença desses alunos, logo que os mesmos ingressaram no estabelecimento, “atrapalha” o rendimento dos alunos não-bolsistas, dado que aqueles chegam à IES com dificuldade de acompanhar certas disciplinas, as quais exigem o domínio de conhecimentos prévios que deveriam ter sido estudados no ensino médio.

Também os próprios alunos, em alguns momentos, admitiram ter enfrentado dificuldades para acompanhar algumas disciplinas nos primeiros períodos do curso. Nessas falas, os bolsistas relacionam seus problemas de aprendizagem ao fato de terem frequentado uma escola pública, no geral, de má qualidade.

Esse quadro, fortemente marcado pelas incoerências das falas dos entrevistados, possibilitou o surgimento do seguinte questionamento: opera-se um milagre? É possível

que alunos que acumulam desigualdades educacionais na Educação Básica em relação aos demais se tornam os melhores da instituição, em termos de rendimento acadêmico?

O PROUNI, apesar de possibilitar a entrada de muitos jovens ao ensino superior, não o faz de maneira justa. O Programa não é para todos, como sugestiona seu nome, nem mesmo a universidade é para todos, já que a maioria das instituições participantes do mesmo são faculdades³¹; tampouco oferece oportunidades iguais de acesso. As desigualdades (não apenas sociais, mas também escolares) perpetuam-se, mesmo para aqueles que são “beneficiados” pelas bolsas e já se encontram inseridos no sistema.

Sem dúvida, assiste-se hoje a um aumento do número de pessoas que têm acesso ao ensino superior. Um grande contingente de pessoas advindas de grupos socialmente discriminados que não teriam a oportunidade de acesso ao ensino superior são, hoje, bolsistas do PROUNI.

Deve-se lembrar, no entanto, que a massificação do ensino superior não significa necessariamente democratização. Os estudantes bolsistas não estão tendo acesso a um mesmo ensino superior, dada a diversificação das IES que faz desse um nível de ensino altamente hierarquizado. Nesse caso, corre-se o risco de ao final dos cursos, obter um diploma desvalorizado.

A respeito da democratização do ensino superior, compreende-se que, via PROUNI, essa democratização tende a se efetivar em termos quantitativos e se caracteriza, hoje, enquanto oportunidade de acesso, mas não garantia de permanência.

Em tempo, vale mencionar que, recentemente, foi divulgada uma reportagem na qual Fernando Haddad (Ministro da Educação) propôs mudanças no PROUNI, as quais já

³¹ Segundo o último censo do ensino superior (2009), as faculdades privadas representam aproximadamente 95% do total de IES privadas, enquanto que as universidades privadas representam apenas 4,15% deste total.

estavam contempladas na primeira versão do Projeto de Lei do Programa, enviado ao Congresso em 2004³².

Resgatar o proposto na primeira versão do PROUNI significaria retirar, dos estabelecimentos privados, as vantagens por eles alcançadas durante o processo de tramitação do Programa, como já abordamos nesse trabalho. Qual será a reação do setor privado diante dessa proposta de modificações? As modificações propostas pelo MEC podem contribuir para que o Programa torne-se mais democratizante? No entanto, a questão da qualidade das instituições que ofertam vagas para bolsistas do PROUNI não está contemplada entre as mudanças propostas por Haddad. Há que se considerar que esse é um ponto imprescindível no que diz respeito “a que ensino superior “todos” estão tendo acesso”.

Assim, é possível afirmar que o PROUNI veio para reforçar a primazia do setor privado no oferecimento de vagas no ensino superior, principalmente pelo fato de que ele disponibiliza bolsas sem, no entanto, alterar sua estrutura de oferta de vagas, sua infraestrutura física e de recursos humanos, o que só é possível por conta do elevado grau de ociosidade nesse setor.

Finalmente, por todos os estudos realizados para a concretização deste trabalho e pelo conteúdo presente nas falas dos entrevistados, reafirmamos que a democratização não depende somente do acesso ao ensino superior. Concordamos com Martins (2009) sobre a necessidade de investimentos que proporcionem não apenas a expansão do número de vagas no ensino superior público, mas, principalmente, sua recuperação, já que ao longo dos anos, as instituições públicas vêm passando por cortes orçamentários que têm

³² Pouco antes da conclusão do presente trabalho, o Jornal da Ciência divulgou uma reportagem, informando que o atual ministro da Educação, Fernando Haddad – que também foi ministro dessa pasta durante seis, dos oito anos de governo Lula – está propondo mudanças no PROUNI. Entre as principais modificações propostas estão: acabar com a oferta de bolsas parciais, de modo que sejam oferecidas apenas bolsas integrais; aumentar o número de vagas oferecidas pelas IES em troca das isenções fiscais e repensar a participação de cursos à distância no Programa. Em termos gerais, pode-se dizer que as propostas do ministro procuram resgatar pontos que estavam presentes na primeira versão do Programa, elaborada em 2004, com o objetivo de diminuir o número de bolsas ociosas. (“Haddad propõe mudanças no PROUNI”. Jornal da Ciência. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=76759>>. Acesso em: 17 de março de 2011).

comprometido, inclusive, a qualidade do ensino ministrado pelas mesmas. É sempre muito importante enfatizar a necessidade de se exigir uma educação superior de qualidade, gratuita e oferecida pelo Estado enquanto um bem público e um direito do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. R. S. de. *O brasão e o logotipo: um estudo das novas universidades na cidade de São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ANDIFES. Pela expansão da educação superior – Pela valorização da educação superior como bem público. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2011.

ANDRÈS, A. *O programa Universidade Para Todos (PROUNI)*. Brasília, DF: janeiro, 2008. (Consultoria Legislativa da Área XV-Educação, Cultura e Desporto).

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Mantenedoras debate o ProUni. 14 set. 2004. Disponível em <<http://mecsrv04.mec.gov.br/asc/asp/npticias/noticiasld.asp?Id=6941>>. Acesso em: 24 de novembro de 2009.

BOLSA do MEC beneficia 237 cursos ruins. Folha de São Paulo, 28 ago. 2006. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/mec_beneficia_cursos_ruins.htm>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (org.). *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 218-227.

BRASIL. Decreto nº 2.306, 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e §1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Diário Oficial da União, nº 159, seção 1, p. 17991-17992. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Universidade Para Todos. Lei n. 11.096/05*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

CARVALHO, C. H. A. de. Agenda neoliberal e a política pública para o ensino superior nos anos 90. In: 27ª Reunião anual da Anped, novembro de 2004, Caxambu. Anais

eletrônicos... Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t114.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2009.

CARVALHO, C. H. A. de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educ. Soc.*, v.27, n.96, p. 979-1000. Out 2006(a). Disponível em: <<http://www.scielo.com.br/scielo.php>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

CARVALHO, C. H. A. de. Políticas para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: 29ª Reunião anual da Anped, outubro de 2006(b), Caxambu. Anais eletrônicos... Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

CARVALHO, C. H. A. de. *Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil (1964-1984)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2002.

CARVALHO, C. H. A. de; LOPREATO, F. L. C. Finanças Públicas, Renúncia Fiscal e o PROUNI no Governo Lula. *Impulso*, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

CATANI, A. M.; HEY, A. P. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 2, nº3, p. 414-429. Set./Dez. 2007. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/754/630>>. Acesso em 27 de março de 2009.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/linhascriticas/linhascriticas/n20/O%20Prouni%20na%20encruzilhada....html>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*. n.28, p. 125-140. Jul-Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

CUNHA, L. A.. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. *Educ. Soc.* v.28, n.100. Out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

_____. O ensino superior no octênio FHC. *Educ. Soc.* v. 24, n. 82, p. 37-61. Abril 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 de abril de 2009.

_____. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURSOS reprovados no Enade oferecem bolsas do ProUni. Estadão online, 31 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,cursos-reprovados-no-enade-oferecem-bolsas-do-prouni,27647,0.htm>>. Acesso em 24 de novembro de 2010.

FRY, P. e MAGGIE, Y. Cotas raciais – Construindo um país dividido? *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 153-161, junho 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v6n1/peter.pdf>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2009.

GOVERNO ‘paga’ R\$230 mil a cada instituição de ensino do ProUni. Contas Abertas, 1º out. 2008. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=268981>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2011.

HADDAD propõe mudanças no PROUNI. Jornal da Ciência, 16 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=76759>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

LEHER, R. Para silenciar os *campi*. *Educ. Soc.*, v. 25, n. 88, p. 867-891, Out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 de março de 2009.

MANCEBO, D. “Universidade para Todos”: a privatização em questão. *Pro-Posições*. v. 15, n.3. Set./Dez. 2004. p. 75-90.

MANIFESTO Sobre as Propostas de Política Racial Para o Brasil. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=82&lang=pt-br>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2009.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, abr. 2009. p. 15-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, nº14, v.1, 2000, p.41-60. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 20 de julho de 2009.

_____. Uma reforma necessária. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006. p. 1001-1020. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 20 jul. 2009.

NOGUEIRA, F. M. G. e BORGES, L. F. P. A efetivação da universalização do ensino fundamental e o processo de democratização no Brasil. *Revista HISTDBR On-Line*, Campinas, n. 16, dez. 2004. p. 84-96. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art6_16.pdf>. Acesso em 20 maio 2011.

O PROUNI e os muitos enganados. Folha de São Paulo Online, São Paulo, 11 dez. 2004. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/prouni_repercussao.htm>. Acesso em 14 de julho de 2009.

OTRANTO, C. R. A reforma da Educação Superior no governo Lula: da inspiração à implantação. Trabalho apresentado na 29ª Reunião anual da Anped. Outubro de 2006. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>>. Acesso em 14 de julho de 2009.

PETITAT, A. *Produção da escola Produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINTO, A. R. et al. *Manual de normalização de trabalhos acadêmicos*. Viçosa, MG, 2010. 88 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: 24 de março de 2011.

PROUNI encolhe, apesar da procura ter crescido. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 fevereiro 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/874142-prouni-encolhe-apesar-da-procura-ter-crescido.shtml>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2011.

PROUNI tem sobra de 10,6% das bolsas. Folha de São Paulo, São Paulo, 1º maio 2007. Disponível em: <<http://dcecapucho.blogspot.com/2007/05/prouni-tem-sobra-de-106-das-bolsas.html>>. Acesso em: 24 de novembro de 2010.

RIBEIRO, M. G. M. *Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional*. Bragança Paulista: Univ. São Francisco, 2002.

_____. *É possível a inclusão num modelo excludente?* Espaço: informativo técnico-científico do INES. n.º.18/19 (dezembro/2002 – julho/2003). Rio de Janeiro: Ines, 2003.

_____. Neoconservadorismo e reforma da educação superior. *Lutas Sociais*, n.º21/22, Jun. 2009. p. 35-45.

SAMPAIO, H. *O ensino superior privado: tendências da última década*. São Paulo: NUPES/USP, documento de trabalho 6/98.

_____. Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil. *Cipedes*, n.º 9 (3). Porto Alegre: junho/2000.

SETOR privado foi o principal responsável pela expansão do ensino superior no governo Lula. Andifes online, 03 jan. 2011. Disponível em: <www.andifes.org.br>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2011.

STRECKER, M. “Quem somos nós para dividir as crianças em duas categorias?” indaga Peter Fry. Folha de São Paulo. São Paulo, 9 de julho, 2006. Caderno Mais!, p.4.

_____. A revanche natural. Folha de São Paulo. São Paulo, 1º de abril, 2007. Caderno Mais!, p.4.

55 INSTITUIÇÕES podem ter cursos cortados d ProUni por notas ruins. Bol notícias, 19 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/educacao/2009/09/19/ult4735u1788.jhtm>>. Acesso em: 24 de novembro de 2010.

Sites consultados

Ministério da Educação (www.mec.gov.br)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (www.inep.gov.br)

Programa Universidade Para Todos (<http://portalprouni.mec.gov.br>)

Sites das instituições participantes da pesquisa.